

TRANSIÇÃO INJUSTA

Resgatar o nosso futuro energético do colonialismo climático



OXFAM

Documento informativo sobre a Oxfam – Setembro de 2025

Resumo

A transição energética global está num momento crucial: ou pode eliminar as desigualdade que conduzem à crise climática ou pode aprofundá-las. Atualmente, a transição corre o risco de reproduzir padrões de extrativismo e exploração, sendo que os mais marginalizados são os que pagam o preço mais alto enquanto as elites lucram. Desde a exploração de minerais de transição até ao peso das dívidas e acesso desigual à energia, a trajetória atual é o reflexo de séculos de injustiça colonial. Uma transição justa tem de redistribuir energia e recursos, limitar o consumo excessivo e dar prioridade à dignidade e aos direitos para todas as pessoas. Este relatório descreve caminhos para criar um sistema energético baseado na igualdade, justiça, cuidados e bem-estar coletivo, em que a energia serve a vida, não os lucros.

© Oxfam International – Setembro de 2025

Autores principais: Mateo Adarve Zuluaga e Natalie Shortall.

Autores participantes: Hilde Stroot, Naira Wayand, Valeska Ruiz, Mohamadou Fadel Diop, Joel Chester Pagulayan e Mohammad Emran Hasan.

Gestor de supervisão: Jacqueline Persson

Gestor do projeto: Mateo Adarve Zuluaga

Responsável pela política: Hilde Stroot

Responsável pela comunicação com a imprensa: Cass Hebron

Responsável pela campanha: Mwangala Matakala

Gestor de publicação: Ayesha Arif

Para a investigação quantitativa: Mohammed Usrof, Dana Beltaji, Mohammed Kamal, Maria Reyes and Jodi-Ann Wang (Palestinian Institute for Climate Strategy, PICS), assim como Francisco Bolaños e Adina Nerghes.

Concebido por: Millie Mensah

Revisor: Adam Houlbrook



OXFAM

Menção especial: Ruth Mayne, que teve um papel preponderante na origem deste relatório.

O relatório teve também a assistência de Nabil Abdo, Sunil Acharya, Carlos Aguilar, Julie Bos, Gerald Byarabuga, Nafkote Dabi, Christian Donaldson, Jason Farr, Emily Greenspan, Amina Hersi, Dorothy Hove, Safa Jayoussi, Ashfaq Khalfan, Bushra Khalidi, Max Lawson, Alex Maitland, James Morrissey, Leah Mughera, Greg Muttitt, Maria Ramos, Anjela Taneja e Pubudini Wickramaratne na sua produção.

A Oxfam agradece a todos os peritos que contribuíram para este documento: Dante Dalajaban, Bert de Wel, Ruth Mayne, Anabella Rosemburg, Yamina Saheb, Maristella Svampa e Fran Witt.

Para obter mais informações sobre as questões levantadas neste documento, envie um e-mail para advocacy@oxfaminternational.org

Esta publicação está protegida por direitos de autor, mas o texto poderá ser utilizado sem custos para fins de apoio, campanha, educação e investigação, desde que a fonte seja totalmente reconhecida. O titular dos direitos de autor solicita o registo dessa utilização para efeitos de avaliação do impacto. Para reprodução em quaisquer outras circunstâncias, ou para reutilização noutras publicações, ou para tradução ou adaptação, é necessário obter permissão e poder-se-á cobrar uma taxa. Visite <https://policy-practice.oxfam.org/copyright-permissions>.

As informações contidas nesta publicação são corretas no momento da publicação.

A elaboração deste relatório só foi possível com a ajuda da Oxfam International, Oxfam Novib e Oxfam GB.

Publicado por Oxfam GB para a Oxfam International no âmbito do DOI: 10.21201/2025.000086 Oxfam GB, Oxfam House, John Smith Drive, Cowley, Oxford, OX4 2JY, Reino Unido.

ÍNDICE

Resumo executivo

1

Introdução: colonialismo climático disfarçado de diplomacia climática

7

Repetir o passado: uma transição injusta, colonial e extrativa

12

Descolonizar o futuro energético: uma transição justa, rápida, financiada e feminista para todas as pessoas

41

Recomendações para uma transição energética justa: lidar com o colonialismo energético

59

Referências

66

RESUMO EXECUTIVO

O mundo está em uma encruzilhada. A transição para energias renováveis pode ajudar a superar as desigualdades profundas que impulsionam a crise climática, ou pode agravá-las ainda mais.

Quando bem conduzida, a transição energética é uma oportunidade de renovar nossas economias com base na igualdade, na justiça, no cuidado e no bem-estar coletivo. Mas, se mal conduzida, fará com que as pessoas mais marginalizadas paguem novamente o preço mais alto, enquanto os mais poderosos continuam a lucrar.

Hoje, os sinais de alerta são claros: a transição global para as energias renováveis está sendo construída sobre bases desiguais. Estamos diante da desigualdade climática em ação: uma transição focada apenas em substituir os combustíveis fósseis por alternativas verdes, sem questionar o consumo excessivo de energia pelos mais ricos, enquanto frequentemente transfere para as comunidades de baixa renda os custos mais altos. Esses custos incluem os impactos nocivos da exploração de minerais para a transição, a partilha inadequada dos benefícios e sistemas financeiros e comerciais globais manipulados contra seus interesses. Em resumo, a mesma lógica que sustentou o colonialismo histórico ressurgiu agora sob novas formas, através da transição verde.

Esses padrões de desigualdade produzem efeitos tanto entre países quanto dentro deles. Embora também existam desigualdades marcantes entre ricos e pobres em países de alta renda, é no Sul Global que a desigualdade global se torna mais evidente, onde barreiras estruturais e injustiças históricas deixaram países inteiros suportando o impacto da crise climática e, agora, enfrentando os maiores riscos na transição para energias renováveis. Se a lógica que orienta essa transição não mudar, veremos a repetição da mesma história de extrativismo e exploração. Essas desigualdades se interseccionam com gênero, raça, classe, idade e outras dimensões de marginalização, o que significa que os custos de uma transição injusta recaem sobretudo sobre povos indígenas, comunidades negras e outros grupos étnicos e racializados, além de trabalhadores, camponeses, jovens e as gerações futuras.

Essa concentração de riqueza e poder se reflete também nos padrões de uso da energia: uma pequena minoria vive em luxo extremo e consome de forma excessiva os recursos do planeta, enquanto muitas pessoas ainda

não têm acesso sequer à eletricidade básica. Se apenas o consumo anual de energia do 1% mais rico fosse redistribuído, ele poderia suprir sete vezes as necessidades energéticas modernas de todas as pessoas no mundo que hoje não têm eletricidade.¹ Já a redistribuição do consumo dos 10% mais ricos em energia poderia suprir nove vezes as necessidades de todo o Sul Global.²

Os níveis mais altos de consumo estão concentrados entre as pessoas e empresas mais ricas, uma minoria pequena, mas poderosa. Isso também reflete um desequilíbrio geográfico mais amplo na forma como a energia é produzida e consumida, já que essa elite está localizada predominantemente no Norte Global. Nos últimos 60 anos, as pessoas dessa região consumiram mais de 3.300 petawatts-hora (PWh) de energia em excesso, ou seja, para além das necessidades energéticas básicas modernas, o suficiente para abastecer o mundo inteiro por mais de 20 anos.³

É possível construir um mundo em que todas as pessoas possam prosperar e em que os países façam a transição juntos, em vez de uns às custas dos outros. Mas a trajetória atual aponta na direção oposta. Os países, especialmente os mais ricos e os mais responsáveis pela crise climática precisam mudar de rumo, enfrentar injustiças históricas e atuais e transformar os sistemas de extração e exploração que alimentam tanto os extremos no consumo de energia quanto a pobreza energética, além de limitar o poder e a influência das empresas e dos super-ricos. Isso inclui questionar quais necessidades e formas de consumo são priorizadas dentro do orçamento global de carbono, a quantidade de CO₂ que a humanidade ainda pode emitir para permanecer no limite de 1,5 °C de aquecimento. Fazer isso não é apenas uma questão urgente de justiça, mas também uma condição vital para o sucesso da eliminação dos combustíveis fósseis.

Colonialismo climático na transição

Essas desigualdades produzem efeitos em tempo real enquanto a transição energética avança. Padrões emergentes de extração, tanto na exploração de minerais para a transição quanto em uma arquitetura financeira e comercial global favorecida aos poderosos, replicam a mesma dinâmica exploratória que há muito transfere valor das pessoas mais marginalizadas do Sul Global para os mais ricos do Norte Global, deixando para trás danos e exploração.

Uma nova competição por recursos

A transição para energias renováveis está impulsionando uma corrida global por minerais de transição, como lítio, cobalto, níquel e cobre. Mas, em vez de apoiar o desenvolvimento local no Sul Global, que detém 70% das reservas mundiais desses minerais, essa nova competição acirrada por recursos está replicando uma antiga dinâmica de extração.⁴

Por exemplo, as cadeias de abastecimento de veículos elétricos: a solução preferida, mas falha, do Norte Global para descarbonizar os transportes também evidenciam o desequilíbrio flagrante entre as comunidades que

arcam com os custos e os bilionários que lucram e se beneficiam com a crise. A Tesla, empresa de carros elétricos de propriedade do homem mais rico do mundo, Elon Musk, é um símbolo dessa oligarquia. Cada veículo da empresa gera cerca de 3.150 dólares em lucro, contém aproximadamente 3 kg de cobalto, extraído principalmente na República Democrática do Congo (RDC). Para cada carro, a RDC recebe menos de 10 dólares em royalties, e um mineiro ganha apenas 7 dólares, ou seja, ele demoraria cerca de dois anos para ganhar o que a Tesla obtém com um único veículo.⁵ Somente em 2024, a Tesla lucrou 5,63 trilhões de dólares com a venda de 1,79 milhão de veículos elétricos, enquanto a RDC recebeu, no máximo, 17,5 mil dólares em royalties.⁶

A América Latina concentra mais de 50% das reservas mundiais de lítio, um mineral essencial para tecnologias de baterias que armazenam energia renovável.⁷ A extração prevista será tão intensa que, em apenas 11 anos, o Triângulo do Lítio, formado por Chile, Argentina e Bolívia produzirá mais lítio do que a prata que o Império Espanhol extraiu ao longo de 300 anos de domínio colonial.⁸ Entre 2015 e 2030, a região deverá produzir 1,6 milhão de toneladas de lítio, suficiente para cobrir toda a cidade de Madrid com uma camada de 5 mm de “ouro branco”.⁹

As comunidades em todo o Sul Global estão assistindo à apropriação de suas terras, ao esgotamento da água e à violação de seus direitos em nome da transição verde - não apenas por meio da extração de minerais de transição, mas também com a implantação em grande escala de energias renováveis e de soluções climáticas falsas, como biocombustíveis, mercados de carbono e gás, que frequentemente causam mais danos do que benefícios. **As terras reconhecidas como indígenas ameaçadas pelas atividades industriais¹⁰ largamente relacionadas com a transição energética extrativa atual abrangem 22,7 milhões de km², uma área maior do que Brasil, Estados Unidos e Índia juntos.¹¹ Isso equivale a quase o dobro do território do Império Colonial Francês em seu auge.¹² Sem reformas urgentes para proteger direitos e territórios, a transição só vai reforçar padrões de mais de 500 anos de colonialismo energético, desde o trabalho escravo e a exploração de biomassa (madeira, carvão e plantações) até a era do carbono e do petróleo.**

Um sistema financeiro colonial

Os recursos naturais não são o único campo de extração relacionado aos sistemas energéticos. A arquitetura do financiamento global também é enviesada, moldada por séculos de poder colonial, mantendo os países de baixa renda em dependência estrutural. Enquanto os países ricos podem investir trilhões em suas próprias transições para energia limpa, o Sul Global fica sobrecarregado com dívidas crescentes, juros punitivos e espaço fiscal limitado.

Em 2024, os países de alta renda representaram cerca de 50% do investimento global em energia limpa, a China 29%, enquanto a África contribuiu com apenas 2%, apesar de a África Subsaariana abrigar 85% de todas as

peças no mundo sem eletricidade.¹³ A desigualdade não se limita apenas aos destinos do financiamento, mas também ao seu custo: projetos de energia limpa no Sul Global enfrentam taxas de juros entre 9% e 13,5%, em comparação com apenas 3% a 6% em países mais ricos, desacelerando o ritmo da transição.¹⁴ Esses custos não são inevitáveis – refletem um sistema que avalia riscos por meio de lentes racializadas e legados coloniais. O impacto é evidente: fornecer energia limpa a 100 mil pessoas custa cerca de 95 milhões de dólares em economias avançadas, como o Reino Unido, mas 139 milhões de dólares (45% a mais) em economias emergentes como a Índia e 188 milhões de dólares (97% a mais) em países africanos como a Nigéria.¹⁵

Entretanto, os países que as geopolíticas coloniais classificam como em desenvolvimento¹⁶ possuem uma dívida externa de 11,7 trilhões de dólares, mais de 30 vezes o investimento adicional necessário para garantir acesso universal à eletricidade e a cozinhas limpas até 2030.¹⁷ Só em 2024, os países do Sul Global pagaram aproximadamente 400 trilhões de dólares em serviço da dívida.¹⁸

Resgatar o nosso futuro energético do colonialismo climático

Não precisa ser assim. A transição energética oferece uma oportunidade rara de reescrever o roteiro: superar modelos extrativistas e construir um sistema energético baseado em igualdade, justiça, cuidado e prosperidade coletiva. Com as escolhas certas, o poder pode ser reestruturado, garantindo que todos os países e todas as pessoas façam a transição em condições justas e equitativas. Este momento pode se tornar um ponto de virada, mas apenas se os governos enfrentarem as desigualdades estruturais que moldam a transição.

O Sul Global poderia estar no centro de uma transição global justa: numa inversão quase completa dos padrões de investimento em energia, 70% do potencial renovável não explorado do mundo encontra-se no Sul Global. O potencial para transformar radicalmente o panorama energético é concreto. Aproveitar menos de 1% da energia solar anual do deserto do Saara poderia fornecer eletricidade para todo o Oriente Médio e Norte da África.¹⁹ Extrair menos de 1% da energia eólica utilizável globalmente poderia abastecer os 677 milhões de habitantes do Sudeste Asiático.²⁰ O custo estimado dessa energia eólica – 331 trilhões de dólares - poderia ter sido arrecadado globalmente nos primeiros 10 meses de 2024 por meio de um imposto sobre os lucros das empresas de combustíveis fósseis.²¹

Em vez de encarar o futuro da energia como uma corrida com poucos vencedores, precisamos reimaginá-lo como um projeto global compartilhado. A energia não deve ser acumulada, retida ou usada como instrumento de poder geopolítico ou corporativo. Essa mudança estrutural exige justiça reparatória: fazer com que os poluidores ricos paguem, redistribuir

recursos, confrontar o consumo excessivo e priorizar os direitos de quem foi historicamente excluído, adotando modelos econômicos que coloquem igualdade, bem-estar e limites ecológicos no centro. Enfrentar a desigualdade é tanto um imperativo moral quanto uma estratégia eficaz de mitigação climática.

Sociedades mais igualitárias exigem menos crescimento para satisfazer necessidades básicas e menos energia para proporcionar bem estar a todas as pessoas.²² Por isso, uma transição energética justa não apenas precisa descarbonizar, mas também deve renovar os sistemas para reduzir a pobreza, redistribuir o poder e assegurar bem-estar dentro dos limites do planeta. O Modern Energy Minimum (MEM) - Mínimo Moderno de Energia - define um patamar de 1.000 kWh por pessoa por ano, questionando definições restritas de “necessidades básicas” de acesso à energia. Trata-se de um mínimo dos mínimos para garantir direitos de dignidade e desenvolvimento no Sul Global, e não de um limite máximo. É essencial dar prioridade a esse limite, mas isso também exige reduzir o uso excessivo e de luxo de energia no Norte Global. Podemos fornecer energia para todas as pessoas e impedir o colapso climático, mas apenas se reduzirmos radicalmente a desigualdade.

Comunidades, trabalhadores e governos progressistas já estão propondo abordagens justas para a energia, após um legado de 500 anos de resistência ao colonialismo, combatendo a extração, reivindicando o controle sobre os recursos e criando sistemas que priorizam a necessidade pública em vez do lucro privado. De projetos de energia renovável liderados por indígenas e mulheres a sindicatos que defendem o direito a um trabalho decente e esforços nacionais que afirmam a soberania energética, esses exemplos mostram que alternativas não apenas são possíveis, como já estão acontecendo. Isso é reforçado por visões políticas e ecológicas que afirmam nosso direito coletivo de decidir como a energia é gerada, distribuída e utilizada - reconhecendo-a como bem público e direito humano.

Não existe um modelo único para uma transição justa - ela vai variar conforme o contexto, moldada por diferentes histórias, conhecimentos e necessidades. Mas todas as transições justas devem compartilhar um princípio fundamental: a energia deve servir à vida, e não ao lucro.

Recomendações para uma transição energética justa

Para começar a remodelar a transição energética em torno da igualdade, justiça e prosperidade coletiva, é preciso adotar as seguintes ações essenciais.

- **Caminhos diferenciados de transição:** os países têm de adaptar estratégias de transição energética com base em responsabilidade e capacidade histórica, garantindo que países com emissões elevadas emissões rapidamente, responsabilizando as empresas de combustíveis

fósseis e os ultra ricos, e preservando espaço carbônico suficiente para países com capacidade mais baixa

- **Consumo de energia equitativo:** cumprir metas ambiciosas de redução e adotar medidas de suficiência no Norte Global, com foco nos responsáveis por emissões mais altas e mais elevadas, enquanto se promovem estratégias de economia circular e normas de acesso equitativo universal, como o MEM, para assegurar distribuição justa.
- **Sistema financeiro reformado:** reformular sistemas comerciais e de investimento para permitir valor acrescentado interno e desenvolvimento industrial no Sul Global, permitindo que estes países se afastem da dependência dos combustíveis fósseis e apoiando a soberania energética e a tributação progressiva globalmente.
- **Financiamento climático transformador:** substituir modelos financeiros extrativos que fluem do Sul para o Norte por cancelamento de dívidas, financiamento climático baseado em atribuição de subsídios e iniciativas de reparações que dão prioridade à igualdade, às comunidades locais, ao planeta e à justiça de gênero em vez do lucro.
- **Salvaguarda de comunidades e natureza:** garantir consentimento livre, prévio e informado (FPIC) para todos os projetos; respeitar e cumprir os direitos à terra, incluindo a proibição de apropriação de terras e expulsões forçadas; proteger ecossistemas críticos, mantendo os recursos mais valiosos in situ; eliminar zonas de sacrifício e assegurar benefícios locais equitativos do desenvolvimento energético.
- **Governança energética democrática:** mudar a propriedade e a tomada de decisões do interesse privado para o interesse público, garantindo que a energia seja tratada como um direito humano, promovendo a redução da desigualdade e permitindo que as comunidades definam seu futuro energético por meio de governança transparente, inclusiva e transformadora em termos de gênero.
- **Coordenação e mecanismo de justiça internacionais:** estabelecer um mecanismo internacional na COP30 para garantir coerência política e acelerar, consolidar e viabilizar uma transição justa e holística, com mandato e capacidade para coordenar, financiar e monitorar iniciativas globalmente, assegurando responsabilização e integrando a justiça em todos os níveis políticos.

INTRODUÇÃO: COLONIALISMO CLIMÁTICO DISFARÇADO DE DIPLOMÁCIA CLIMÁTICA

O mundo está num momento essencial. À medida que os impactos das alterações climáticas aumentam – de inundações e incêndios devastadores a ondas de calor mortais e insegurança alimentar crescente – a urgência de uma transição que abandone os combustíveis fósseis é um facto inegável. Mas enquanto a transição energética ganha velocidade também levanta perguntas mais profundas, frequentemente ignoradas: quem vai beneficiar e quem vai suportar os custos?

Apesar de um consenso alargado quanto à necessidade de mudar para energias renováveis, a transição está a desenrolar-se de formas que correm o risco de reproduzir, ou até aprofundar, as desigualdades e injustiças do passado. Estas desigualdades atravessam fronteiras, afetando trabalhadores, comunidades, grupos racializados, mulheres, povos indígenas e outras populações marginalizadas no Sul Global e no Norte Global – mas o custo mais pesado é extraído das pessoas que vivem em territórios que ainda estão marcados pelas feridas abertas do colonialismo.

O colonialismo climático refere-se às formas como um grupo pequeno de países ricos está a definir a transição energética para servir os seus próprios interesses.²³ Destacam-se dois padrões.

Em primeiro lugar, a extração de minerais de transição como lítio, cobalto, níquel, cobre e terras raras, a exploração da terra e de ecossistemas para bioenergia, a implantação de fontes de energias renováveis em grande escala como energia hidráulica, eólica e solar, e a expansão de esquemas de crédito de carbono em conjunto estão a reavivar padrões familiares de pilhagem colonial. Operações de exploração mineira, frequentemente com propriedade estrangeira, estão a crescer rapidamente por todo o Sul Global, às vezes sem ou com consentimento mínimo da comunidade, benefícios locais limitados e muitas vezes danos ambientais e sociais significativos. Os projetos de energias renováveis são cada vez mais expandidos através de cadeias de abastecimento assentes na exploração do trabalhador, em apropriações de terras e em acordos enganosos com as comunidades – resultando em perdas de saúde e meios de subsistência, deslocação e erosão de modos

de vida locais. Neste contexto, a transição energética está a criar novas zonas de sacrifício e a gerar violência contra os defensores da terra e do ambiente. Estas injustiças são permitidas e exacerbadas devido à falta de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e de outras comunidades marginalizadas às suas terras e territórios tradicionais.

Em segundo lugar, uma economia construída sobre a extração de capital significa que muitos países de rendimento mais baixo estão a ser excluídos de toda a transição, apesar do potencial renovável significativo e da necessidade urgente de eliminar combustíveis fósseis. Apesar dos custos em queda das energias renováveis, as dívidas elevadas pesadas, condições de empréstimo injustas e injustiças fiscais estruturais dificultam o investimento dos governos no acesso à energia ou nas infraestruturas e proteções públicas necessárias para garantir uma transição justa, e deixam alguns governos presos na produção de combustíveis fósseis para pagar dívidas.²⁴ Entretanto, governos e instituições ricas continuam a promover modelos de financiamento que dão prioridade às receitas para investidores ricos em detrimento de benefícios para a comunidade e o bem público, e apoiam regimes globais de comércio e propriedade intelectual que impedem o acesso a tecnologias renováveis.²⁵ Além disso, ao colocar todo o seu peso por trás de transições energéticas impulsionadas por empresas, os governos e instituições excluem a possibilidade de imaginar sistemas energéticos e económicos mais regeneradores e democráticos.

Esta dinâmica reflete legados mais profundos. A industrialização, alimentada por combustíveis fósseis, foi criada em séculos de colonialismo, capitalismo de extração e patriarcado. Os combustíveis fósseis alimentaram a conquista imperial e a expansão industrial, enquanto os seus custos – da destruição ambiental à exploração de trabalho segundo género – foram sobretudo externalizados para o Sul Global. Entretanto, desde o fim do colonialismo formal, o desenvolvimento em muitas regiões perpetuou desigualdades criadas pela era colonial, com foco na integração das economias nos mercados globais como fontes de recursos e mão de obras baratos, fazendo pouco para criar autonomia económica genuína e deixando muitos países presos em ciclos de dependência, dívida e pobreza. A transição de energia limpa atual, caso se mantenham os sistemas de poder e financiamento existentes, corre o risco de continuar essa trajetória. Este relatório defende que a transição energética tem de ser mais do que uma mudança tecnológica. Também tem de ser uma transformação estrutural: uma que confronta relações coloniais continuadas, resiste à financialização de sistemas de sustento, garante trabalho decente e reimagina a energia como um instrumento para reduzir a desigualdade, bem como cuidados e caminhos diversos para o desenvolvimento centrados nas pessoas.

A necessidade de justiça – o que está em jogo

Uma transição energética justa, igual e transformadora oferece uma alternativa poderosa à trajetória atual. Pressiona-nos a ver para além do carbono e da tecnologia, bem como a enfrentar questões mais profundas de poder, desigualdade e responsabilização.

Uma transição realmente justa está assente em cinco dimensões interligadas:

- **Justiça de reconhecimento:** respeitar os direitos, sistemas de conhecimento e experiências vividas de comunidades marginalizadas.
- **Justiça de processos:** garantir tomada de decisões inclusiva, democrática e transparente.
- **Justiça de distribuição:** reduzir a desigualdade através da partilha justa de benefícios e fardos da transição.
- **Justiça de recuperação:** compensar danos passados e atuais através de mudança estrutural e de reparação significativa.
- **Objetivo de transformação:** ir para além de evitar danos para resolver as causas na origem das injustiças. Isto também implica ter uma visão a longo prazo, trabalhar dentro de estruturas existentes enquanto se permite a aparecimento de alternativas mais justas que desmontem o colonialismo.

Estas dimensões têm de estar assentes num compromisso com a **justiça de género**. Em todos os aspetos da transição – dos direitos à terra ao trabalho, do financiamento à governação – as mulheres e as pessoas com género diverso enfrentam riscos e barreiras desproporcionais. Mas também estão na linha da frente da manutenção das comunidades e no impulso a soluções locais. Uma transição realmente justa não só tem de evitar danos relacionados com género, como também tem de colocar ativamente no centro a liderança, conhecimento e prioridades de mulheres, raparigas e pessoas de género diverso, redistribuindo poder e recursos. Isto significa integrar cuidados, bem estar e abordagens de relações na sustentabilidade em todas as dimensões do planeamento e política de transição.

Demasiadas vezes, as estratégias energéticas falham em todos os tipos de justiça. São impostos projetos sem consentimento, são extraídos lucros enquanto as comunidades enfrentam deslocação e danos ambientais, e as pessoas mais afetadas pela crise climática são sistematicamente excluídas da tomada de decisões. Uma transição justa não é um luxo – é um requisito prévio para garantir que a mudança para energias renováveis acontece com a velocidade necessária e melhora o nível de vida de todas as pessoas.

Tal como este relatório vai demonstrar, há sinais de progresso: comunidades em todo o mundo estão a reivindicar os seus futuros energéticos, muitas vezes com as mulheres na linha da frente, os trabalhadores estão a conquistar

direitos laborais no âmbito da transição e alguns governos começam a dar prioridade aos cuidados e bem estar na política económica. Estes avanços também são legados de mais de 500 anos de resistência coletiva ao colonialismo, ao capitalismo e ao patriarcado. Mas estes esforços continuam a ser fragmentados, a ter recursos insuficientes e a ser postos de lado pelo status quo económico. É preciso muito mais para fazer da justiça a base, não a resposta tardia, da transição energética global.

Resumo deste relatório

A Secção 1 define o modo como a dinâmica atual da transição energética – dos minerais de transição e biomassa às energias renováveis e compensação de carbono – está a reforçar sistemas extrativos, exploradores, financializados e injustos. Mostra como as dimensões de justiça são ignoradas demasiadas vezes, com consequências graves para as pessoas e para o planeta.

A Secção 2 volta-se para a possibilidade. Descreve uma visão para transições rápidas, justas e transformadoras que estão assentes em liderança comunitária, direitos dos trabalhadores, economia feminista e cooperação global. Identifica alternativas e caminhos de política do mundo real para mudar o poder e garantir que as transições servem as pessoas, não o lucro (Tabela 1).

A última secção reúne recomendações – do financiamento à reforma comercial e à participação pública – para garantir que a justiça é a base da transição energética.

As paradas são altas. A transição pode acentuar uma nova fase de colonialismo e desigualdade com uma bandeira verde, ou lançar os alicerces para um mundo mais justo, mais igual e solidário – bem como um mundo renovável e regenerador. Nesta encruzilhada, a justiça tem de mostrar o caminho.

Descrição do sistema global de energia atual e das mudanças transformadoras necessárias.

Sistema atual

Abordagens iniciais de financiamentos privados que dão prioridade a receitas através de financiamentos combinados e que usam fundos e garantias públicos para diminuir os riscos para o capital privado

Energia como um produto, controlado por empresas e investidores

Energias renováveis implantadas através de sistemas centralizados que dão prioridade a zonas ligadas a uma rede principal, sobretudo grandes cidades e empreendimentos industriais

Regras económicas globais que acentuam a dependência através de dívida, evasão fiscal e proteções para o investidor

Apropriação de terras e recursos deslocando comunidades para infraestruturas de energia "verde"

Exploração do trabalho em setores de transição energética e agravamento da negligência dos direitos dos trabalhadores uma vez que são deixados para trás na eliminação de combustíveis fósseis

Projetos tecnocráticos top-down (de cima para baixo) concebidos sem participação local

Mercados e compensação de carbono usados pelos poluidores para atrasar a ação climática real

Consumo excessivo no Norte Global, especialmente pelas pessoas mais ricas, levando ao esgotamento de recursos e à desigualdade

Financiamento climático baseado em dívida e redução dos orçamentos de ajuda

Mudança transformadora necessária

Financiamentos públicos e com base em atribuição de subvenções que dão prioridade às necessidades das comunidades e permitem controlo público

Energia com um bem público e direito humano, governado de forma democrática

Energias renováveis implementadas como uma combinação de sistemas centralizados e descentralizados, servindo centros urbanos e comunidades rurais e marginalizadas

Regras reescritas que permitem soberania, redistribuição e caminhos de desenvolvimento justo

Consentimento livre, prévio e informado (FPIC) garantido, reconhecimento e proteção integral e jurídico dos direitos à terra, incluindo direitos tradicionais e coletivos, com foco em mulheres, povos indígenas e outros grupos racializados

Trabalho e proteção social decentes são a norma em setores de transição energética, com os trabalhadores a receber remuneração justa e apoio através de requalificação

Soluções inclusivas impulsionadas pela comunidade assentes em governação democrática e processos de tomada de decisões, cuidados e conhecimento com base local

Abordagens de pagamento pelo poluidor e reduções de emissões diretas pelos principais emissores

Suficiência, eficiência e redistribuição energética, satisfazendo necessidades humanas dentro dos limites do planeta

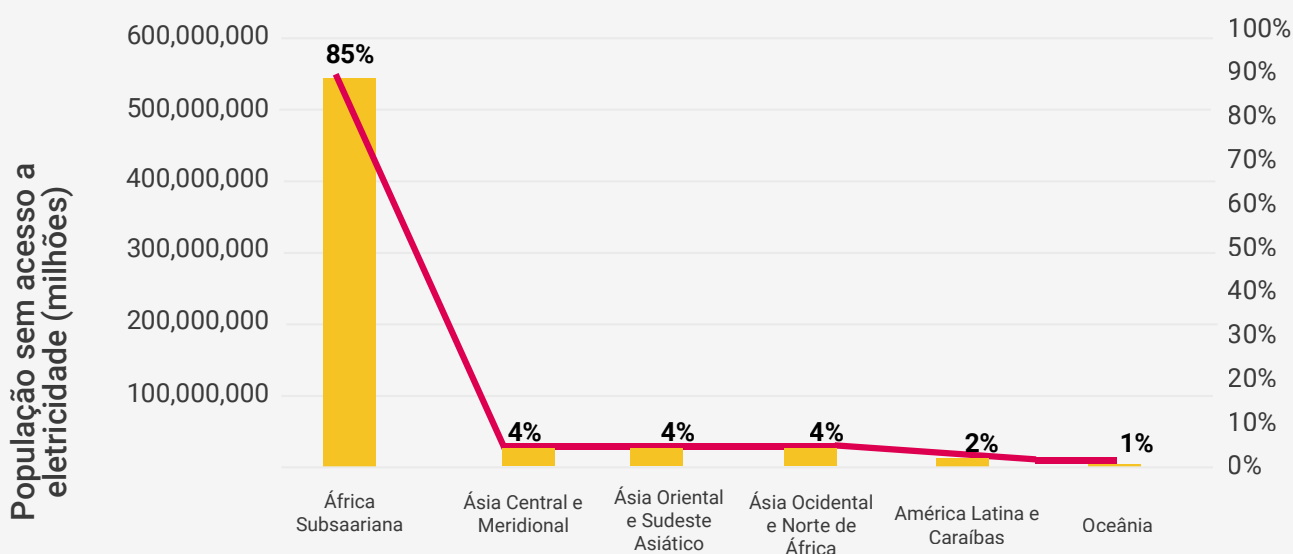
Financiamento climático de reparações, disponibilizado através de subvenções, cancelamento de dívidas e tributação progressiva

REPETIR O PASSADO: UMA TRANSIÇÃO INJUSTA, COLONIAL E EXTRATIVA

Energia, desigualdade e a política do poder

A energia é essencial para uma vida segura e digna. Fornece as casas, permite cozinhar de forma limpa e o acesso a água, e está na base dos cuidados de saúde, educação, meios de subsistência e mobilidade. Mas o acesso a energia limpa, fiável e económica continua a ser extremamente desigual. Cerca de 666 milhões de pessoas ainda vivem sem o acesso básico a eletricidade, e 2,1 milhões de milhões de pessoas não têm acesso a combustíveis limpos para cozinhar.²⁶ A pobreza energética está extremamente concentrada. A África Subsariana corresponde a 85% da população global sem eletricidade, enquanto o Norte Global tem acesso quase universal. As populações da Ásia Meridional e da África Subsariana correspondem a mais de 90% das pessoas sem acesso a cozinha limpa, com o Norte Global a representar apenas 5%.²⁷ Um aparelho de ar condicionado numa casa rica europeia usa tanta eletricidade durante um ano como o acesso a energia total anual de cinco casas em comunidades pobres em termos energéticos na África Subsariana.²⁸

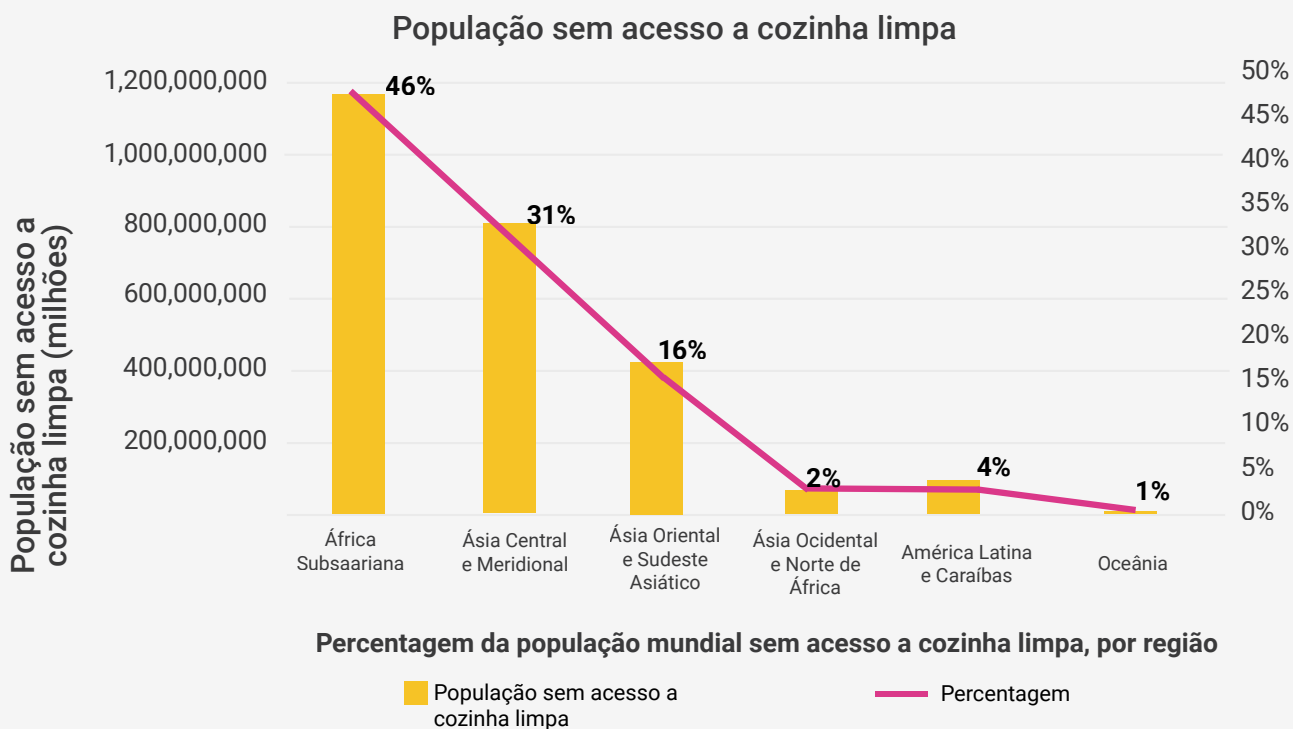
População sem acesso a eletricidade



Percentagem da população mundial sem acesso à eletricidade, por região

■ População sem acesso a eletricidade — Percentagem

Elaboração própria a partir de dados externos.²⁹



Elaboração própria a partir de dados externos.³⁰

Estas disparidades não são inevitáveis: são o produto de sistemas de injustiça com raízes profundas, determinados por legados coloniais que estão na base de muitas das hierarquias económicas globais atuais. A desigualdade energética é especialmente visível nas vidas de mulheres e raparigas, que suportam o impacto da pobreza energética. O acesso equitativo a energia poderia afetar mais de 389 milhões de mulheres globalmente que atualmente dependem de combustíveis intensivos em termos de emissões, evitar mais de 3,2 milhões de morte prematuras anualmente resultantes de poluição do ar em casa, e libertar uma média de 20 horas de trabalho por semana por mulher globalmente.³¹ As mulheres em comunidades rurais da Ásia Meridional coletivamente gastam uma estimativa de 507,38 milhões de horas por dia a recolher combustível, algo que é equivalente a 1,52 milhões de milhões de dólares norte-americanos em trabalho de cuidados não remunerado por dia.³² Este trabalho faz parte de um sistema mais alargado de trabalho de cuidados não remunerado que é indispensável para a sociedade e subvalorizado sistematicamente. Globalmente, estima-se que o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado das mulheres contribua com mais de 10,8 milhões de biliões de dólares norte-americanos anualmente, mas permanece invisível na maioria das estruturas de políticas de desenvolvimento e energia.³³

Uma vez que a energia está na base de tantos aspetos da vida e do desenvolvimento, é eminentemente política. O controlo sobre a sua produção e fluxo determina quem beneficia, quem é deixado para trás e de quem são as prioridades que definem o nosso futuro coletivo. Historicamente, os sistemas baseados em combustíveis fósseis – centralizados, de extração e com tendência para controlo por monopólio – foram fundamentais para consolidar o poder das empresas e dos estados coloniais.³⁴ Embora os combustíveis

fósseis nem sempre fossem extraídos em territórios colonizados, o seu uso alimentou a expansão imperialista, permitiu infraestruturas de extração e serviu as elites coloniais de modo desproporcional, acentuando hierarquias globais de acesso e controlo. Estes sistemas foram fundamentais para permitir a expansão económica do Norte Global, extraíndo riqueza e recursos do Sul Global enquanto externalizavam os custos ambientais e sociais no centro da crise climática.³⁵

Estes desequilíbrios não desapareceram com o fim do regime colonial formal. A independência política em muitos países do Sul Global frequentemente deixou implementadas estruturas económicas e tecnologias que continuaram a servir os interesses do Norte Global. A vantagem inicial do Norte na industrialização e no desenvolvimento tecnológico traduziu-se em vantagens duradouras na propriedade e patenteação de tecnologias que estão na base da economia dos combustíveis fósseis. Um dos sucessos mais significativos para o Sul Global ocorreu quando os países tomaram o controlo de empresas de combustíveis fósseis propriedade de estrangeiros e criaram a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) nos anos 60 do século XX, demonstrando novo poder coletivo na arena internacional e influência em políticas de energia globais.³⁶ Mas mesmo quando o petróleo bruto e o gás no Sul Global é propriedade de empresas nacionais, as empresas do Norte mantêm influência através do controlo da tecnologia, do capital e de segmentos de valor elevado da cadeia de abastecimento. Este desequilíbrio histórico reflete-se atualmente em desigualdades energéticas flagrantes. Mesmo agora, uma pessoa média no Norte Global consome num ano energia suficiente para satisfazer as necessidades energéticas modernas de mais 45 pessoas no Sul Global.³⁷

Enquanto este desequilíbrio colonial entre Norte e Sul continua a ser a característica definidora da economia global, os padrões de extração e exploração também tiveram um papel dentro do próprio Norte. Nos EUA, o desenvolvimento de carvão, petróleo e gás devastou territórios indígenas – desde a exploração mineira de urânio na Nação Navajo³⁸ até aos oleodutos que atravessam os territórios dos Sioux e de outras nações.³⁹ No Reino Unido, a extração de carvão esteve na base do crescimento industrial enquanto expunha gerações de comunidades operárias no norte de Inglaterra, Escócia e País de Gales a condições perigosas, salários de pobreza e eventual abandono através de uma transição injusta para a desindustrialização.⁴⁰ Estes exemplos mostram que a lógica colonial da extração não para de forma organizada nas fronteiras nacionais; também funciona através de hierarquias de raça, classe, género, idade e geografia dentro dos países. Faz parte de um sistema global em que os benefícios continuam a fluir de modo desproporcional para elites ricas no Norte Global, enquanto os custos são sentidos de forma mais aguda pelas pessoas com menos poder.

Dentro do Norte Global, há uma enorme desigualdade entre quem beneficia da extração e exploração contínuas dos recursos do Sul. Os indivíduos mais ricos no Norte Global consomem uma quantidade surpreendente de energia e

recursos, alimentada pelo seu uso de bens de luxo como iates e jatos privados com intensidade de carbono elevada. Uma única pessoa dos 1% mais ricos do Norte Global consome num ano energia suficiente para satisfazer as necessidades energéticas modernas de 440 pessoas no Sul Global.⁴¹ Durante os últimos 60 anos, o Norte Global consumiu mais de 3300 petawatts-hora (PWh) de energia em excesso – ou para além das necessidades básicas modernas – o suficiente para dar energia ao mundo durante quase 20 anos. Em média, cada pessoa no Norte Global usou seis vezes mais energia em excesso do que uma pessoa no Sul Global. Se dessemos um preço a toda essa energia extra, teria um valor superior a 454 milhões de biliões de dólares norte-americanos.⁴² Em termos mais alargados, na última década os 10% de pessoas mais ricas consumiram metade de toda a energia global, enquanto as 50% mais pobres partilharam apenas 8%.⁴³

As desigualdades integradas neste sistema criaram as bases para a desigualdade climática atual. Os 1% mais ricos da população global usam tanta energia que, se todas as pessoas consumissem da mesma forma, o orçamento de carbono restante no mundo – a quantidade de CO₂ que a humanidade pode emitir para se manter dentro da meta de 1,5°C de aquecimento – seria esgotado em poucos meses.⁴⁴ Entretanto, muitos países ricos em recursos continuam pobres ao nível energético em casa, continuando a exportar energia e minerais de transição em condições que favorecem os mercados externos em detrimento das necessidades locais.

Mas o afastamento global em relação aos combustíveis fósseis constitui uma oportunidade crucial para a libertação em relação a este legado de injustiça. Uma transição energética justa não é só desejável; é uma necessidade absoluta para desmontar a desigualdade, erradicar a pobreza e construir um mundo melhor para todas as pessoas. Num mundo a debater-se com desigualdade crescente e milhões de milhões de pessoas a viver na pobreza – muitas vezes exacerbada por uma falta de acesso a energia – gerir esta transição de modo equitativo é um imperativo. Não conseguir fazer isso significa não conseguir lidar com a pobreza e a igualdade, o que por sua vez significa não conseguir abordar a crise climática. Se for feita de forma equitativa, a transição energética poderá permitir aos países ultrapassar a dependência relativamente aos combustíveis fósseis e criar sistemas energético inclusivos e centrados nas pessoas que abram caminho para o desenvolvimento social e económico.

O acesso a energia limpa e económica é um direito básico, mas não é só isso – também é um catalisador, libertando melhorias ao nível da educação, saúde, igualdade de género e resiliência climática. Mas esta promessa só será concretizada se confrontarmos as desigualdades estruturais presentes na transição atual. Tal como esta secção mostra, sem esforços deliberados para colocar a justiça no centro da questão, a transição corre o risco de repetir a dinâmica de extração, expropriação e exclusão que tem definido a economia e o sistema energético globais.

Do colonialismo à injustiça climática



A ascensão dos combustíveis fósseis foi crucial para a expansão e manutenção dos impérios coloniais. O carvão alimentou os navios, caminhos de ferro e fábricas que permitiram a conquista imperialista, facilitou a extração de recursos e integrou as colónias nos mercados globais em condições extremamente desiguais. Mais tarde, o petróleo tornou-se estrategicamente vital para o domínio militar e industrial, particularmente no século XX. As potências coloniais como a Grã Bretanha e a França construíram infraestruturas de extração – não para servir o desenvolvimento local, mas para transportar de modo eficiente bens, pessoas e lucros para o centro do império. Estes sistemas criaram as bases para desigualdades globais em infraestruturas, capacidade industrial e emissões que persistem até hoje.⁴⁵

O legado destes sistemas de extração continua a moldar padrões contemporâneos de vulnerabilidade climática e precariedade económica. Veja-se o exemplo do Bangladesh – um país responsável por apenas 0,45% das emissões globais, mas entre aqueles afetados de forma mais grave pelas alterações climáticas.⁴⁶ Sob o domínio colonial britânico, os agricultores em Bengala foram coagidos a cultivar índigo para as indústrias

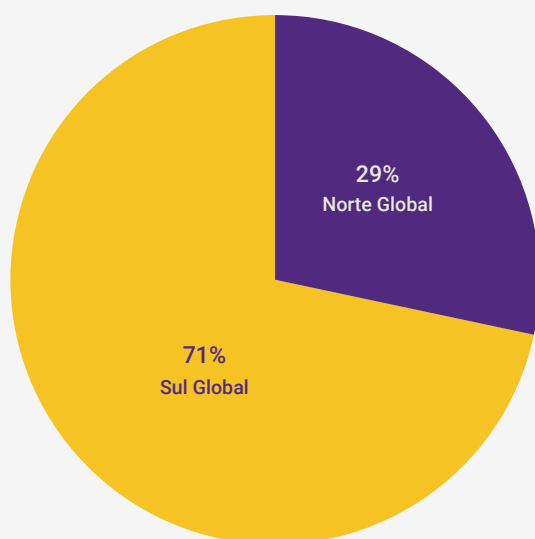
têxteis europeias em vez de alimentos, comprometendo os sistemas alimentares locais e acentuando um modelo de produção de extração orientado para a exportação. Essas mesmas indústrias alimentaram o desenvolvimento com intensidade de carbono elevada do Norte Global.

Atualmente, muitos descendentes dessas comunidades agrícolas enfrentam deslocamentos induzidos pelo clima devido a ciclones, cheias e intrusão salina, e migram para zonas urbanas para trabalharem no setor do vestuário. Este setor – que emprega mais de quatro milhões de trabalhadores e representa 85% das exportações do Bangladesh – agora está sob pressão das marcas internacionais para descarbonizar.⁴⁷ Mas muitas fábricas não têm financiamento, tecnologia ou infraestruturas para fazer isso. Aquelas que não conseguem estar em conformidade correm o risco de fechar, comprometendo ainda mais meios de subsistência que já são precários e agravando injustiças históricas assentes em sistemas de comércio e energia coloniais.

A corrida extrativista aos minerais

O mundo tem abundância de fontes de energias renováveis – luz solar, vento, marés e calor geotérmico. Mas as tecnologias usadas para as aproveitar não têm nada de “renovável”. Os painéis solares, turbinas eólicas, baterias e veículos elétricos dependem de grandes quantidades de materiais finitos: lítio, cobalto, cobre, níquel e elementos de terras raras. Estes minerais de transição, embora não entrem em combustão como os combustíveis fósseis, não se regeneram. Têm de ser extraídos, frequentemente com enormes custos sociais, ambientais e políticos.

Distribuição das reservas de minerais de transição



Elaboração própria a partir de dados externos.⁴⁸

O Sul Global possui cerca de 70% das reservas de minerais de transição, incluindo até 72% de cobalto, até 64% de lítio, cerca de 71% de níquel, até 64% de cobre e cerca de 87% de minerais de terras raras.⁴⁹ Estes recursos também estão muito concentrados em poucas

regiões: mais de 70% do cobalto mundial provém das províncias do sul da República Democrática do Congo (RDC),⁵⁰ perto de 50% das reservas de lítio estão no “Triângulo do Lítio” da Argentina, Bolívia e Chile,⁵¹ e a Ásia Meridional e o Pacífico – particularmente a Indonésia e as Filipinas – correspondem a mais de 55% da produção global de níquel.⁵²



Elaboração própria a partir de dados externos⁵³

Esta dinâmica faz parte de um contínuo de extração colonial. A América Latina detém quase metade do lítio mundial mas capta apenas cerca de 10% da cadeia de valor de baterias de lítio aos níveis nacionais e regionais, sobretudo através de royalties, impostos e processamento interno limitado. Os mineiros levam para casa menos de 2 cêntimos de cada dólar do valor das baterias.⁵⁴ Em apenas 11 anos, a América do Sul vai extrair mais lítio do que o império espanhol extraiu prata durante 300 anos de domínio colonial – mas mais de 90% do valor é captado fora da região, em grande parte por empresas na China, na Europa e nos EUA.⁵⁵ Entre 2015 e 2030, está previsto que o Triângulo do Lítio produza 1,6 milhões de toneladas de lítio: suficiente para cobrir toda a cidade de Madrid com uma camada de 5 mm de “ouro branco”.⁵⁶

À medida que os centros de poder económico do Norte Global se apressam a descarbonizar, o Sul Global voltará a ser cada vez mais indispensável para a extração de recursos. Enquanto o mundo tem de investir fortemente em abordagens de redução da procura, reciclagem e economia circular para baixar a necessidade de nova exploração mineira, desenvolver completamente estas cadeias de abastecimento mais sustentáveis vai demorar tempo. Mesmo então, ainda será necessária a exploração de minerais de transição energética. Nas regiões onde a extração continuar, deve ocorrer de acordo com as normas mais exigentes relativas a direitos humanos e ambientais, estar assente em consentimento da comunidade e justiça de género, e beneficiar as economias locais. Mas com as estruturas de poder e os modelos económicos globais atuais, caracterizados por propriedade estrangeira, valor acrescentado interno limitado e condições comerciais desiguais, é mais provável que a exploração mineira aprofunde desigualdades em vez de as reduzir. Para a extração fazer parte de uma transição energética saudável, tem de inverter ativamente e não reforçar padrões de exploração históricos.

Comunidades e trabalhadores na linha da frente da extração

Em muitas das regiões mundiais ricas em minerais, a expansão das operações de exploração mineira para fornecer a transição energética já está a ter impactos devastadores nas comunidades, nos trabalhadores e nos ecossistemas. Estes projetos não são riscos abstratos – são experiências vividas reais de danos, que muitas vezes reproduzem padrões coloniais de expropriação, degradação ambiental e exclusão.

Só no último ano, mais de doze empresas de exploração mineira estiveram ligadas a um recorde de 156 alegações de violações dos direitos humanos relacionadas com a extração de minerais como níquel, lítio e zinco. Desde 2010, foram registadas mais de 800 alegações desse tipo envolvendo danos contra trabalhadores, povos indígenas, comunidades e ecossistemas.⁵⁷ Os trabalhadores das minas – que, na maioria dos casos, são membros da comunidade local ou migrantes de regiões igualmente empobrecidas – continuam a enfrentar condições precárias e de exploração. Materiais como metal de silicone da China e cobalto da RDC muitas vezes são obtidos em condições que envolvem trabalho forçado, trabalho infantil e outras violações de direitos.⁵⁸

Na Ásia Meridional, rica em níquel, cobalto e terras raras, operações de extração na Indonésia⁵⁹, na Malásia⁶⁰ e nas Filipinas⁶¹ muitas vezes contornaram o consentimento da comunidade. Acordos empresariais negociados por elites nacionais e investidores estrangeiros à porta fechada excluem povos indígenas e comunidades rurais de decisões que afetam as suas terras e os seus meios de subsistência. Abundam casos de injustiças de processos, bem como de distribuição: enquanto as empresas multinacionais e as elites nacionais lucram, as comunidades ficam com água poluída, riscos para a saúde, empregos precários mal pagos e a perda de terra arável. Na RDC, que fornece a maioria do cobalto mundial, a exploração mineira levou a casos graves de violações dos direitos humanos. As comunidades têm sido sujeitas a expulsões forçadas e à destruição violenta de casas e meios de subsistência – com pouca compensação ou recurso à justiça.⁶²

Em Espinar, no Peru, as operações de exploração de cobre da Glencore constituem um exemplo flagrante da forma como as práticas de extração podem comprometer a justiça e a responsabilização.⁶³ Desde que adquiriu a mina Antapaccay em 2013, a empresa esteve ligada à contaminação tóxica de água, com relatórios oficiais a confirmar a exploração mineira como origem da mesma. Mas a Glencore tem negado a responsabilidade e não cumpriu os seus compromissos de consentimento livre, prévio e informado. Em alternativa, apoiou-se em requisitos de consulta nacional menos exigentes que não defendem a tomada de decisões coletiva de modo consistente. O histórico mais alargado da Glencore, que inclui escândalos de corrupção, preocupações ao nível dos direitos humanos e empresas sediadas em

paraísos fiscais como Jersey e a Suíça, ilustra a forma como o modelo de extração atual não tem responsabilização empresarial suficiente e continua a externalizar custos para comunidades que são menos responsáveis pela crise.⁶⁴

Assimetrias de poder no comércio

Estas injustiças não são incidentes isolados – são sintomas de um desequilíbrio estrutural mais profundo na economia energética global. O poder de decidir como e onde a extração ocorre, quem beneficia com ela, e com que custos, é determinado não só por decisões nacionais, mas também por regras globais de comércio e investimento.

Estas regras reforçam sistematicamente relações de poder desiguais: os governos e empresas do Norte Global estão no topo, a controlar fluxos de investimento, a definir normas comerciais e a dominar a refinação mineral e o fabrico de tecnologia limpa. Entretanto, instituições financeiras internacionais e organismos comerciais no nível intermédio defendem reformas estruturais e liberalização comercial, restringindo frequentemente o espaço político dos países do Sul Global. Na base deste sistema estão os países produtores – a fornecer matérias primas e a suportar custos ambientais e sociais, mas com poder de negociação limitado para definir o modo com a transição se desenrola.

Isto tem efeitos nos acordos comerciais, muitos dos quais restringem precisamente os instrumentos de que os países ricos em recursos precisam para acrescentar valor ao nível interno – incluindo restrições de exportação, regras de conteúdos locais ou requisitos de transferência de tecnologia. Por exemplo, o Acordo de Parceria Económica Global UE-Indonésia (CEPA), atualmente em negociação, poderia limitar a capacidade da Indonésia procurar processamento a jusante ao proibir interdições de exportação temporária ou tarifas sobre níquel em bruto – apesar de estas serem cruciais para a sua estratégia de desenvolvimento nacional.⁶⁵ Disposições semelhantes aparecem em acordos comerciais e de investimento em todo o Sul Global.

Os riscos destes constrangimentos já são visíveis noutros países ricos em minerais. A investigação revela desigualdades profundas nas cadeias de abastecimento de minerais, oferecendo um aviso daquilo que poderia estar em jogo para a Indonésia. Por exemplo, vejamos a cadeia de abastecimento do cobalto. Cerca de três quartos da extração global de cobalto ocorre na RDC, que fornece a indústria de veículos elétricos.⁶⁶ A Tesla é uma empresa de carros elétricos propriedade do homem mais rico do mundo, Elon Musk, que também é um símbolo da oligarquia. A empresa tem um lucro de quase 3150 dólares norte-americanos em cada veículo elétrico vendido, cada um contendo cerca de 3 kg de cobalto.⁶⁷ Entretanto, o governo da RDC recebe menos de 10 dólares norte-americanos em royalties de cobalto por veículo – o que significa que o lucro da Tesla por veículo é 321 vezes superior às royalties ganhas pelo

país que fornece este mineral essencial.⁶⁸

Olhando para o quadro geral, em 2024, a Tesla declarou um rendimento líquido de 5,63 milhões de milhões de dólares norte-americanos da venda de 1,79 milhões de veículos elétricos. Se todo o cobalto nesses veículos viesse da RDC, o país teria ganho apenas cerca de 17,5 milhares de dólares norte-americanos em royalties – uma fração do lucro da Tesla.⁶⁹ No outro extremo da cadeia de abastecimento estão os mineiros, alguns dos quais ganham apenas 7 dólares norte-americanos pela quantidade de cobalto usada em cada veículo elétrico. Para tornar esta disparidade mais clara: um mineiro congolês que ganha o salário mínimo de 5 dólares norte-americanos por dia teria de trabalhar durante quase dois anos para ganhar o valor que a Tesla ganha com apenas um veículo elétrico.⁷⁰

Embora a RDC produza perto de três quartos do cobalto mundial, retém apenas 14% das receitas da respetiva cadeia de abastecimento, enquanto investidores e entidades estrangeiras retém 86%.⁷¹ Isto é muito importante, uma vez que quase 99% dos ganhos com exportação da RDC provêm dos minerais. Se o país captasse as receitas completas da indústria do cobalto, poderia ganhar mais 4,13 milhões de milhões por ano, equivalente a 5,2% do seu produto interno bruto (PIB) – suficiente para proporcionar o acesso a energia moderna limpa a metade da sua população de quase 110 milhões.⁷² A esse ritmo de recuperação de rendimento, os cerca de 84 milhões de pessoas que atualmente não têm eletricidade na RDC poderiam obter acesso em apenas nove meses.⁷³

Esta desigualdade sistémica também surge em negociações climáticas globais. Uma preocupação essencial apresentada por países menos desenvolvidos (LDC) e o bloco de negociação do G77 é a imposição de medidas comerciais unilaterais por países do Norte Global que comprometem os esforços de transição do Sul Global. Um exemplo evidente é o Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM), proposto pela União Europeia em julho de 2021. O CBAM exige que os exportadores para a UE paguem o conteúdo de carbono de determinadas mercadorias – como aço, alumínio, cimento e eletricidade – se os respetivos países tiverem regulamentos de emissões mais fracos. A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) alerta para o facto de o CBAM poder prejudicar de modo desproporcional os LDC ao tornar as suas exportações menos competitivas, ao reduzir receitas para serviços públicos essenciais e ao comprometer investimentos verdes para a transição. Países como Moçambique (alumínio e aço), Zâmbia (aço) e Guiné e Serra Leoa (bauxite) poderiam sofrer recuos económicos graves, apesar de contribuírem minimamente para as emissões globais.⁷⁴ Por exemplo, a dependência de Moçambique em relação a exportações para a UE de alumínio com intensidade de carbono elevada torna a sua economia particularmente vulnerável a impostos de importação de carbono, algo que pode reduzir a procura e aumentar os custos.

Frequentemente, os acordos comerciais também incluem cláusulas de mecanismos de resolução de litígios Investidor-Estado (ISDS), dando às empresas multinacionais e aos seus acionistas ricos o poder de questionar e processar políticas governamentais em tribunais secretos, incluindo políticas de interesse público – visando proteção ambiental, direitos humanos ou desenvolvimento equitativo. O sistema ISDS está assente na era pós colonial, concebido entre os anos 50 e 70 do século XX para proteger fluxos de capital do Norte Global à medida que estados independentes recentes exigiam o controlo sobre as suas economias.⁷⁵ Atualmente, o sistema continua a institucionalizar relações de poder assimétricas, a extrair valor e a transferir dinheiro público para as mãos de poucas pessoas. A reforma deste sistema é essencial uma vez que aprofunda a desigualdade e compromete a capacidade dos países planearem e financiarem as suas transações justas, expondo-os a riscos jurídicos dispendiosos.⁷⁶

O sistema ISDS reflete o desequilíbrio mais alargado no controlo empresarial. Segundo a Global Witness, entre 71% e 81% da produção mineira global é controlada por empresas com sede em economias avançadas – um lembrete flagrante de que os países do Norte Global, e especificamente os intervenientes de elite entre eles, continuam a dominar os segmentos mais lucrativos das cadeias de valor de minerais.⁷⁷ Sem uma reforma tanto dos regimes de comércio e investimento como da concentração empresarial que esses regimes protegem, os países produtores continuarão presos num modelo de extração de matérias primas, sem possibilidade de desenvolver as indústrias a jusante e a autonomia política necessária para uma transição energética justa.

Garantir fornecimento, reforçar desigualdade

Estes desequilíbrios comerciais e de investimento são agravados por uma tendência crescente para enquadrar os minerais de transição como sendo “críticos” – ligando-os à segurança nacional, política industrial e influência geopolítica. Embora os países ricos em recursos tenham um interesse legítimo em definir o modo como os seus minerais são usados para apoiar o desenvolvimento, as estratégias atuais de muito países de rendimento elevado dão prioridade à segurança de fornecimento e não à igualdade e cooperação. É importante lembrar que os minerais de transição são vitais não só para o setor de energia limpa, mas também para aplicações militares – alimentando uma competição renhida global renovada que corre o risco de aprofundar desigualdades, danos ambientais e violência.

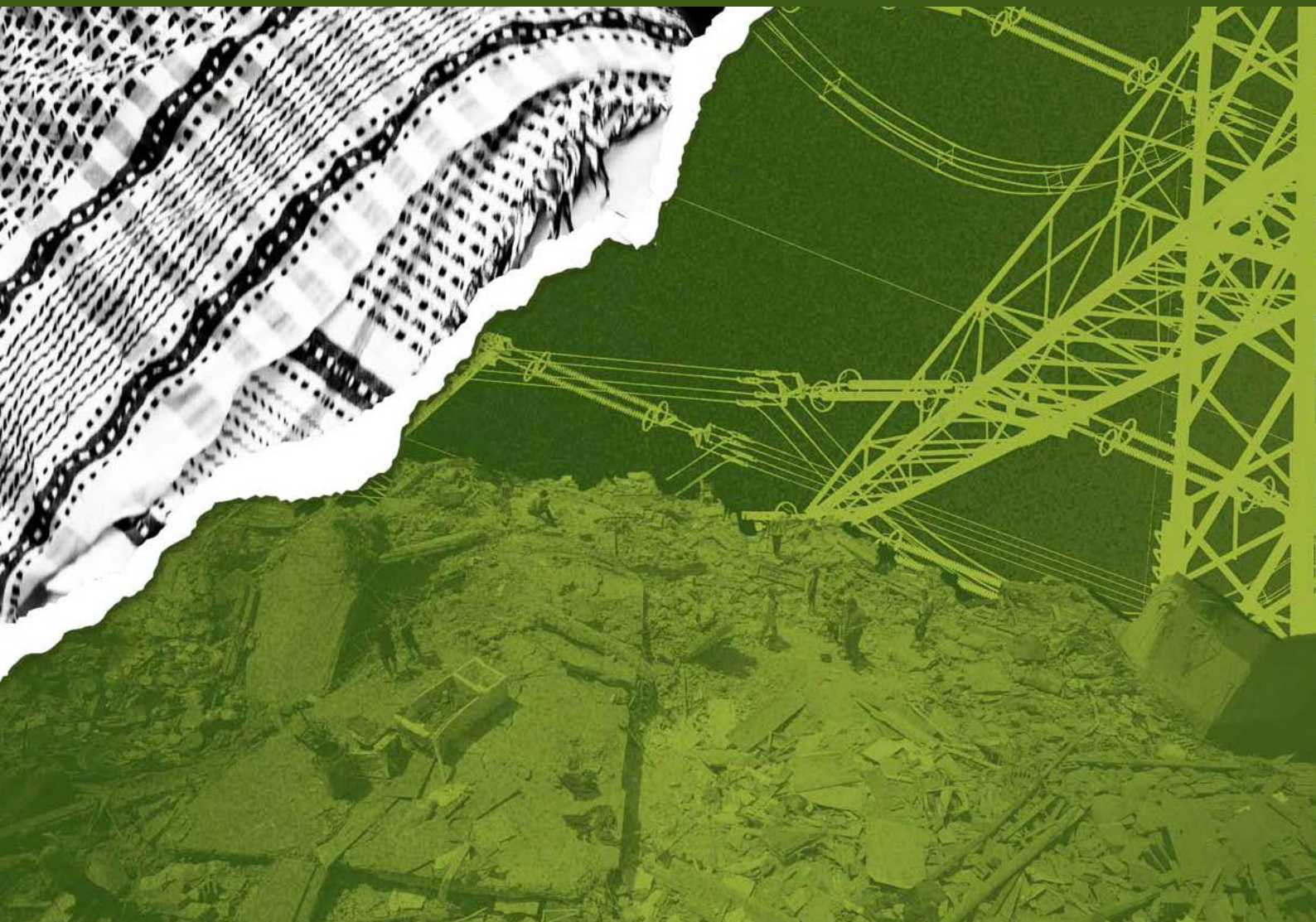
Uma preocupação essencial é a exploração de crises para fechar negócios de minerais que deixam em desvantagem os países ricos em recursos, ecoando a lógica descrita no livro de Naomi Klein, *Shock Doctrine*,⁷⁸ em que a ajuda e o apoio são condicionados pela erosão da soberania nacional. O acordo recente sobre minerais críticos entre a Ucrânia e os EUA exemplifica esta dinâmica.⁷⁹

Ao mesmo tempo, à medida que o gelo do Ártico recua, novas fronteiras como a Gronelândia também estão a ser visadas, revelando a forma como a ação climática está a ficar enredada na mesma lógica competitiva e de extração que alimentou a crise climática.

Em simultâneo, os países do Norte Global e os centros de poder económico como a China – motivados por agendas nacionalistas – estão a obter acordos bilaterais relativos a minerais e a reforçar a dinâmica de poder de extração.⁸⁰ Iniciativas como a Estratégia Global Gateway da UE, a US Minerals Security Partnership (Convenção de parceria de segurança mineral dos EUA) e a Belt and Road Initiative (Iniciativa do Cinturão e Rota) da China refletem esta aceleração da corrida aos recursos. Entretanto, os esforços africanos como a Africa Mining Vision (Visão africana para a exploração mineira) e a Africa Green Minerals Strategy (Estratégia africana para minerais verdes) visam transformar a exploração mineira num impulsionador de desenvolvimento regional, valor acrescentado e soberania industrial.⁸¹ A Africa Green Minerals Strategy, em particular, salienta a importância de processar e fabricar minerais críticos no continente, em vez de os exportar em estado bruto, a fim de maximizar benefícios económicos para países africanos. Mas estas ambições estão essencialmente por concretizar. Como indicado na Estratégia, esta visão é “extremamente constrangida por economias de escala (mercados pequenos) causadas pela balcanização incoerente de África pelos impérios europeus no século XIX”, destacando o legado persistente do colonialismo na fragmentação de mercados e no enfraquecimento da integração regional.⁸²

Concretizar esta visão vai exigir não só investimento e cooperação, mas também a reforma estrutural dos sistemas globais comerciais e financeiros que continuam a limitar a agência e a autonomia do Sul Global na definição da transição energética. Uma transição justa tem de rejeitar esta abordagem de equilíbrio-zero e, em alternativa, destacar a igualdade, cuidados e liderança coletiva do nosso futuro partilhado.

Colonialismo e energia no Território Palestino Ocupado



No Território Palestino Ocupado, o acesso à energia é definido por um sistema israelita prolongado de controlo territorial, engenharia demográfica e exclusão de recursos destinados a consolidar o domínio sobre o território e a população palestinos. Até 2020, 83,8% do fornecimento de eletricidade na Cisjordânia e em Gaza foi assegurado por Israel. Os palestinos enfrentam pobreza energética crónica – incluindo uma crise de eletricidade que tem sido constante desde 2008, assinalada por um défice diário de 310 MW por cada casa – e alguns dos preços mais elevados de energia na região.⁸³

Uma política de centralização de sistemas energéticos e de obstrução da produção local de energia está implementada desde a altura do Mandato, mantendo controlo quase total sobre importações de energia, infraestruturas e distribuição. Desde os anos 20 do século XX, quando foi concedido à Palestine Electric Company (PEC) um monopólio que concentrou infraestruturas em colonatos judaicos e que bloqueou a eletrificação árabe, até ao período entre 1948 e 1967, quando a Israel Electric Company (IEC) expandiu o controlo monopolista em novos territórios ocupados, e até ao processo de Oslo, que criou

estrangulamentos institucionais nas finanças e energia palestianas – a disponibilização de eletricidade tornou-se um instrumento central do domínio colonial e da ocupação progressiva, com base em exploração e extração.⁸⁴

Desde outubro de 2023, há relatórios que registam que os militares israelitas intensificaram ataques às infraestruturas de energia já fragilizadas de Gaza, cortando a eletricidade, perturbando serviços de água e combustíveis, e militarizando o acesso à energia. Pessoal especializado da ONU afirmou que estas práticas constituem castigo coletivo e infringem legislação humanitária internacional ao visar estruturas civis indispensáveis para a sobrevivência.⁸⁵ Desde junho de 2025, estima-se que 70% a 90% das redes elétricas e instalações solares de Gaza tenham sido danificadas ou destruídas,⁸⁶ incluindo ataques deliberados como arrasamento com buldózers de painéis solares que alimentavam instalações de águas residuais.⁸⁷ A única central elétrica de Gaza deixou de funcionar em 11 de outubro de 2023 após o esgotamento dos fornecimentos de combustíveis devido às condições de um bloqueio rigoroso, mergulhando 2,2 milhões de pessoas num apagão total.⁸⁸

Na Cisjordânia – incluindo a Zona C, onde Israel mantém total controlo civil e militar – os esforços palestinos para desenvolver energia solar e eólica são obstruídos sistematicamente. As licenças são recusadas por rotina e os projetos de energias renováveis financiados por doadores ou impulsionados pela comunidade muitas vezes são desmontados ou confiscados com o pretexto de não terem autorização israelita, mesmo nas Zonas A e B.⁸⁹ Por outro lado, os colonos israelitas na Cisjordânia estão a implantar energia limpa em terras ocupadas. Ao mesmo tempo, Israel promove acordos de energias renováveis com países vizinhos, que correm o risco de obscurecer as injustiças climáticas enfrentadas pelos palestinos – como o acordo de água dessalinizada-em troca de energia solar com estados árabes vizinhos, conhecido como Prosperity Project (Projeto de prosperidade).⁹⁰

Apesar dos seus constrangimentos, algumas comunidades palestinas encontram formas de resistir, desenvolvendo soluções de energias renováveis descentralizadas e em pequena escala que criam resiliência, incluindo turbinas eólicas improvisadas colocadas sobre tendas e pontos de carregamento comunitários alimentados pelos poucos painéis solares que restam. Na crise atual, os intervenientes estão a começar a articular uma visão para uma reconstrução verde com base na justiça e na soberania energética. No entanto, sem desmontar a violência estrutural da ocupação, garantir o controlo palestino sobre terras e recursos, e criar sistemas que dão prioridade às pessoas e ao planeta em detrimento do lucro, uma transição energética verdadeiramente justa continua fora do alcance.⁹²

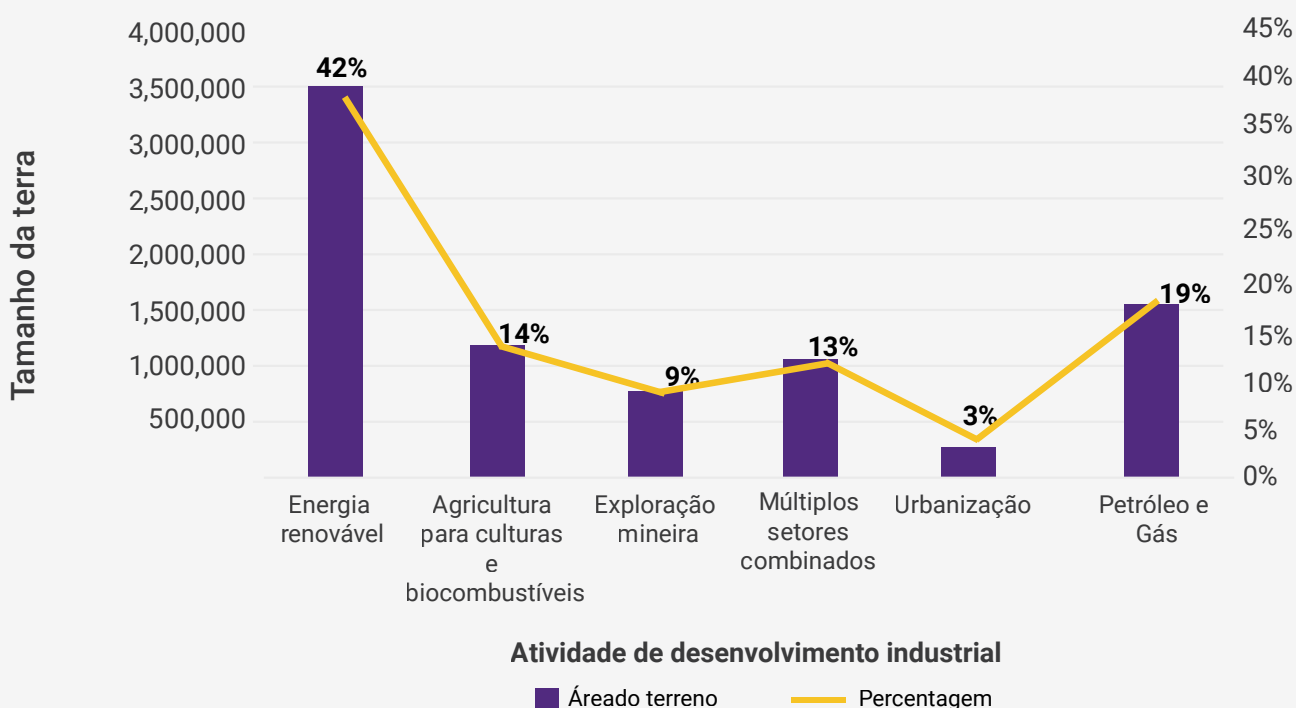
Energia verde, apropriações antigas: expropriação de terras na nova fronteira do clima

Em todo o mundo, a implementação de infraestruturas de energia limpa está a intensificar a procura de terras. Desde as instalações eólicas e solares até à produção

de bioenergia, projetos de hidrogénio verde e exploração de minerais de transição, estes desenvolvimentos exigem vastos territórios, frequentemente em zonas habitadas por povos indígenas, comunidades agrícolas e aqueles que têm terra através de posse tradicional ou coletiva.

Sessenta por cento de terras indígenas correspondendo a cerca de 22,7 milhões de km² – uma área mais ou menos do tamanho do Brasil, dos EUA e da Índia combinados – atualmente estão ameaçados ou enfrentam uma ameaça iminente do desenvolvimento industrial relacionado principalmente com a transição energética, incluindo exploração mineira, projetos de renováveis em grande escala, petróleo, gás e agricultura industrial.⁹³ Estas pressões sobrepostas estão a exacerbar desigualdades territoriais existentes e a criar preocupações urgentes em relação à repetição de um passado injusto.

Terras de povos indígenas altamente ameaçadas por tipo de atividade de desenvolvimento industrial



Elaboração própria a partir de dados externos.⁹⁴

Historicamente, a apropriação de terra foi uma tática central do controlo colonial. As autoridades coloniais apropriavam-se da terra, deslocavam comunidades e impunham sistemas jurídicos que invalidavam formas tradicionais de governação da terra. Estes sistemas marginalizaram as mulheres, que atualmente correspondem a uma grande parte dos 2,5 milhões de milhões de pessoas dependentes de sistemas de terras comunitários,⁹⁵ e criaram a base para os regimes jurídicos modernos que continuam a não reconhecer a posse coletiva e tradicional. Embora o contexto atual seja diferente, muitos projetos de energias renováveis correm o risco de replicar padrões conhecidos de exclusão – em que territórios e terras são adquiridos sem consentimento livre, prévio e informado ou sem consentimento significativo da comunidade, os benefícios são captados de forma desproporcional por elites, e as populações afetadas muitas vezes são

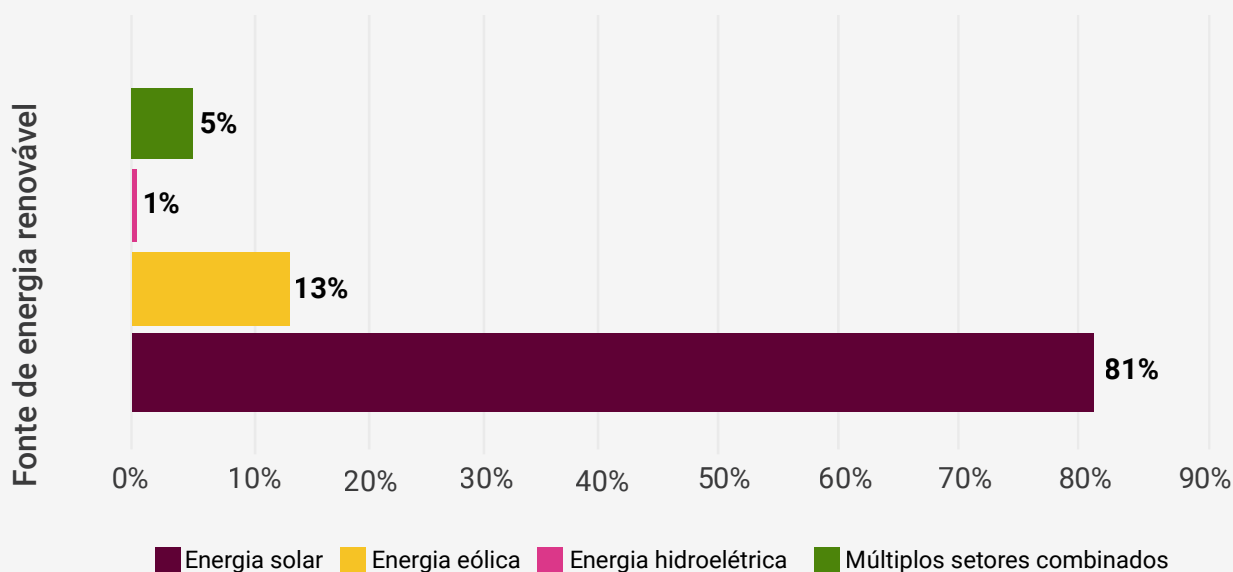
excluídas de decisões que determinam as suas vidas e meios de subsistência.

Um exemplo flagrante é a expansão da produção de bioenergia, que se tornou um impulsionador importante da expropriação de terras sob a bandeira das energias renováveis. O cultivo em grande escala de produtos para combustível – como óleo de palma, cana de açúcar e soja – deslocou pequenos agricultores e comunidades indígenas em África, na Ásia e na América Latina, intensificando a insegurança alimentar e comprometendo os sistemas de terras tradicionais.⁹⁶ Em muitos casos, a terra foi apropriada para plantações de monocultura sem consulta significativa, frequentemente apoiadas por incentivos do governo ou financiamento internacional.⁹⁷ Apesar das evidências crescentes de que muitos biocombustíveis aumentam as emissões em comparação com combustíveis fósseis, quando a alteração do uso da terra indireto é ponderada, a sua produção continua a ser classificada como uma solução climática. Este enquadramento justifica a passagem de terra fértil dos alimentos para os combustíveis. Por exemplo, enquanto a produção de produtos para consumo de biocombustíveis na Europa exige 5,3 milhões de hectares de terra, a mesma quantidade de energia pode ser produzida através de energia solar usando apenas 2,5% dessa área. Esta energia limpa poderia substituir os biocombustíveis através da criação de infraestruturas de transmissões adicionais para ligar à rede e da substituição de motores de combustão interna por veículos elétricos.⁹⁸ O resto da terra poderia ser reservado como área de sequestro de carbono ou devolvido para uso comunitário. Em vez disso, a expansão da bioenergia está a reforçar padrões de uso de terra para extração com base em histórias coloniais – em que as comunidades rurais e indígenas são obrigadas a suportar os custos de transições concebidas noutra lugar.

Esta dinâmica não está confinada a nenhuma região ou interveniente. Ocorre em projetos impulsionados por empreendedores internos e estrangeiros, e em iniciativas que tanto servem mercados de exportação como mercados internos. Aquilo que os une é uma concentração de poder e o facto de não defenderem os direitos de povos indígenas e comunidades. Em vários continentes, projetos de mitigação climática estão a decorrer de formas que marginalizam as comunidades locais. Muitos desses projetos – que vão desde instalações eólicas e solares até à bioenergia, hidrogénio verde e mercados de carbono – estão a ser desenvolvidos sem consentimento livre, prévio e informado, e particularmente no caso de posse de terra segundo sistemas informais ou coletivos.⁹⁹ Os projetos muitas vezes ignoram sistemas de posse de terra diferentes, disponibilizam consulta desadequada e oferecem partilha de benefícios injusta. Por isso, contribuem para crescentes conflitos, deslocações e violações de direitos.

Isto é preocupante devido ao papel crucial dos povos indígenas na salvaguarda do planeta – gerem 40% de toda a terra protegida para conservação e 80% da terra protegida por causa da sua biodiversidade terrestre.¹⁰⁰ Mas se os planos net-zero do Norte Global dependem de atividades de desenvolvimento industrial de carácter extrativo, incluindo soluções “verdes” devoradoras de terra, podem ser perturbados 22,7 milhões de km² de terras reconhecidas como indígenas e de ecossistemas alojados. Isso é mais ou menos o dobro do tamanho do antigo império colonial francês no seu auge.¹⁰¹ Sem um reconhecimento mais forte dos direitos à terra, a transição energética vai tornar-se um outro capítulo na longa história da expropriação e permitir que as desigualdades existentes com base em legados coloniais continuem.

Terras de povos indígenas altamente ameaçadas por fonte de energia renovável



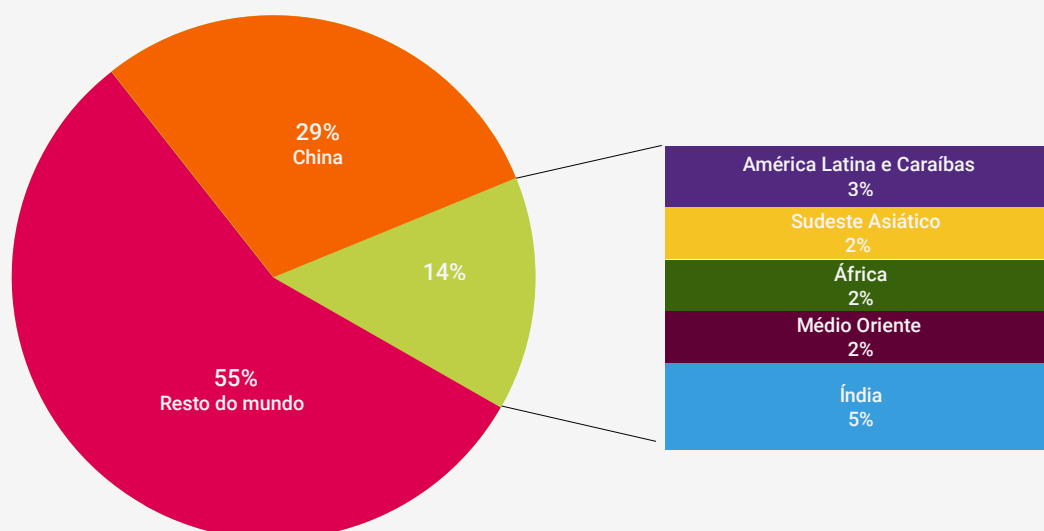
Elaboração própria a partir de dados externos¹⁰²

Desigualdade de género: conflito social e o fosso global nas energias renováveis

A expansão global das energias renováveis está a avançar, mas enfrenta desafios significativos – tanto na concentração desigual de capacidade e benefícios em países de rendimento elevado, como ao nível local, em que problemas como direitos à terra, danos ambientais, propriedade privada e participação limitada da comunidade muitas vezes geram conflitos sociais.

Embora as transições de energia limpa tenham sido enquadradas como uma oportunidade de retificar desigualdades globais – particularmente ao abrigo do princípio de justiça climática, em que é dada prioridade às pessoas menos responsáveis pela crise – em grande medida esta visão está por concretizar. Em 2024, os países de rendimento elevado representaram cerca de 50% do investimento global em energia limpa e a China 29%, enquanto outras regiões no Sul Global representaram proporções muito mais pequenas – a América Latina recebeu 3%, e a Ásia Meridional, o Médio-Oriente e África receberam apenas 2% cada – apesar de a África Subsariana acolher 85% de todas as pessoas no mundo sem eletricidade.¹⁰³ Esta disparidade flagrante corre o risco de acentuar as próprias desigualdades que a transição energética deve abordar.

Foco no investimento em energia limpa no Sul Global



Elaboração própria a partir de dados externos.¹⁰⁴

Ao nível local, a implementação das energias renováveis também está a reproduzir desigualdade. Os projetos de grande escala muitas vezes dão prioridade ao fornecimento de eletricidade a grandes cidades ou a centros industriais, em vez de expandirem o acesso em comunidades carenciadas.¹⁰⁵ Uma oportunidade que as energias renováveis apresentam é o facto da sua implantação poder ser descentralizada, uma vez que não dependem tanto da produção em grande escala para serem económicas, ao contrário dos combustíveis fósseis.¹⁰⁶ No entanto, algumas abordagens atuais de transição replicam modelos centralizados passados, ignorando o potencial para combinar geração em grande escala com soluções impulsionados pela comunidade que democratizam a energia.¹⁰⁷ Em muitos casos, más práticas em relação ao envolvimento e participação da comunidade, juntamente com o facto de ignorar as salvaguardas ambientais, estão a ser repetidas, criando conflitos sociais e resistência à transição energética.

Esta dinâmica é particularmente visível no estado de Pernambuco no Brasil, onde mais de 5000 hectares de terra – muitas vezes detida ao abrigo de posse informal ou tradicional – foram apropriados para instalações eólicas.¹⁰⁸ Muitas comunidades afetadas têm ascendência indígena, com ligações culturais profundas ao bioma da Caatinga. Os habitantes apontam uma falta de consentimento livre, prévio e informado, revelando como os sistemas de governação de terras que não reconhecem direitos coletivos deixam as comunidades vulneráveis à expropriação.¹⁰⁹ Para além disso, as comunidades muitas vezes foram levadas a assinar acordos injustos de 40 anos para ceder terra, com algumas a receber pequenos benefícios e outras nenhum – algo que alimenta os conflitos internos. Após a instalação das turbinas eólicas, surgiram problemas de saúde, incluindo distúrbios mentais, devido ao barulho, enquanto as vibrações danificaram reservatórios de água e casas, ameaçando a segurança alimentar. Os empregos prometidos nunca apareceram, uma vez

que as funções de construção foram ocupadas por pessoas de fora e não por habitantes locais.

Um estudo concluiu que os parques eólicos e solares agora cobrem mais de 2250 km² de terra no Brasil. Embora oficialmente entidades brasileiras sejam proprietárias de 89% dos parques eólicos, 68% destas organizações são subsidiárias de empresas internacionais – sobretudo italianas e francesas – dando aos investidores estrangeiros um controlo substancial, com partes interessadas internacionais a deter 78% dos ativos eólicos e 96% dos ativos solares.¹¹⁰ Muitas destas infraestruturas são construídas em terras privadas, mas as preocupações com a aquisição de terra estão a aumentar: 28% dos parques eólicos dependem apenas de registos ambientais sem títulos de propriedade formais e 7% encontram-se em terras públicas comuns. Os críticos argumentam que o boom das energias renováveis está a levar à privatização de terra que, sem direitos de posse claros, pode levar à apropriação de terras de comunidades tradicionais e rurais.

A transição de energias renováveis no Norte de África também salienta uma dinâmica colonial persistente, marcada por conflitos sociais e privatização de terras para projetos orientados para a exportação. Projetos solares e eólicos em grande escala estão a expandir-se rapidamente, frequentemente em terras agrícolas ou comuns, e sem o consentimento adequado das comunidades locais, como trabalhadores agro-pastoris e pequenos agricultores, que já enfrentam deslocamentos devido aos impactos das alterações climáticas. Por exemplo, na Tunísia, legislação decretada em 2015 e 2019 promove o uso de terra arável para energias renováveis apesar da insegurança alimentar grave, enquanto projetos como a central solar de 4,5 GW proposta pela TuNur visam exportar eletricidade para a Europa através de cabos submarinos em vez de satisfazer necessidades internas de energia, algo que ilustra a erosão da soberania energética.¹¹¹ Da mesma forma, um projeto planeado de 3800 km de cabos submarinos que liga o sul de Marrocos ao Reino Unido continua o padrão de extração de recursos para consumo pelo Norte Global, reiniciando apropriações de terras e não dando prioridade ao acesso a energia de comunidades locais.¹¹²

Em vez de apoiar as comunidades locais, este tipo de transição energética está a aprofundar desigualdades, a privatizar terras comuns e a alimentar os conflitos sociais. Embora as energias renováveis ofereçam benefícios essenciais para o clima e benefícios paralelos, tais casos sublinham a necessidade de proteções mais fortes para direitos à terra, maior transparência das estruturas de propriedade e investimento, e modelos participativos que garantam que as comunidades afetadas são incluídas de modo significativo na tomada de decisões e na partilha de benefícios. Para as energias renováveis apoiarem uma transição justa, têm de fazer isso de formas que inspirem as comunidades, respeitem sistemas diferentes de posse e governação de terras e garantam que a ação climática não acontece à custa dos direitos humanos.

Exportações verdes e importações de desigualdade: hidrogénio na Namíbia



Uma dinâmica semelhante está a decorrer na Namíbia, que agora é um interveniente fundamental na corrida global ao hidrogénio verde. A UE, e em particular a Alemanha e os Países Baixos, apressaram-se a obter hidrogénio como um combustível “limpo” para satisfazer as suas metas de descarbonização através de um memorando de entendimento. Mas a escala e velocidade desta transição teve um custo.¹¹³ Projetos como o empreendimento Hyphen no Parque Nacional Tsau Khaeb exigem grandes quantidades de terra, água e energia num país que já enfrenta os efeitos graves da crise climática, onde recursos raros estão sob pressão crescente da mercantilização. A enorme pegada do projeto arrisca-se a deslocar comunidades que dependem de recursos naturais para a sua sobrevivência.¹¹⁴ Infraestruturas como enormes parques solares, instalações de dessalinização e um porto em águas profundas ameaçam pressionar ecossistemas frágeis e perturbar os meios de subsistência tradicionais de comunidades locais.

A investigação mostra que a Namíbia planeia exportar hidrogénio verde equivalente a

cerca de 6,4 TWh de energia utilizável por ano em 2030. Mas, esse mesmo investimento de 10 milhões de milhões de dólares norte-americanos poderia, teoricamente, fornecer eletricidade limpa a toda a população da Namíbia – e ainda conseguir fornecer 1,3 milhões de pessoas em cada um dos seus cinco países vizinhos.¹¹⁵ Os projetos de energia orientados para exportação podem parecer atrativos porque prometem fluxos de receitas a curto prazo, especialmente em contextos de orçamentos públicos limitados. Mas não se trata apenas de a Namíbia fazer a escolha errada: na ausência de financiamento público internacional ou de reformas estruturais, países como a Namíbia ficam com poucas alternativas viáveis. Por isso, arriscam-se a ficar presos em novas formas de extração enquanto as necessidades de desenvolvimento a longo prazo continuam por satisfazer. O resultado é um modelo de desenvolvimento que dá prioridade a rendimentos a curto prazo a investidores externos, enquanto deixa necessidades internas a longo prazo, como o acesso universal a energia, subfinanciadas e por satisfazer. Trata-se de um país onde quase metade da população – 45% – ainda não tem acesso a eletricidade, e onde desigualdades profundas persistem no acesso a outros serviços essenciais como água limpa.¹¹⁶

Estas pressões criaram preocupações em relação a uma nova vaga de apropriação de terras, justificada em nome da descarbonização mas com garantias mínimas de que as comunidades afetadas vão partilhar os benefícios de desenvolvimento prometidos. Este tipo de projetos reproduz formas coloniais de violência estrutural quando ignoram direitos à terra, deslocam comunidades ou marginalizam vozes locais em nome do desenvolvimento verde.¹¹⁷

A desigualdade de produzir grandes quantidades de energias renováveis principalmente para exportação – acrescentando capacidade a populações que já dispõem de energia em abundância em vez de melhorar o acesso doméstico – destaca uma injustiça crucial. Reconhecer isto é essencial para garantir que a transição energética não replica injustiças passadas.

Financiamento desigual, dívida e desenvolvimento baseado na dependência

À medida que a transição energética se desenrola, está a surgir um padrão claro: seja através da extração de minerais de transição, da aquisição de terra em grande escala ou da expansão de mercados de carbono, demasiados projetos continuam a dar prioridade às exigências dos mercados globais em detrimento dos direitos e necessidades das comunidades locais. Este padrão vai para além dos recursos materiais: também está integrado na forma como a transição é financiada. A arquitetura financeira na base de muitos investimentos em energia no Sul Global é moldada por lógicas de extração e controlo que permitem a saída de valor contínua através de serviço de dívida, juros e rendimentos de investidor ricos, enquanto restringe a autonomia dos países do Sul Global em relação às suas próprias trajetórias de desenvolvimento. Estas estruturas também põem de lado por rotina o

conhecimento, prioridades, acesso a financiamento e liderança de mulheres e comunidades de pessoas de género diverso, apesar do seu papel central em sustentar economias locais e em aumentar a resiliência ao nível da comunidade.¹¹⁸

Estes desequilíbrios de poder não são acidentais. Tal como Daniela Gabor e outras pessoas defenderam, o sistema financeiro global foi reestruturado para permitir aquilo a que ela chama “Wall Street Consensus” (Consenso de Wall Street) – um paradigma de desenvolvimento criado através do uso de dinheiro público e garantias para reduzir os riscos para o capital privado em vez de proporcionar investimento público.¹¹⁹ Este consenso dá prioridade a proteções do investidor, canais de financiamento bancário e rendimentos ajustados ao risco, muitas vezes de formas que subordinam o interesse público à rentabilidade privada. Estas medidas de mitigação de risco são justificadas pelo pressuposto de que vão encorajar investimento privado adicional, mas não implicam nenhum acerto de contas significativo com as histórias de expropriação e desigualdade que continuam a definir de quem são os riscos importantes e de quem é o desenvolvimento financiado.

Além disso, embora as garantias públicas e os financiamentos combinados possam ter um papel em determinados contextos, as evidências mostram que têm ficado sempre aquém na concretização do efeito prometido de mobilizar capital privado em grande escala.¹²⁰

As parcerias de transição energética justa (JET-P) exemplificam os limites deste modelo. Anunciada na COP26, a primeira JET-P atribuiu 8,5 milhões de milhões de dólares norte-americanos da UE, Reino Unido, EUA, França e Alemanha para apoiar o abandono do carvão pela África do Sul.¹²¹ Embora o modelo JET-P se destine a ser liderado pelo país – um princípio essencial para uma transição justa – o seu sucesso em última instância depende da escala, qualidade e condições do financiamento fornecido. Mas menos de 4% deste é em subvenções, com a grande maioria sob a forma de empréstimos e garantias, que aumentam o peso da dívida da África do Sul.¹²² A JET-P do Senegal, lançada em 2023, seguiu um padrão semelhante: dominada por empréstimos, cria preocupações graves em relação à sustentabilidade da dívida e à capacidade de financiar os elementos “justos” da transição, como proteção social ou planeamento participativo, no âmbito de um modelo voltado para o rendimento do investidor.¹²³ Acontece o mesmo com a JET-P da Indonésia, em que as subvenções correspondem apenas a 1,4% do financiamento atribuído, criando a preocupação de que o pacote aumentará o peso futuro da dívida do país e não a esperança de que acelerará a transição.¹²⁴ Estes exemplos revelam a forma como o modelo JET-P, embora assente na justiça em termos retóricos, corre o risco de reproduzir padrões de financiamento de extração ao dar prioridade a instrumentos de dívida pesada que servem os interesses do credor e não os investimentos públicos estruturais necessários para uma transição realmente transformadora e equitativa.¹²⁵

Dívida, tributação e justiça climática

As JET-P são apenas um pequeno exemplo das injustiças estruturais integradas no financiamento global climático e de desenvolvimento. Embora o financiamento privado possa ter um papel na expansão da transição, o investimento público é essencial para proporcionar acesso universal a energia, apoiar proteção social para trabalhadores e assegurar participação pública e serviços públicos sensíveis ao género. Mas a maioria dos países de rendimento baixo e médio enfrentam grandes constrangimentos de gastos públicos devido a dívidas pesadas insustentáveis e perda crónica de receitas.

Mais de metade dos países mais pobres do mundo atualmente correm ou podem vir a correr um risco elevado de sobre-endividamento. O financiamento climático continua a exacerbar o problema: em 2022, perto de 70% do financiamento público internacional para o clima declarado por países de rendimento elevado foi atribuído como empréstimos e não como subvenções.¹²⁶ Isto significa que muitos países que se encontram entre os mais vulneráveis aos impactos de alterações climáticas estão a ser empurrados ainda mais para o endividamento para dar resposta a uma crise que não foi causada por eles. Muitas nações do Sul Global são forçadas a gastar cinco vezes mais em amortizações de dívidas do que em ação climática.¹²⁷

Para tornar o desequilíbrio mais claro: os chamados países em desenvolvimento devem 11,7 milhões de biliões de dólares norte-americanos em dívida externa – um valor que é mais de 30 vezes o investimento adicional estimado necessário para atingir o acesso universal a energia e cozinha limpas até 2030.¹²⁸ Só em 2024, foram pagos 400 milhões de milhões dólares norte-americanos em serviço de dívida – suficiente para fornecer soluções de eletricidade limpa e cozinha limpa para os milhões de pessoas que ainda não têm acesso.¹²⁹

A agravar estas pressões há um sistema fiscal internacional que não funciona. Em cada ano, empresas multinacionais – incluindo muitas nos setores de energia e extração – transferem uma estimativa de 1,42 milhões de biliões dólares norte-americanos em lucros para paraísos fiscais, resultando numa perda global de cerca de 348 milhões de milhões de dólares norte-americanos de receitas públicas.¹³⁰ Embora os países de rendimento elevado percam mais receitas fiscais em termos absolutos, os países de rendimento mais baixo sofrem perdas muito maiores tendo em conta a dimensão das suas economias, comprometendo orçamentos já limitados para saúde, educação e proteção social.¹³¹ Em todos os contextos, são as mulheres e os grupos marginalizados que pagam o preço mais alto por serviços públicos subfinanciados. Estas fugas sistémicas não são acidentais – constituem o resultado de regras financeiras globais concebidas para dar prioridade à mobilidade do investidor e à extração de lucro em detrimento da soberania fiscal e do bem público. Tal como a Tax Justice Network mostrou

recentemente, o desafio de mobilizar financiamento para o clima não reside na escassez: um imposto modesto sobre a riqueza e medidas contra a fuga fiscal empresarial poderiam mais do que satisfazer as necessidades de financiamento climático da maioria dos países.¹³²

Estes padrões acentuados de dívida e injustiça fiscal estão a ser institucionalizados através de mecanismos formais e aplicados através de instituições financeiras poderosas. Mas ao mesmo tempo, existe um movimento crescente para mudar a narrativa – questionando não só que dívidas o Sul Global tem a pagar mas também que dívidas tem a receber.¹³³ Enquanto o pagamento de dívida soberana é aplicado de forma rígida quando os países procuram programas de empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI) acompanhados de condicionalismos que muitas vezes impõem austeridade, bem como downgrades de notação de crédito, a dívida climática muito mais vasta detida por países ricos permanece não reconhecida, não avaliada nas finanças oficiais e totalmente não aplicada.¹³⁴

Estudos recentes trouxeram novo rigor ao caso da dívida climática. Os países de rendimento elevado acumularam pelo menos 107 milhões de biliões de dólares norte-americanos em dívida climática a países de rendimento baixo e baixo-médio – equivalente ao valor da apropriação atmosférica resultante de emissões de carbono global superior à parte justa que lhes cabe.¹³⁵

A disparidade é flagrante. As dívidas externas de países de rendimento baixo e baixo-médio são aplicadas de modo agressivo, muitas vezes à custa de serviços públicos e despesas sociais, enquanto as dívidas de países de rendimento elevado são negligenciadas em termos políticos e invisíveis ao nível financeiro. Esta dupla moral tem implicações diretas para a justiça na transição energética.

Os governos endividados são forçados a dar prioridade ao pagamento de dívidas em moedas estrangeiras relativas a acesso universal a energia, resiliência climática ou proteção social, enquanto o financiamento climático destinado a apoiar a justiça e a redistribuição continua a ser escasso e de difícil acesso. Isto prende muitos governos em estratégias de exportação com intensidade de carbono elevada – extração de combustíveis fósseis, expansão de exploração mineira e desflorestação de terra para ganhar moeda forte – exacerbando o colapso ecológico e a desigualdade social.¹³⁶ As mulheres e as raparigas são afetadas de forma desproporcional, uma vez que as medidas de austeridade desgastam os serviços públicos e aumentam sobrecargas de trabalho de cuidados desiguais.

A não ser que sejam feitas reformas estruturais para cancelar dívidas, diminuir a evasão fiscal e reconhecer a dimensão das dívidas climáticas perante o Sul Global, a promessa de uma transição justa continuará vazia. A justiça climática exige justiça financeira. Sem ela, os países do mundo mais vulneráveis em termos climáticos terão de alimentar a descarbonização global enquanto lhes é negada a soberania fiscal para descarbonizar nas suas próprias condições.

Diminuição de ajuda, raízes coloniais e a necessidade de financiamento de reparações

A ausência de financiamento baseado na justiça – tanto em JET-P como no panorama mais alargado do financiamento climático – está a ser agravada por orçamentos de ajuda em queda. Embora seja extremamente desadequada, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) continua a ser uma fonte essencial – embora cada vez mais frágil – de financiamento externo para muito países no Sul Global.¹³⁷ Mas os orçamentos de ajuda estão a encolher. Um dos primeiros atos da administração de Trump nos EUA foi encerrar a Agência do Governo dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, uma decisão que tem tido um impacto profundo no financiamento climático.¹³⁸ O orçamento de ajuda no estrangeiro do Reino Unido foi cortado de 0,7% para 0,5% do rendimento nacional bruto em 2021 e será cortado para 0,3% até 2027.¹³⁹ Os países do Grupo dos Sete (G7), que em conjunto representam cerca de três quartos do total da APD, estão preparados para reduzir em 28% os seus gastos em ajuda para 2026 em comparação com os níveis de 2024.¹⁴⁰ Estas reduções estão a acontecer mesmo quando a necessidade de financiamento climático público baseado em subvenções se torna mais urgente.

Embora o sistema de ajuda tenha proporcionado benefícios concretos, é importante reconhecer as suas origens coloniais. Com demasiada frequência, a ajuda tem sido utilizada para manter esferas de influência pós coloniais, abrir novos mercados e sustentar dependências políticas e económicas, em vez de apoiar o desenvolvimento autónomo. Além disso, os fluxos de ajuda têm sido extremamente ofuscados pela transferência líquida de riqueza do Sul Global para o Norte através do pagamento de dívidas, fluxos financeiros ilícitos e transferência de lucro.¹⁴¹

Mas reconhecer estes legados não deve justificar a tendência atual de retirada de ajuda. Embora o sistema de ajuda precise de reformas fundamentais – de um modelo baseado na dependência para um assente em reparação e justiça – esta tem de ser uma transição intencional e gerida. Cortes abruptos criam o risco de comprometer o progresso no acesso à energia e de atrasar uma transição energética justa, particularmente em contextos em que o financiamento externo continua a ser essencial para alcançar comunidades carenciadas e para investir em infraestruturas sociais. Até serem efetuadas mudanças sistémicas mais abrangentes – incluindo da justiça fiscal e de endividamento – e os países de rendimento mais baixo terem mais soberania sobre os seus recursos internos, a APD permanece uma tábua de salvação vital, embora insuficiente, para países a lidar com o duplo desafio de desenvolvimento e descarbonização. Um modelo de ajuda reimaginado também tem de dar prioridade a justiça de género, garantindo que os recursos vão para soluções impulsionadas por mulheres e transições baseadas na comunidade.

Capitalismo racial e o prêmio de percepção

Estes desequilíbrios na ajuda e no financiamento energético não podem ser totalmente compreendidos sem se confrontar a lógica racializada mais profunda que continua a determinar o financiamento global. Nos últimos anos, economistas políticos críticos clarificaram o modo como funciona o mercado de dívida através de uma lente de “capitalismo racial”¹⁴²: a ideia de que o capitalismo, na sua ligação com o colonialismo, sempre dependeu de e foi definido por hierarquias raciais.¹⁴³ Embora a expressão tenha origem na tradição negra radical, a sua relevância para o financiamento da transição energética é cada vez mais clara.

Isto é particularmente visível nos mercados de dívida, em que países do Sul Global enfrentam custos de empréstimo significativamente mais elevados do que os seus congéneres mais ricos. Argumenta-se que o risco financeiro objetivo não pode explicar totalmente isto; pelo contrário, é determinado pelas percepções racializadas integradas nas metodologias de notação de crédito, sistemas de seguros e análises de riscos. Estas percepções são definidas por estereótipos negativos persistentes, muitas vezes assentes num “prêmio de percepção” de instabilidade, desordem e má governação.¹⁴⁴ Estes preconceitos foram evidentes de modo flagrante durante a pandemia da COVID-19, quando os países do Sul Global receberam um maior número de downgrades de notação de crédito mais graves do que os seus congéneres do Norte Global, apesar de estes apresentarem um maior aumento de níveis de endividamento.¹⁴⁵ Segundo um relatório, essas narrativas e os respetivos retratos nos meios de comunicação social internacionais custam aos países africanos até 3,2 milhões de milhões de libras esterlinas anualmente em pagamentos de juros inflacionados de dívida soberana.¹⁴⁶

Estas percepções de risco distorcidas fazem mais do que dar um preço errado ao crédito – aprofundam a desigualdade energética. Os países do Sul Global enfrentam taxas de juro de 9–13,5% para projetos de energia limpa, em comparação com 3–6% no Norte Global, algo que abranda diretamente a eletrificação e a descarbonização em locais que mais precisam delas. Atualmente, fornecer energia limpa a 100 000 pessoas custa 95 milhões de dólares norte-americanos em economias avançadas como o Reino Unido, mas a situação é flagrantemente diferente nas suas ex-colónias – em economias emergentes como a Índia custa cerca de 139 milhões de dólares norte-americanos (mais 45%) e nos países africanos como a Nigéria custa cerca de 188 milhões de dólares norte-americanos (mais 97%), respetivamente, devido a custos de financiamento e riscos percecionados mais altos impostos pelo Norte Global.¹⁴⁷

O resultado é uma forma de extração financeira que penaliza os países menos responsáveis pela crise climática. A não ser que estas desigualdades – endividamento integrado, ajuda, expectativas do investidor e fluxos de capital – sejam desmontadas, a transição energética apenas vai continuar a aprofundar a desigualdade global. Estas injustiças financeiras não são abstratas – determinam que casas têm energia, que indústrias prosperam e que transições permanecem estagnadas. Num mundo de aumento de temperatura e alargamento de desigualdade, o acesso a financiamento não pode depender da solvabilidade dos países nem da confiança do investidor.

Extração sem fim: a Amazónia e a contradição de zonas de sacrifício



A região da Amazónia é uma fonte vital de biodiversidade e de riqueza biocultural. Nela vivem mais de 2,2 milhões de povos indígenas provenientes de mais de 400 comunidades indígenas diferentes – incluindo 85 grupos identificados mas não contactados – bem

como afrodescendentes, Quilombola, camponeses e outras comunidades locais. Estas comunidades preservam, na sua memória coletiva, o conhecimento e práticas que sustentam este ecossistema vasto e intrincado.

A região abrange nove países e uma área próxima do tamanho dos EUA continentais. Contém cerca de 20% da água doce mundial, dentro do rio Amazonas e dos seus 1100 afluentes, bem como “rios atmosféricos” de humidade através da evapotranspiração do seu denso coberto arbóreo.¹⁴⁹ Contém a maior concentração de espécies botânicas no planeta, desempenhando um papel vital na absorção de emissões de gases de efeitos de estufa e na regulação do clima global.

Apesar disso, a Amazónia tornou-se uma zona de sacrifício, à medida que interesses concorrentes – agricultores, madeireiros, mineiros e empresas petrolíferas – vão depredando a sua biodiversidade e comunidades (Tabela 2). O boom da borracha e do abate de madeiras preciosas no século XIX, seguido pela extração de petróleo no século XX, evoluíram para uma nova corrida no século XXI: megaprojetos hidroelétricos e a exploração de minerais de transição.¹⁵⁰ Estes são acompanhados pela pressão crescente sobre territórios indígenas e ecossistemas frágeis. Os recursos e conhecimento tradicional extraídos da Amazónia serviram em grande medida para alimentar o consumo excessivo do Norte Global e para sustentar um modelo de desenvolvimento assente no desperdício de energia.

Apesar de ser um dos ecossistemas mais importantes para a estabilidade climática global, a Amazónia está sob ameaças graves da procura externa. Esta pressão está a empurrar a região para uma situação irreversível – perturbando o ciclo da água e levando à perda de floresta através de um processo de savanização. Isto destaca uma contradição profunda: extrair recursos de ecossistemas tão importantes em nome da transição energética compromete a própria meta de combater a crise climática. Também aponta para um facto essencial – algumas regiões, como a Amazónia, contribuem muito mais para a mitigação climática quando são preservadas e geridas por comunidades indígenas e locais. Este é um apelo que estas comunidades têm feito durante gerações, enquanto continuam a defender a floresta e a manter a sua integridade ecológica e cultural.

Ultrapassar a visão deste território como uma fonte de pilhagem e de extrativismo significa tomar uma posição a favor da justiça social e cultural. Implica ir para além de ideias colonialistas. A discussão atual sobre transição energética – do carvão para a chamada energia limpa – não representa uma verdadeira mudança de paradigma enquanto não integrar uma reflexão crítica sobre a relação com a Amazónia e não garantir espaço para povos indígenas, afrodescendentes, Quilombolas, camponeses e outros coletivos nos processos de tomada de decisões.¹⁵¹ Uma transição energética justa tem de eliminar os desequilíbrios de poder Norte-Sul Global e colocar a resistência local no centro. Na Amazónia, uma transição justa exige um apelo urgente para eliminar a extração de petróleo e para acabar com a desflorestação, para começar por garantir recuperação ambiental e para proporcionar reparações a ecossistemas e comunidades afetadas.

Neste contexto, é imperativo apoiar esforços que visam ouvir e integrar as vozes dos ocupantes ancestrais da Amazónia e que levem os países a implementarem medidas justas e viáveis – como o apelo recente de mais de 50 organizações indígenas e da sociedade civil para declarar a Amazónia livre de combustíveis fósseis.¹⁵²

Promover uma relação intercultural como um princípio fundador e orientador, juntamente com a interseccionalidade, pode contribuir para uma transição mais justa e transformadora. Assim, entrelaçar a justiça socioambiental, redistributiva, racial, climática, de género, intercultural e económica é um bom ponto de partida. Para mapear um caminho para a frente, temos de garantir que os representantes de comunidades indígenas e locais têm voz nas negociações climáticas, reconhecendo a oportunidade crucial na COP30 em Belém, mas indo para além dela. Os territórios são não só santuários ambientais, mas também espaços políticos de resistência a favor da justiça energética.

Aperçu de l'histoire de l'exploitation des ressources en Amazonia¹⁵³

Séculos XVI – XVIII

Colonização espanhola e portuguesa

Primeiras extrações de madeira e ouro; escravização de povos indígenas; redução de populações indígenas; perda de conhecimento e práticas tradicionais.

1920 - presente

Extração de petróleo bruto

Poluição de rios devido a derrames de petróleo; problemas de saúde; deslocamento de povos indígenas e comunidades locais; perda irreversível de biodiversidade. Irreversível de biodiversité.

1980 - presente

Exploração mineira legal e ilegal (ouro, coltan, etc.)

Ameaças a defensores de direitos territoriais (especialmente indígenas); destruição de ecossistema; tráfico de seres humanos; violência armada e baseada em género.

2010 - presente

Projetos e megaprojetos hidroelétricos

Déplacement forcé ; violation du principe du consentement préalable, libre et éclairé ; perturbation des bassins versants ; perte de la faune sauvage.

1850 - 1910

Boom da borracha/látex

Escravidão de povos indígenas; desflorestação intensiva

1970 - 1990

Ascensão do desenvolvimentismo

Agricultura em grande escala; construção de estradas; desflorestação massiva; conflitos territoriais com povos indígenas, afrodescendentes, Quilombola, camponeses e comunidades locais.

2000 - presente

Agroindústria e desflorestação

Expansão de monoculturas de soja e óleo de palma, e criação de gado; perda grave de coberto arbóreo.

2020 - presente

Economias ilegais e violência contra defensores

Tráfico de drogas, apropriação ilegal de terras, exploração mineira e de madeira; violência intensa e assassínio de defensores territoriais indígenas e populares.

DESCOLONIZAR O FUTURO ENERGÉTICO: UMA TRANSIÇÃO JUSTA, RÁPIDA, FINANCIADA E FEMINISTA PARA TODAS AS PESSOAS

Esta secção explora o verdadeiro significado de colocar a justiça no coração da transição energética. Inspira-se em exemplos do mundo real que mostram que as alternativas não só são possíveis como já estão a decorrer, impulsionadas por comunidades, trabalhadores e governos que há muito tempo estão a imaginar e a criar os seus próprios futuros energéticos. No Sul Global, povos indígenas, comunidades negras e de afrodescendentes e outros grupos racializados, mulheres, trabalhadores, camponeses e cooperativas locais estão a defender a terra e a vida, a resistir à extração e a criar espaço para sistemas mais justos e regeneradores. Muitos têm estado a fazer isso desde há mais de 500 anos, continuando um longo legado de resistência ao colonialismo. Os trabalhadores e os seus sindicatos também têm estado na linha da frente desta luta, desempenhando um papel fundador na definição do conceito de uma transição justa – assente em trabalho decente, direitos laborais, saúde e segurança no trabalho, proteção social e diálogo democrático. Também alguns governos estão a reivindicar soberania sobre os seus recursos e a reafirmar o controlo público de sistemas energéticos – colocando as pessoas e o planeta no centro da tomada de decisões.

Estes esforços oferecem lições e esperança cruciais. Mas para a transição realmente proporcionar justiça, a mudança tem de acontecer não só ao nível local e nacional, mas também ao nível global e sistémico – incluindo repensar a forma como definimos valor e bem estar e garantir uma redução radical na desigualdade. Lidar com a desigualdade não é só um imperativo moral; é uma das estratégias mais eficazes de mitigação climática que temos. Pode libertar recursos públicos para proteções sociais e acesso a energia, reduzir o nível excessivo de emissões dos mais ricos e transferir os benefícios da transição para todos, e não apenas para uma pequena elite.¹⁵⁴ A escolha à nossa frente é flagrante: aprofundar sistemas de extração orientados para o crescimento em que persistem a riqueza extrema, a desigualdade e as emissões extremas, ou criar sistemas energéticos e económicos assentes na igualdade, cuidados, justiça e prosperidade coletiva.

O que estamos a enfrentar não é um momento para reforma gradual, mas uma rutura: um reimaginar fundamental da forma como produzimos, consumimos e governamos a energia e, por extensão, a forma como organizamos as nossas sociedades. Este desafio abrange várias camadas: da local, onde projetos energéticos bem concebidos podem proporcionar benefícios concretos às comunidades; à nacional, em que as escolhas de políticas podem definir o rumo a e justiça de transições energéticas; à internacional, em que a cooperação, solidariedade e responsabilização são essenciais para nivelar o campo de ação e criar confiança; e ao nível político-económico, que decide se a energia é tratada antes de mais nada como um bem público e um direito humano – fundamental para a dignidade, cuidados e prosperidade humana – ou como um produto para lucro e crescimento insustentável. Estas camadas estão profundamente interligadas, com cada uma a definir e reforçar as outras.

Mas mesmo os esforços locais e nacionais mais promissores são estrangidos por uma arquitetura económica global que preserva a desigualdade e limita o controlo democrático. Um fio comum das experiências de comunidades e países são as barreiras estruturais que enfrentam: dívidas elevadas pesadas, transferência de lucros e proteções expansivas do investidor que desgastam o espaço fiscal e político necessário para apoiar transições inclusivas impulsionadas pela comunidade. Esta dinâmica enviesa transições para modelos impulsionados por empresas orientados para exportação e marginaliza alternativas comunitárias e públicas.

No entanto, uma transição justa não é definida por um único modelo de propriedade, governação ou tecnologia. O mais importante é se os sistemas energéticos estão assentes nos direitos, necessidades e liderança das comunidades, para servir a vida e não o lucro. Isto exige uma combinação de elementos: salvaguardas jurídicas fortes, participação significativa, partilha justa de benefícios e – em muitos contextos – propriedade comunitária ou coletiva. Estes princípios aplicam-se em diferentes modelos, quer sejam públicos, privados ou impulsionados pela comunidade. Nenhum modelo está imune a captação ou exclusão, e mesmos sistemas descentralizados ou locais podem reproduzir desequilíbrios de poder. Aquilo que une transições realmente justas é a redistribuição do poder – garantir que as pessoas mais afetadas por decisões relativas à energia não só são protegidas contra danos, mas também definem ativamente o caminho para a frente. As comunidades, e não as empresas, deveriam estar no centro do futuro da energia.

Neste contexto político e económico exigente, os exemplos abaixo são apenas uma amostra daquilo que é possível. Isto também é um apelo à ação: para pensar naquilo que se poderia conseguir se os quadros de políticas, financiamento e políticos se alinhassem para apoiar a ação transformadora e servir as pessoas e o planeta em vez do lucro.

Democratizar a energia e colocar os direitos da comunidade no centro

Há muito tempo que os sistemas energéticos coloniais são definidos por controlo centralizado e tomada de decisões motivadas pelo lucro. As escolhas sobre acesso, infraestruturas e propriedade energéticas normalmente têm sido feitas longe das comunidades mais afetadas, reforçando padrões de exclusão, fragilização e desigualdade. O planeamento energético tem sido tratado como um exercício tecnocrático, em geral desligado da justiça, do bem estar da comunidade e das relações culturais e ecológicas que as pessoas têm com os seus territórios.

Esta abordagem tem sido reforçada por instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial, que promoveram modelos energéticos centralizados impulsionados pelo mercado, alinhados com os interesses do Norte Global, exportando com eficácia um modelo energético centrado no Ocidente.¹⁵⁵ Apesar de ganhos globais em acesso a energia, a taxa de crescimento continua longe de cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODA) 7 e o acesso a energia está a estagnar em regiões que mais precisam dele. Na África Subsariana, o progresso do acesso à eletricidade está apenas a quase conseguir acompanhar o crescimento da população, deixando a disparidade de acesso teimosamente elevada.¹⁵⁶ Entretanto, 2,1 milhões de milhões de pessoas globalmente não têm acesso a cozinha limpa, e o ritmo da redução da pobreza está a abrandar.¹⁵⁷

As consequências deste modelo são flagrantes. Muitos países do Sul Global agora enfrentam dívidas crescentes e espaço fiscal limitado para investir em alternativas inclusivas. As comunidades muitas vezes enfrentam custos de energia insustentáveis e exclusão dos processos de planeamento. Aquilo que em tempos foi considerado um caminho para o desenvolvimento agora está a revelar os seus limites – acentuar a desigualdade, comprometer a soberania e obstruir futuros energéticos mais justos e resilientes.

A mudança para energias renováveis apresenta uma oportunidade crucial – mas longe de ser automática – de fazer as coisas de maneira diferente. Ao contrário das infraestruturas de combustíveis fósseis, muitas tecnologias renováveis, como a solar e a eólica, estão bem preparadas para geração e transmissão descentralizadas.¹⁵⁸ Isto abre espaço para nos afastarmos de abordagens de extração orientadas para exportação rumo a modelos assentes na justiça, cuidados e autodeterminação. Em muitos contextos, os sistemas descentralizados que geram energia perto do local onde é usada podem melhorar o controlo, a participação e a resiliência locais. Mas a descentralização não é o único caminho. O mais importante é conceber sistemas energéticos de formas que garantem os direitos da comunidade, permitem participação democrática e dão prioridade às necessidades das pessoas mais marginalizadas.¹⁵⁹

Há uma gama de modelos que permitem às comunidades participarem ou

controlarem sistemas energéticos – desde propriedade comunitária total até estruturas de governação híbrida que ainda põem em primeiro lugar os direitos, vozes e benefícios comunitários. Estes modelos podem variar segundo enquadramento jurídico, mecanismo de financiamento, tecnologia e escala, mas aquilo que os distingue é onde está o poder: nas mãos da comunidade ou, pelo menos, partilhado com ela de modo significativo.

Em todo o mundo, diferentes iniciativas energéticas impulsionadas pela comunidade estão a fomentar esta mudança. A sua variedade lembra que uma transição justa e descolonizada tem de ser plural – assente em diferentes visões do mundo, sistemas de conhecimento e relações com a natureza. Não há um modelo único. O mais importante é criar caminhos baseados no lugar que defendem a energia como um direito coletivo e uma base para o bem estar.

De cooperativas rurais a coletivos solares urbanos, estas iniciativas integram a governação energética em contextos locais e prioridades comunitárias. Na Colômbia, inspirado por “comunidades energéticas” populares e orgânicas que a sociedade civil criou durante décadas anteriores, o governo visa criar 20 000 coletivos como esses até 2026. Grupos de pessoas ou instituições juntam-se para gerar, gerir e às vezes distribuir energia, normalmente de fontes renováveis.¹⁶⁰ Incluem escolas e hospitais estatais e visam capacitar grupos marginalizados historicamente – povos indígenas, afrodescendentes, camponeses e vítimas de conflitos – como produtores de energia, desta forma assumindo desigualdades históricas e estruturais enquanto se reconhecem os direitos de jurisdição e governação da terra de comunidades étnicas, permitindo-lhes gerar e gerir a energia segundo as suas próprias normas.¹⁶¹ Esta democratização emergente do modelo energético tem sido questionada pelas comunidades quanto a problemas relacionados com propriedade da terra e envolvimento do setor privado,¹⁶² mas também tem sido encarada como um ponto de partida positivo para um debate mais alargado sobre a distribuição de recursos.

No Senegal, as energias renováveis descentralizadas estão a transformar economias rurais, especialmente no norte.¹⁶³ Programas como PAER e Progrès Lait usam energia solar fora da rede para alimentar a agricultura, reduzir o desperdício e apoiar negócios impulsionados por mulheres e jovens. Estes sistemas contornam infraestruturas de exclusão, permitindo que as comunidades controlem o uso e a produção de energia. Promovem empregos, segurança alimentar e educação, enquanto mudam o poder económico e político ao nível local. Assentes nas necessidades da comunidade, oferecem uma alternativa mais inclusiva e resiliente à governação energética top-down (de cima para baixo).¹⁶⁴

As zonas urbanas também têm potencial para descentralização transformadora. Em favelas brasileiras com o Complexo do Alemão e Paraisópolis, os habitantes enfrentam injustiças energéticas através de tarifas inflacionadas, apagões frequentes e infraestruturas discriminatórias.¹⁶⁵

Cooperativas populares de energia solar estão a exigir autonomia energética, resistindo ao racismo e exclusão sistémicos. Quer sejam rurais ou urbanos, estes sistemas descentralizados funcionam independentemente de redes nacionais, ancorando a energia no controlo comunitário. Promovem a inclusão económica, a resiliência e a soberania energética, especialmente quando são apoiados por investimento público e política de capacitação.

Em todos estes casos, a mudança nuclear é não só técnica como política. Quer seja através de sistemas descentralizados ou planeamento público inclusivo, o objetivo é transferir o controlo dos monopólios para as pessoas e os lugares mais afetados. Quando são apoiados por investimento público e política de capacitação, os sistemas energéticos podem ser transformados em instrumentos para justiça, igualdade e reparação.

Repensar propriedade e governação a uma grande escala

Uma transição realmente justa exige não só a combinação de sistemas centralizados e descentralizados, mas também a transformação em grande escala de propriedade e governação. Demasiadas vezes, os projetos de infraestruturas em grande escala replicam padrões de extração: dando prioridade ao lucro em detrimento das pessoas, concentrando o controlo nas mãos de elites empresariais ou governamentais, e pondo de lado comunidades cujas terras e trabalho sustentam estes sistemas. Mas modelos alternativos não são apenas possíveis – já existem.

Em Aotearoa na Nova Zelândia, a Nga Awa Purua Geothermal Plant reimagina o aspeto que as energias renováveis em grande escala podem ter quando são criadas com liderança indígena em vez de lógica colonial – colocando no centro as comunidades Māori não como partes interessadas, mas como coproprietárias, iniciadoras e curadoras. Sendo um dos maiores projetos de energias renováveis do país, que fornece cerca de 3% da eletricidade da nação, demonstra que a liderança indígena em infraestruturas de grande escala não só é viável mas também transformadora.

O que torna este projeto claramente descolonizador é o seu modelo de governação. Foi impulsionado por proprietários de terra Māori, representados pelo Tauhara North No. 2 Trust, que obteve uma participação de 35% usando mecanismos de financiamento que mantiveram a soberania Māori ao recusar usar terra ancestral como garantia.¹⁶⁶ Isto assinalou uma rutura decisiva com legados coloniais de expropriação, mostrando como a agência económica indígena pode redefinir as práticas financeiras. De modo crucial, a parceria integra valores Māori como kaitiakitanga (curadoria), mudando o foco do lucro para o bem estar comunitário e ambiental. As receitas são reinvestidas em habitação, educação, cuidados de saúde e cuidados a idosos – dando lugar central à reparação, redistribuição, prosperidade coletiva a longo prazo e afirmação de identidade.¹⁶⁷

Um exemplo igualmente esclarecedor é a Quinta Eólica de Kipeto no Quênia, o segundo maior projeto de energia eólica do país. Kipeto inclui 60 turbinas que geram 100 MW – suficiente para alimentar cerca de 250 000 casas.¹⁶⁸ Localizado em terra na posse de comunidades Maasai através de ranchos em grupo, o projeto usou um modelo com base em arrendamento que preservou os direitos à terra comunitários e permitiu compensação direta aos habitantes locais. Isto ajudou a evitar a deslocação comum em infraestruturas em grande escala, afirmando a importância da propriedade da terra e da agência comunitária.¹⁶⁹ O projeto criou mais de 800 empregos durante a construção e investiu em infraestruturas, educação e cuidados de saúde. Embora as comunidades tenham apresentado preocupações sobre qualidade de emprego e melhorias limitadas no acesso à energia, Kipeto continua a ser notável pelos seus esforços para redistribuir benefícios de forma mais equitativa.¹⁷⁰

Kipeto é um exemplo claro de trabalho dentro do sistema existente para apresentação de resultados positivos. Mas mesmo neste caso de relativo sucesso, o modelo depende do uso de fundos públicos escassos para eliminar o risco de investimentos para intervenientes privados, cujas perceções de risco e expectativas de rendimento são definidas por hierarquias globais. É necessário não só projetos melhores dentro do sistema existente, com salvaguardas melhoradas para a comunidade, mas também mudança estrutural: fazer progressos no sentido de sistemas financeiros que dão prioridade a igualdade e objetivos públicos, em detrimento da perpetuação de dinâmicas de investimento injustas. O caso Kipeto mostra a importância e o potencial das boas práticas. Ao mesmo tempo, mesmo modelos com relativo sucesso podem reforçar desequilíbrios de poder existentes, sublinhando a urgência de criar um sistema mais equitativo de baixo para cima.

Juntos, Nga Awa Purua e Kipeto desafiam o mito de que os modelos energéticos assentes na justiça são demasiado pequenos ou inviáveis. Mostram que quando as comunidades recebem poder real – e não apenas consulta simbólica – as energias renováveis em grande escala podem defender direitos, promover a igualdade e resistir à extração. Estes projetos oferecem informações importantes sobre como equilibrar a propriedade local com a complexidade financeira do desenvolvimento em grande escala.

Os sistemas descentralizados mostram aquilo que é possível quando as necessidades da comunidade e do desenvolvimento têm prioridade, e implicam benefícios paralelos poderosos, mas não serão adequados ou suficientes em todos os contextos. A infraestrutura de rede – e a respetiva expansão – continua a ser essencial para satisfazer a procura urbana, apoiar a indústria e permitir integração nacional e regional. O desafio é garantir que todos os sistemas energéticos – centralizados e descentralizados – são concebidos e geridos de formas que dão prioridade à justiça e ao bem público, em detrimento da extração e do lucro privado. Isto pode exigir aos Estados que assumam maior propriedade de infraestruturas de energia e transmissão para evitar o controlo privado monopolizador e garantir acesso equitativo e fiável para todas as pessoas.

Colocar o género no coração da transição energética



O género e a energia estão profundamente ligados, mas são tratados em separado demasiadas vezes. A energia é essencial na vida diária das mulheres,¹⁷¹ para as suas tarefas domésticas, como cozinhar; para usos produtivos que lhes permitem contribuir para o rendimento da família; e para necessidades da indústria rural, como a moagem de cereais. No Sul Global, as mulheres têm um papel fundamental como produtoras de energia e como responsáveis pela segurança energética para a casa.¹⁷² Mas, em relação aos homens, têm menos acesso a ativos produtivos como terra e tecnologia, e a serviços como financiamento e programas de expansão agrícola.¹⁷³ Da mesma forma, as mulheres do Sul Global têm um papel ativo na transição energética através da sua função como tomadoras de decisões cruciais sobre compras para a casa, que pode ser aproveitado para impulsionar o acesso a energia limpa e para encorajar a adoção de fontes renováveis de energia.¹⁷⁴ Logo, uma transição justa não só tem de fornecer energia limpa, mas

também tem de redistribuir tempo, voz e oportunidade – tornando central os cuidados, a igualdade e a liderança de mulheres e pessoas de gênero diverso.

No Paquistão, o Sarhad Rural Support Programme (SRSP) oferece um exemplo poderoso de energia feminista em ação. Ao instalar mais de 350 esquemas micro-hidráulicos em zonas rurais, o SRSP levou eletricidade a cerca de um milhão de pessoas, no caso de muitas pela primeira vez. Mas os impactos vão muito além da eletrificação. O trabalho não remunerado das mulheres diminuiu significativamente, especialmente em tarefas domésticas e de recolha de combustível, libertando tempo para educação, descanso e atividades geradoras de rendimento.¹⁷⁵ Os negócios domésticos, muitas vezes impulsionados por mulheres, prosperaram. Embora a participação formal na governação varie, as vozes das mulheres no que toca a manutenção de energia e defesa de acesso estão a aumentar. No centro do sucesso do SRSP está um modelo de propriedade coletiva e governação transparente, em que os sistemas energéticos são geridos por comunidades, não por empresas ou autoridades centrais. Estes projetos integram a energia limpa num ecossistema mais alargado de cuidados, coesão social e capacitação local, oferecendo uma visão de transição energética que é transformadora e inclusiva.¹⁷⁶

Na região Cordillera das Filipinas, comunidades indígenas – em parte lideradas por mulheres – estão a propor a sua própria visão de soberania energética. Por oposição a grandes projetos de energia hidráulica e exploração mineira que ameaçam as suas terras e modos de vida, desenvolveram sistemas micro-hidráulicos geridos pela comunidade assentes em valores indígenas de liderança, reciprocidade e governação coletiva.¹⁷⁷ Iniciativas como o Center for Development Programs in the Cordillera (CDPC) (Centro de programas de desenvolvimento na Cordillera) e a Renewable Energy for Indigenous Women (REIWA) (Energias renováveis para mulheres indígenas) dão formação a mulheres em competências técnicas, da eletrónica à resolução de problemas, rompendo com as normas de género e reforçando a governação impulsionada pela comunidade.¹⁷⁸ Estes sistemas alimentam meios de subsistência sustentáveis, funcionam de acordo com estruturas de domínio ancestrais e estão ligados diretamente a lutas mais alargadas contra militarização, apropriação de terras e extração de recursos colonial.¹⁷⁹

Estes exemplos mostram que quando os sistemas energéticos são concebidos com a justiça de género no seu centro, fazem mais do que fornecer eletricidade – transferem o poder. Os esforços globais de descarbonização muitas vezes replicam padrões coloniais de extração, controlo centralizado e tomada de decisões tecnocrática, bem como estruturas patriarcais de violência que excluem mulheres, grupos racializados e comunidades na linha da frente. Em contrapartida, os futuros energéticos feministas reimaginam a energia não como um produto, mas como uma base para justiça, cuidados e bem estar coletivo.¹⁸⁰

O direito de decidir: soberania energética numa transição justa

Os princípios fundamentais por trás da energia impulsionada pela comunidade – propriedade justa e responsabilização – também se aplicam aos níveis nacional e sistémico. Esta é a base da soberania energética: uma visão política e ecológica que afirma o direito das comunidades e nações controlarem a forma como a energia é gerada, distribuída e usada, tratando-a não como um produto, mas como um bem comum essencial à vida.

Tal como os sistemas energéticos têm de dar prioridade às comunidades ao nível local, os esforços nacionais para exigir soberania também têm de defender os direitos e participação das pessoas mais afetadas pela extração e pela injustiça energética. A soberania energética questiona modelos de extração motivados pelo lucro apelando à governação participativa centrada na justiça – quer seja através de sistemas descentralizados, propriedade pública ou outras abordagens inclusivas. Com origem em movimentos no Sul Global dos anos 90 do século XX, o conceito surgiu em resposta ao colonialismo energético, expresso através da privatização de serviços públicos, de monopólios empresariais e de formas violentas de extração de recursos, com combustíveis fósseis, energias renováveis em grande escala ou minerais de transição.¹⁸¹

Na sua essência, a soberania energética afirma o direito de decidir que fontes de energia são usadas, que quantidade é produzida, quem a produz e para benefício de quem. Reconhece os danos impostos a comunidades na linha da frente através da extração e da geração, bem como os custos sociais e ecológicos mais alargados suportados pelas pessoas excluídas da tomada de decisões relativas a energia. Mas a soberania não está isenta de complexidade: podem surgir tensões entre controlo nacional e direitos indígenas, e entre liderança estatal e participação democrática genuína. Por isso, a soberania energética tem de estar assente não só na propriedade pública, mas também na governação inclusiva, transparente e responsável – garantindo que o controlo sobre os sistemas energéticos reflete as necessidades, direitos e prioridades das comunidades.

Na América Latina, os países estão a exigir soberania sobre os recursos estratégicos que estão na base da transição energética. A Bolívia nacionalizou o seu setor do lítio em 2008, colocando a extração e o processamento sob a alçada da empresa estatal Yacimientos de Litio Bolivianos com o objetivo de melhorar o valor acrescentado regional, a redistribuição da riqueza e o controlo público dos recursos naturais. No entanto, a transição está incompleta até se abordar a dependência fiscal e financeira em relação à extração de recursos e da terra, e se transformar o sistema produtivo afastando-o da exploração da terra.¹⁸² Em 2023, o Chile anunciou planos semelhantes, iniciando parcerias público-privadas em que o Estado manteria a maioria do controlo. Estas

políticas visam uma rutura com modelos extrativistas coloniais e a garantia de que os ecossistemas e as comunidades locais são protegidos.¹⁸³ No entanto, tais reformas continuam a ser vulneráveis à captação por elites e à pressão empresarial se não forem acompanhadas por participação comunitária significativa e por supervisão social robusta.¹⁸⁴

O México também tomou medidas neste sentido. Em 2023, o governo aprovou reformas significativas de exploração mineira para reafirmar o controlo do Estado e da comunidade sobre os minerais de transição. A nova legislação exige concursos públicos que deem prioridade aos interesses nacionais e torna obrigatório o consentimento livre, prévio e informado, avaliações de impacto ambiental e acordos de partilha de benefícios com comunidades afetadas. De modo crucial, as reformas incluem proteções ambientais sólidas, interdição de exploração mineira em zonas protegidas, proibição de extração submarina e reciclagem de água obrigatória. Estas disposições desafiam a prioridade de longa data a investimentos estrangeiros e a crescimento impulsionado por exportação, assinalando uma mudança para governação de recursos que é orientada pela integridade ecológica e pelo bem estar da comunidade.¹⁸⁶

Mas a capacidade de afirmar a soberania relativa à energia e aos minerais frequentemente é constringida por estruturas económicas globais. Obrigações de serviço de dívida, mecanismos de litígios Investidor–Estado em tratados comerciais e de investimento, e erosão de base fiscal provocada por empresas multinacionais são fatores que limitam o espaço fiscal e a autonomia de políticas, especialmente em países ricos em recursos mas com restrições financeiras. Sem reformas para estes sistemas internacionais, a possibilidade dos países afirmarem a sua soberania energética corre o risco de ser comprometida pelas mesmas estruturas que perpetuam o extrativismo. A partir de 2023, o México foi o país processado mais vezes globalmente ao abrigo de tratados de proteção de investimento, com 55 casos registados, muitos dos quais no setor da exploração mineira.¹⁸⁷

Apesar dos desafios, estes esforços representam uma alternativa há muito ponderada por muitos países ricos em recursos: uma em que os minerais de transição e os sistemas energéticos não são explorados para obter lucro, com o valor captado no estrangeiros, mas são ativos democráticos que podem permitir desenvolvimento sustentável a longo prazo e um reequilíbrio da justiça global. Embora estas abordagens sejam específicas do contexto e politicamente contestadas, lançam bases importantes para transferir o controlo do capital transnacional para instituições responsáveis e assentes na sociedade. O seu sucesso depende não só da capacidade do Estado, mas também do envolvimento ativo da sociedade civil e de regras internacionais que respeitem o espaço de política interna.

Em última instância, a soberania energética não tem a ver apenas com quem possui as infraestruturas – tem a ver com quem define o objetivo dos sistemas energéticos. Quer seja através de propriedade pública, governação

participativa ou salvaguardas jurídicas, exige que as transições energéticas sirvam as pessoas e o planeta acima do lucro e do poder. Mas para cumprir esta promessa, a soberania energética também tem de se debater com as suas tensões internas: entre desenvolvimento nacional e autodeterminação local, e entre controlo público e inclusão democrática. A soberania energética só pode oferecer um caminho para a frente realmente transformador se centrar a justiça, cuidados e responsabilização a todos os níveis.

Proteger os direitos do trabalhadores e acabar com a exploração na transição energética



Uma transição energética realmente justa também tem de reconhecer as pessoas que alimentaram as economias de combustíveis fósseis – muitas vezes em condições difíceis, perigosas e precárias. O conceito de uma “transição justa” tem a sua origem no movimento trabalhista, surgindo primeiro nos anos 70 do século XX quando os sindicatos

norte-americanos começaram a ligar a degradação ambiental à saúde dos trabalhadores em indústrias poluentes. Nos anos 90 do século XX, as alianças entre movimentos trabalhadores e ambientais estavam reforçadas, propondo a ideia de que a ação climática tem de acompanhar o trabalho decente, a reciclagem profissional e as proteções para trabalhadores afetados.¹⁸⁸

Sindicatos em Espanha, Reino Unido e Austrália tiveram papéis importantes na definição de políticas nacionais que colocaram em primeiro plano os direitos dos trabalhadores no âmbito de reformas ambientais mais alargadas.¹⁸⁹ Embora as noções iniciais de uma transição justa se focassem principalmente na requalificação de trabalhadores na área de combustíveis fósseis para empregos verdes, o conceito evoluiu entretanto – agora destacando a necessidade de resultados justos para todas as comunidades, incluindo, mas não apenas, trabalhadores afetados pela transição. Desde então o conceito foi expandido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) nas suas diretrizes de transição justa de 2015, e tem sido amplamente adotado por governos, empresas e organizações da sociedade civil, incluindo uma declaração de transição justa na COP26.¹⁹⁰ Espera-se que o COP30 em Belém do Pará seja um momento essencial, em que os governos possam adotar um mecanismo internacional para acelerar, consolidar e conseguir uma transição justa holística.

Esta evolução é fundamental. Historicamente, o setor da energia tem funcionado como uma indústria de extração e exploração, prejudicando de forma desproporcional trabalhadores e comunidades na linha da frente – especialmente no carvão, petróleo e gás. Ainda definido pelo colonialismo, viu as mulheres a perderem poder e as empresas coloniais a serem beneficiadas, enquanto os contributos das mulheres eram concentrados em trabalho não remunerado, mal remunerado e precário.¹⁹¹ Horários prolongados, condições de trabalho perigosas e proteções laborais fracas têm sido a norma. Uma transição justa genuína não pode depender só de tecnologias limpas; tem de estar ancorada numa abordagem baseada em direitos que dá prioridade a condições de trabalho seguras, proteções laborais sólidas, representação sindical e salários justos em toda a cadeia de valor da energia.

Também é fundamental que o desenvolvimento de energia limpa evite reproduzir as mesmas injustiças da exploração colonial. É essencial garantir que os empregos em setores como as energias renováveis, bem como na exploração de minerais de transição, não sejam informais ou precários, não dependam de trabalhadores migrantes explorados, e não sejam subcontratados ao abrigo de normas laborais fracas. Um sistema de energia justo tem de fornecer todas as garantias e salvaguardas – assentes em trabalho decente, vozes dos trabalhadores e responsabilização democrática.

Os esforços da África do Sul para o fim da exploração do carvão em Mpumalanga oferecem uma perspetiva sobre a promessa e os desafios da operacionalização de uma transição justa. O plano do governo inclui consulta de trabalhadores, requalificação, reforma antecipada, reabilitação ambiental e investimentos em empregos verdes. Estes elementos de justiça foram codesenvolvidos com sindicatos e comunidades e serão financiados através de uma combinação de orçamento da Eskom, financiamento internacional, empréstimos e impostos de carbono. Mas a implementação continua a ser difícil num contexto de desigualdade estrutural, desemprego elevado e pobreza energética persistente.¹⁹²

Mpumalanga depende muito do carvão, com 120 000 empregos relacionados com a indústria em todo o país. Embora segundo alguns modelos, as energias renováveis tenham potencial para criar até 79 000 novos empregos ao nível nacional, ainda não está claro quantos dos mesmos vão beneficiar antigos trabalhadores do carvão ou as suas comunidades.¹⁹³ Vontade política, reformas estruturais e estratégias de investimento equitativas serão cruciais para garantir que a transição não aprofunda divisões existentes. Se os elementos de justiça do plano forem totalmente financiados e implementados, a região poderá oferecer um modelo para outras zonas dependentes do carvão – mas o ritmo lento da implementação continua a ser uma preocupação.¹⁹⁴

A experiência da África do Sul sublinha uma verdade mais vasta: as transições energéticas têm de ser concebidas não só para mudar tecnologias, mas também para transformar mercados de trabalho, reduzir a desigualdade e proteger o tecido social das comunidades.¹⁹⁵ Mas demasiadas vezes os trabalhadores e os seus direitos são postos de lado nas narrativas de transição. Os sindicatos têm pedido de modo consistente uma transição justa que esteja assente em normas laborais e proteções sociais nucleares, incluindo liberdade de associação, negociação coletiva, saúde e segurança no trabalho, trabalho decente, salários dignos e desenvolvimento de competências. Não são pedidos periféricos, mas pilares centrais da visão de transição justa desenvolvida pelos sindicatos. É essencial garantir que os empregos de energia limpa cumprem estes direitos para proporcionar uma transição que é realmente justa, equitativa, sustentável e inclusiva do ponto de vista social.

Transformar o sistema global: suficiência, justiça e reforma sistémica

Da desigualdade energética à justiça de reparações

Embora as questões de propriedade e governação ao nível local e nacional sejam essenciais, uma transição realmente justa também tem de confrontar a forma como a energia é distribuída, consumida e integradas em estruturas económicas globais. Isto implica acertar contas com as desigualdades profundas que definem o sistema atual, não só em quem controla a energia, mas também em quem beneficia com o seu uso, quem suporta os custos e quem é excluído da tomada de decisões.

O modelo energético global atual é definido por competição, consumo excessivo, exploração e extrativismo, um sistema que permite que os países com consumo mais elevado, as empresas e os super-ricos mantenham os seus estilos de vida de carbono elevado enquanto externalizam danos ambientais e sociais. Uma transição que simplesmente substitua cada motor de combustão interna por um veículo elétrico no Norte Global – sem reduzir a procura ou redistribuir o acesso – teria implicações desastrosas para as comunidades na linha da frente da exploração mineira, extração e impactos climáticos, ao mesmo tempo que impediria as comunidades no Norte Global de compreenderem os benefícios para a saúde, e não só, de

sistemas de transportes públicos seguros, acessíveis e económicos.¹⁹⁶ Da mesma maneira, uma transição que substitui o querosene das viagens aéreas por biocombustíveis¹⁹⁷ e compensação que depende de aquisição de terra no Sul Global, sem reduzir a procura de aviação privada e premium, vai alargar a desigualdade climática.

Para ser realmente justa, a transição tem não só de mudar tecnologias, mas também de transformar a lógica subjacente de sistemas energéticos e a forma como a energia é consumida: da acumulação e uso excessivo por algumas pessoas para a igualdade; do crescimento ilimitado para a suficiência dentro dos limites do planeta; e da exploração de pessoas e recursos naturais para cuidados. Isto exige justiça de reparações, incluindo mecanismos para fazer com que os poluidores ricos paguem, para redistribuir recursos e para dar prioridade aos direitos das pessoas historicamente excluídas do acesso a energia e da tomada de decisões.

Se a energia fosse redistribuída, o consumo anual dos maiores 10% de consumidores de energia global poderia satisfazer nove vezes as necessidades energéticas básicas de todo o Sul Global,¹⁹⁸ enquanto a energia usada durante um ano pelos 1% mais ricos poderia satisfazer sete vezes as necessidades energéticas modernas de todas as pessoas no mundo sem eletricidade.¹⁹⁹ Isto destaca de forma flagrante a desigualdade climática no coração da transição energética. Não se trata apenas de desviar energia de um grupo para outro, mas de transformar os sistemas e barreiras estruturais que permitem tais extremos.

Confrontar barreiras estruturais: dívida, comércio e desigualdade

Para permitir transições justas, a reforma estrutural é essencial. A governação global tem de passar da proteção dos interesses de empresas e elites para a defesa do bem estar público e do planeta. Reformar ou substituir mecanismos ISDS é fundamental para garantir que os governos podem regulamentar em defesa do interesse público sem receio de processos judiciais de empresas. Ao mesmo tempo, o financiamento climático de reparações baseado em subvenção – em vez de empréstimos que agravam o endividamento – juntamente com cancelamento de dívidas, são urgentemente necessários para expandir o espaço fiscal e permitir aos países investirem em transições inclusivas centradas na comunidade sem contrapartidas. A transferência de tecnologia também tem de ser extremamente acelerada, inclusive através da remoção de regimes de propriedade intelectual restritivos que atualmente permitem que um pequeno grupo de países e empresas captem a maioria do valor decorrente de tecnologias renováveis.

De modo crucial, mais igualdade económica é condição prévia para a justiça climática e uma transição justa. Como mostram evidências crescentes, é possível acabar com a pobreza e abordar o colapso climático em conjunto, mas fazer isso exige uma redução radical da desigualdade.²⁰⁰ Sociedades

e economias mais equitativas exigem menos crescimento para satisfazer necessidades básicas, precisam de menos energia para proporcionar bem estar a todas as pessoas e reduzem as emissões desproporcionais dos mais ricos. Por isso, uma transição energética justa não só tem de descarbonizar sistemas, mas também os deve renovar para reduzir a pobreza, redistribuir o poder e proporcionar bem estar dentro dos limites do planeta.

As instituições globais têm de ser reformadas para apoiar esta visão.

A Convenção-Quadro da ONU sobre cooperação tributária internacional oferece um caminho para o financiamento mais equitativo e democrático do desenvolvimento sustentável, especialmente quando comparado com os modelos económicos do Banco Mundial e do FMI.²⁰¹ Embora seja imperfeito, o sistema da ONU também é mais representativo do Sul Global. Democratizar a tomada de decisões global e garantir que as comunidades e nações na linha da frente têm poder significativo na definição das regras da economia global é fundamental para criar uma transformação justa e equitativa. Isto tem de ser acompanhado pela tributação da riqueza extrema e do excesso empresarial, incluindo a introdução de impostos permanentes sobre a riqueza de bilionários, impostos sobre lucros de empresas poluidoras de combustíveis fósseis e impostos sobre excesso de lucros para outros gigantes empresariais que lucram com a crise.²⁰²

Reequilibrar a procura de energia e repensar o consumo

Reconceber o sistema energético implica abordar estas assimetrias globais juntamente com desigualdades internas – como captação por elites, pobreza energética e acesso desigual a infraestruturas. Neste contexto, a descentralização não tem só a ver com escala ou tecnologia – tem a ver com reequilibrar quem beneficia dos sistemas energéticos e de quem são as necessidades definidas como prioritárias.

Em vez de tratar a transição energética como uma corrida que apenas poucos países podem “ganhar”, temos de a reimaginar como um projeto global partilhado; um que forneça energia limpa suficiente e fiável para todas as pessoas, sem sacrificar ecossistemas nem comunidades na linha da frente. Um princípio central é que a energia não deve ser açambarcada, retida ou usada como uma alavanca para poder geopolítico ou empresarial.

Há motivos para um otimismo cauteloso. Segundo a Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), a capacidade global de energias renováveis duplicou durante a última década e está a caminho de ultrapassar o carvão até 2030. De modo crucial, 70% do potencial renovável (solar e eólico) não extraído do mundo encontra-se no Sul Global²⁰³ – não só oferecendo uma oportunidade histórica para saltar para futuros energéticos mais limpos e equitativos, mas também destacando a necessidade urgente de nivelar o campo de ação com o Norte Global abordando desigualdades estruturais no acesso a tecnologia, investimento e poder de tomada de decisões.

Por exemplo, a energia solar total que atinge a superfície da terra apenas durante uma hora poderia satisfazer a procura de energia global para um ano

inteiro.²⁰⁴ A África sozinha corresponde mais ou menos a 40% do potencial solar global total.²⁰⁵ Aproveitar menos de 1% da energia solar anual do deserto do Sara poderia fornecer energia limpa para toda a região do Médio Oriente e do Norte de África.²⁰⁶ A energia eólica oferece potencial transformador semelhante. Os fluxos de vento global contêm cerca de 900 TW de energia cinética – mais de 45 vezes o consumo de energia total atual do mundo.²⁰⁷ Extrair menos de 1% da energia eólica utilizável do mundo poderia fornecer eletricidade limpa aos 677 milhões de habitantes do Sudeste Asiático.²⁰⁸ O custo estimado, 311 milhões de milhões de dólares norte-americanos, poderia ter sido angariado globalmente nos primeiros 10 meses de 2024 através de um imposto sobre lucros de empresas de combustíveis fósseis.²⁰⁹

Mas este progresso corre o risco de ficar comprometido se os modelos de consumo elevado continuarem a ser a regra, particularmente aqueles com base em uso insustentável de recursos, apropriação de terras e extração contínua no Sul Global para manter estilos de vida no Norte Global. Uma abordagem mais equilibrada poderia ser orientada pelo princípio da suficiência energética, apoiada por melhorias na eficácia. No Norte Global, onde o uso de energia per capita frequentemente é 10 vezes mais elevado, suficiência significa mais do que melhorias marginais de eficiência. Implica fazer perguntas duras sobre qual é a energia suficiente, e para quem. Implica reduzir a procura desnecessária – particularmente consumo de luxo em excesso, como jatos privados e super-iatas – de acordo com os limites do planeta e reconhecendo que o consumo infinito não é compatível com um futuro habitável.

Outro conceito promissor é o *Modern Energy Minimum* (MEM) (Mínimo moderno de energia), o qual questiona o acesso a energia limitado que muitas vezes se espera que o Sul Global aceite segundo métricas de necessidades básicas. O MEM define uma referência de pelo menos 1000 kWh por pessoa por ano – suficiente para satisfazer necessidades básicas e permitir participação significativa na vida económica e social. Dar prioridade a este limite no Sul Global, onde a pobreza energética continua alargada, é essencial para defender os direitos de desenvolvimento e a dignidade humana. Deveria ser entendido não como um limite ou aspiração, mas como o mínimo necessário. Este conceito é mais eficaz quando encarado como elemento complementar de esforços para reduzir o consumo de energia em excesso no Norte Global, restringindo o consumo desnecessário e de luxo. Resumindo, podemos fornecer energia para todas as pessoas e garantir que paramos o colapso climático, mas apenas se reduzirmos radicalmente a desigualdade.

Resistir à apropriação da energia e desafiar fluxos de extração

A economia global também depende de um sistema desigual de apropriação da energia. A energia integrada em alimentos, eletrónica e produtos manufacturados consumidos no Norte Global é sobretudo extraída e despendida no Sul Global, externalizando danos ambientais enquanto reforça

desigualdades globais.²¹⁰ Mesmo num futuro de carbono reduzido, esta dinâmica corre o risco de reproduzir injustiças se não for questionada de forma ativa. Também está assente num sistema económico defeituoso que dá prioridade ao crescimento continuado do PIB acima de tudo o resto. Esta lógica corrosiva pressupõe que aumentar o rendimento dos mais pobres para um nível que é suficiente para sobreviver também tem de envolver aumentar o rendimento dos mais ricos – e tolera a desigualdade crescente e acelera o colapso ecológico. Também é um sistema que não consegue medir, reconhecer ou valorizar enormes contribuições para o nosso bem estar, como os milhões de milhões de horas de trabalho de cuidados não remunerado efetuado todos os dias por mulheres e raparigas, especialmente aquelas que vivem na pobreza e de grupos marginalizados.²¹¹

Confrontar estas injustiças interligadas vai exigir uma reorientação sistémica das economias e normas internacionais. Quadros como economias circulares, regeneradoras e de bem estar oferecem caminhos para reduzir a taxa de produção material, conceber a eliminação de desperdício, e dar prioridade à prosperidade humana e ecológica em detrimento do crescimento do PIB: concretizar estas transformações deve ser a prioridade dos governos e empresas do Norte Global.

Aprender com experiências vividas e lições históricas

A Well-being of Future Generations Act (2015) (Legislação de 2015 relativa ao bem estar das gerações futuras) no País de Gales apresenta um exemplo da forma como a política nacional pode integrar na lei reflexão a longo prazo, justiça entre gerações e sustentabilidade.²¹² Ao exigir que os organismos públicos atuem no sentido de atingirem metas de bem estar – incluindo resiliência ambiental e responsabilidade global – a Legislação ilustra o modo como os governos podem começar a reorientar as economias em torno das pessoas e do planeta, e não do lucro a curto prazo.

A experiência galesa é particularmente significativa, tendo em conta a sua história de alimentar a ascensão da indústria do Reino Unido através da extração de carvão – e os custos sociais e ambientais posteriores de uma transição que não apoiou trabalhadores nem comunidades. Enquanto nação que padece há muito tempo de marginalização estrutural e níveis de pobreza elevados apesar de fazer parte de um Estado rico, a sua viragem para o bem estar oferece uma mudança simbólica e prática, mesmo que as ambições da Legislação só se concretizem em parte.

Tal como estas experiências políticas podem oferecer informações, as lutas e visões do mundo duradouras podem fazer o mesmo. Comunidades indígenas em todo o mundo há muito que criaram relações alternativas com energia, terra e natureza que estão assentes em reciprocidade, interdependência e cuidados. A sua liderança oferece lições essenciais para criar sistemas que respeitam os limites ecológicos e o bem estar coletivo em detrimento da extração e do lucro.

Uma nova base para transições justas

Uma vez que todos os países se debatem com o desafio da transição, há uma necessidade crescente de aprender com esses esforços – mesmo que incompletos – e de criar quadros que reduzam radicalmente a desigualdade e estejam assentes na justiça, nos cuidados e na prosperidade coletiva a todos os níveis. Em última instância, criar um futuro energético global mais equitativo vai exigir reequilibrar não só de onde vem a energia, mas também quem a usa, em que condições e para que fim. Não se trata de um apelo para um modelo único, mas de um convite para transformar sistemas energéticos em instrumentos para reparação, redistribuição e regeneração – apoiados por reformas estruturais no comércio, financiamento, impostos e tecnologia.

RECOMENDAÇÕES PARA UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA: LIDAR COM O COLONIALISMO ENERGÉTICO

A transição energética não é inerentemente justa: sem mudança sistêmica, corre o risco de reproduzir os mesmos padrões de extração e exploração que provocaram a crise climática. Uma transição realmente justa, rápida, feminista e financiada exige não só energia mais limpa, mas também sistemas mais justos. Isto significa redistribuir o poder, remediar injustiças históricas, confrontar desigualdades sistêmicas e criar sistemas energéticos que servem as pessoas e o planeta – não o lucro.

1. Distinguir transições globalmente com base em responsabilidade e capacidade

Os países com emissões elevadas deveriam:

- intensificar imediatamente os seus planos internos de mitigação climática de acordo com a meta de aquecimento de 1,5°C, e com a parte justa do país, para não entrar em incumprimento da legislação internacional (conforme declarado pelo Parecer Consultivo do Tribunal Internacional de Justiça).
- deixar orçamento de carbono suficiente para países que têm menos capacidade para fazer a transição dos combustíveis fósseis e estão extremamente dependentes destes combustíveis, e dar mais tempo para o seu caminho de transição.
- aumentar radicalmente o financiamento climático para compensar emissões históricas e apoiar a ação climática dos países do Sul Global.

Todos os países deveriam:

- adotar um quadro de justiça climática e baseado em igualdade para definir caminhos com diferentes contextos de tempo para eliminar os combustíveis fósseis com base em responsabilidade histórica pela crise climática, capacidade de agir e necessidades de desenvolvimento.
- garantir financiamento suficiente para aqueles países que são menos responsáveis pela crise climática e que não têm espaço fiscal para fazer a transição de combustível sujo para combustível limpo.

2. Lidar com consumo excessivo que impulsiona emissões globais

Os governos de países desenvolvidos, mas também muitas economias emergentes, deveriam:

- definir metas ambiciosas de redução energética, uma vez que reduzir a procura agregada de energia é a forma mais imediata de reduzir emissões de gases de efeitos de estufa. Além disso, definir metas ambiciosas de eficiência energética para reduzir ainda mais o consumo de energia, especificamente das casas mais ricas.
- empenhar-se numa mudança de metas económicas, afastando-se de um foco exclusivo no crescimento do PIB no sentido de proporcionar bem estar e justiça para todas as pessoas dentro dos limites do planeta.
- desenvolver e implementar estratégias ambiciosas de economia circular para criar cadeias de valor regeneradoras que reduzam a procura agregada de recursos.
- reconhecer a enorme dívida climática que os países ricos têm pelas suas emissões de carbono globais e abordar isto através de apoio financeiro aos países que não contribuíram para a crise climática.

Todos os países deveriam:

- definir e adotar metas energéticas equitativas como o Modern Energy Minimum (MEM) de 1000 kWh/pessoa/ano para garantir distribuição equitativa de energia em todo o mundo e acesso universal. O MEM aumenta o padrão bem acima da métrica atual do ODA7 para estabelecer uma referência orientada para o desenvolvimento para acesso global a eletricidade que reflete melhor as necessidades energéticas indispensáveis para erguer as pessoas para um estatuto de rendimento médio.

3. Transformar estruturas comerciais e de investimento e reformar sistemas fiscais

Os regimes comerciais e de investimento atuais reforçam desigualdades estruturais, especialmente entre países em desenvolvimento ricos em recursos e economias industrializadas. Estes regimes frequentemente limitam o espaço de políticas, acentuam o extrativismo e dificultam a transição energética, prejudicando os países ricos em recursos que tentam reafirmar o controlo sobre os seus recursos para acrescentar valor e criar economias alternativas que não dependam dos combustíveis fósseis.

Todos os países deveriam:

- rever radicalmente as regras, práticas e instituições que governam o investimento e comércio que atualmente bloqueiam o valor acrescentado interno, transferência de tecnologias e soberania industrial em países ricos em recursos, e mapear regimes comerciais e de investimento

internacionais que são sustentáveis, justos, inclusivos e que abordam desequilíbrios históricos.

- Acabar com o sistema de resolução de litígios Investidor-Estado (ISDS) em tratados e contratos de investimento para garantir que a capacidade dos Estados regulamentarem em prol de justiça climática, direitos laborais e desenvolvimento local não são constrangidas, e para dar aos países produtores mais autonomia política.
- Criar regimes de ajustamento carbônico justos, em particular corrigindo o Mecanismo de Ajustamento Carbônico Fronteiriço (CBAM) da UE, o primeiro regime totalmente implementado, canalizando receitas do CBAM para financiamento climático adicional para países desenvolvidos e fornecendo um período de exclusão ou isenção para países menos desenvolvidos.
- implementar reformas fiscais internacionais justas para parar a transferência de lucros e a evasão fiscal por empresas multinacionais, permitindo que os países retenham rendimento público para desenvolvimento.
 - Acabar com a evasão fiscal por empresas multinacionais implementando regras eficazes e inclusivas para pôr fim a paraísos fiscais e empresas de fachada, e instituir reformas fiscais globais através da Convenção-Quadro da ONU sobre cooperação tributária internacional para restaurar a soberania fiscal para o Sul Global.
- Garantir que os indivíduos mais ricos e as empresas mais poluidoras pagam pela sua própria poluição:
 - As maiores empresas de combustíveis fósseis no mundo têm milhões de milhões em lucros e são responsáveis por uma grande proporção de emissões de gases de efeitos de estufa globais. Um imposto sobre lucros de poluidores nessas empresas garantiria que as energias renováveis são mais lucrativas do que os combustíveis fósseis, encorajando empresas a investir em energias renováveis, enquanto as receitas podem ser usadas para apoiar a ação climática em países do Sul Global.
 - A fortuna dos 1% mais ricos subiu 33,9 milhões de bilhões de dólares norte-americanos desde 2015, o suficiente para acabar 22 vezes com a pobreza anual, mas os bilionários só pagam cerca de 0,3%

em impostos reais. O COP30 no Brasil, a presidência da África do Sul do G20 e as negociações para uma Convenção-Quadro da ONU sobre cooperação tributária internacional são oportunidades cruciais para cooperação internacional para tributar os super-ricos e investir em igualdade e ação climática no Sul Global.

- apoiar agendas de desenvolvimento como a Africa Green Minerals Strategy (Estratégia africana para minerais verdes) e avançar com um mecanismo semelhante à OPEP para minerais de transição impulsionado pelo Sul Global. Isto forneceria um mapa para aproveitar a riqueza mineral para impulsionar o valor acrescentado na fonte, a industrialização regional e a resiliência climática. Todos os países deveriam apoiar esta e outras iniciativas do Sul Global.

4. Acabar com o financiamento de extração e dar prioridade ao investimento público

Atualmente, muitos países de rendimento baixo gastam mais em pagamento de dívidas do que em ação climática. Os países poluidores têm de reconhecer a sua responsabilidade pela crise climática e pagar os danos. Os países do Norte Global com emissões históricas elevadas deveriam:

- cancelar dívidas insustentáveis para dar aos países de rendimento baixo e médio-baixo o espaço fiscal necessário para atingirem as metas climáticas dos ODAs e de Paris.
- reconhecer indústrias históricas nas negociações de financiamento climático e cumprir o compromisso juridicamente vinculativo de fornecer financiamento climático definido no Artigo 9.1 do Acordo de Paris – e ao abrigo de tratados de direitos humanos internacionais²¹³ – aumentando o financiamento climático baseado em subvenções para perdas e danos, adaptação e mitigação, bem como uma transição justa, inclusive em programas como parcerias de transição energética justa (JET-P) que atualmente oferecem sobretudo empréstimos em vez de subvenções.
- recriar a ajuda em torno de princípios de reparação e não dependência e reorientar os fluxos de ajuda para modelos de financiamento de reparações que colocam em primeiro plano as necessidades da comunidade, a justiça de género e o bem público.

5. Acabar com as práticas de extração e garantir o consentimento das comunidades

Combustíveis fósseis, minerais de transição e energias renováveis como hidrogénio verde têm sido e estão a ser extraídos, perpetuando ciclos de exploração e danos ambientais. As seguintes ações devem ser adotadas para quebrar este ciclo.

Os países do Norte Global deveriam evitar e reduzir a expansão de uso de terra e de recursos no estrangeiro para cumprir metas climáticas ao:

- definir metas ambiciosas de redução de emissões diretas sem recorrer a créditos de carbono para compensar as emissões noutra lugar.
- dar prioridade a medidas de suficiência energética e reduzir a procura agregada de energia em vez de aumentar a procura de hidrogénio verde e investir apenas em hidrogénio verde em condições sociais, ambientais e económicas rigorosas, incluindo a entrega de benefícios locais.
- reformar políticas de bioenergia nocivas através do fim de todos os incentivos para queimar árvores e colheitas, e implementar o princípio dito "em cascata" – dando prioridade aos usos mais eficientes e sustentáveis da biomassa, tais como materiais de construção, produtos e reciclagem – para que queimar biomassa para obter energia seja um último recurso que é usado em setores sem outras opções.

Todos os governos têm de:

- assegurar que o consentimento livre, prévio e informado (FPIC) é garantido para povos indígenas, bem como para comunidades locais e outros grupos marginalizados, como um princípio de melhor prática em todos os projetos de transição energética, incluindo a aquisição de minerais de transição.
- acabar com a apropriação de terras e as expulsões forçadas, respeitar sistemas de posse tradicional e coletiva reconhecidos juridicamente, e proteger direitos à terra de mulheres, povos indígenas, camponeses e outras comunidades marginalizadas.
- proibir projetos energéticos e minerais em grande escala em terras sob litígio ou cruciais em termos ecológicos e proteger totalmente ecossistemas críticos ao nível climático através de liderança indígena e comunitária.
- cumprir os padrões mais elevados em termos ambientais, de direitos humanos, transparência e trabalho na extração de minerais de transição, com benefícios equitativos a fluir diretamente para a população local.
 - Os Principles and Actionable Recommendations (Princípios e recomendações de ação) do painel do Secretário-Geral das Nações Unidas para Minerais Críticos representam um passo crucial e atempado no sentido de garantir que a corrida para net-zero não aumenta a desigualdade: o High-Level Expert Advisory Group (HLEAG) (Grupo Consultivo de Peritos de Alto Nível) de diversas partes interessadas responsável pela implementação destas recomendações deve ser criado o mais depressa possível.

6. Democratizar a propriedade e governação energética

Os governos são fornecedores de bens públicos e têm de assumir um papel proativo na definição das suas economias para o bem comum, incluindo a energia. Os doadores que olham primeiro para o setor privado e que encaram o papel do Estado como sendo usar os seus recursos para em primeiro lugar eliminar risco e facilitar investidores privados, descritos como o “Wall Street Consensus” (Consenso de Wall Street), deveriam reconhecer que este sistema não proporcionou a escala de financiamento prometida, muitas vezes socializa o risco, privatiza o lucro e reforça desigualdades existentes, deixando as comunidades marginalizadas e na linha da frente excluídas dos benefícios. O poder e o controlo sobre sistemas energéticos deveriam passar do lucro privado para o interesse público. As nações e as comunidades deveriam poder definir os seus próprios caminhos energéticos.

Todos os países têm de:

- reformar as estratégias energéticas nacionais para dar prioridade à energia como direito humano e bem público, com salvaguardas ambientais e sociais sólidas em detrimento de modelos de maximização de lucro motivados para a exportação.
- proteger contra a captação por elites aplicando transparência e supervisão comunitária e reforçando estruturas de governação participativa a todos os níveis para garantir responsabilização e capacitação local.
- dar prioridade a modelos de propriedade pública e comunitária que tratam a energia como direito humano e bem público. Investir em sistemas renováveis descentralizados que são geridos localmente e adaptados às necessidades das comunidades, especialmente em zonas rurais e carenciadas.
- assegurar abordagens transformadoras em termos de género integrando cuidados, bem estar e liderança de mulheres e pessoas de género diverso no centro do planeamento da transição e investir em acesso a energia sensível ao género que reduz responsabilidades de cuidados desiguais e permite iniciativas impulsionadas por mulheres.

7. Integrar a justiça em todos os níveis políticos

Os esforços (nacionais) atuais para transição justa são fragmentados e correm o risco de serem irregulares, ad hoc e sujeitos a duplicação. Há uma falta de transparência e responsabilização em compromissos de implementação e nenhuma compreensão comum daquilo que constitui uma transição “justa”, com o risco claro de iniciativas fracas ou até contraproducentes. Também existe uma falta de partilha de experiências e lições aprendidas entre países, sindicatos, comunidades, povos indígenas e outras partes interessadas, que apoiaria os países no desenvolvimento de planos de transição justa. É necessário um mecanismo internacional para garantir coerência nas políticas e práticas entre países.

Todos os países têm de:

- adotar um mecanismo internacional na COP30 para acelerar, consolidar e conseguir uma transição justa holística em toda a economia dentro e entre países, através da cooperação internacional com base nos princípios de igualdade e responsabilidades comuns mas diferenciadas e nas respectivas capacidades (CBDR-RC). O seu papel é descrito abaixo.
 - Identificar lacunas atuais e preenchê-las, ultrapassar barreiras e evitar a replicação de esforços de transição justa entre mecanismos e organismos em todo o mundo.
 - Identificar avanços na cooperação internacional e meios de implementação de uma transição justa.
 - Criar sinergias e recomendar e definir métricas ou indicadores comuns para aquilo que constitui uma transição justa
 - Coordenar financiamento ou apoiar a criação de uma janela financeira para uma transição justa e encaminhar o apoio financeiro para comunidades, trabalhadores e setores que enfrentam a descarbonização.
 - Criar capacidade e apoiar países – especialmente países de rendimento baixo – no desenvolvimento de planos de transição justa específicos do contexto, assegurando que os benefícios da ação climática são partilhados de forma justa.
 - Acompanhar o progresso e apoiar países para serem transparentes e responsáveis ao implementar os seus compromissos de transição justa.
 - Facilitar a partilha de experiências, melhores práticas e lições aprendidas entre países, sindicatos, povos indígenas e outras partes interessadas..

REFERENCES

1. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 1c.
2. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 2b.
3. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 2c.
4. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 5.
5. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 7b.
6. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 7a.
7. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 8a.
8. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 8b.
9. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 8c.
10. De acordo com a The Nature Conservancy (fonte dos dados), as atividades industriais que comprometem as terras dos povos indígenas incluem projetos de energia renovável (42%), agricultura para culturas e biocombustíveis (14%), petróleo e gás (19%), minerais (9%), urbanização (3%) e múltiplos setores combinados (13%). Consulte o gráfico na página 26.
11. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 4a.
12. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 4b.
13. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 9a.
14. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 9b.
15. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 9c.
16. O desenvolvimento é um dos conceitos principais questionados pelo pensamento pós colonial, encarado como uma invenção usada para categorizar países dentro de geografias coloniais. Para saber mais sobre este assunto, consultar A. Escobar. (1995). *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. (Encontrar o desenvolvimento: fazer e desfazer o terceiro mundo) Princeton: Princeton University Press.
17. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 13a.
18. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 13b.
19. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 10c.
20. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 11b.
21. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 11c.
22. Se a desigualdade se mantiver inalterada, elevar todas as pessoas ao nível de prosperidade de 25 dólares norte-americanos/dia exigiria que todos os rendimentos, incluindo os dos mais ricos, aumentassem 50 vezes – ressaltando que, embora muitos países do Sul Global necessitem de mais crescimento e energia, a redistribuição é essencial para que o bem-estar global seja alcançável e sustentável. Oxfam. (2023). *Climate Equality: A planet for the 99%*: (Igualdade climática: um planeta para os 99%) Nota metodológica.
23. Para efeitos de precisão conceptual, devemos distinguir entre colonialismo climático e colonialidade climática. O termo colonialidade refere-se aos legados duradouros do colonialismo, incluindo as estruturas de poder de dominação (colonialidade do poder), a subordinação de outras formas de conhecimento (colonialidade do conhecimento) e a desumanização do sujeito colonial (colonialidade do ser), que continuam a determinar relações sociais, políticas e ambientais. Em contrapartida, o colonialismo refere-se à ocupação e governação formal de territórios, que termina com a independência declarada de um país. Assim, a colonialidade climática oferece uma lente mais rigorosa, de uma perspetiva pós-colonial, para explicar como chegámos à crise climática dentro da estrutura de um sistema colonial contínuo mesmo após a descolonização formal, mas também como é que algumas soluções propostas são em si coloniais e apresentam o risco de aprofundar desigualdades existentes. Em alguns contextos, particularmente onde o colonialismo não terminou formalmente e a independência não foi exigida ou há territórios ocupados, colonialismo climático pode ser o termo mais adequado, uma vez que descreve práticas contínuas de domínio, exploração e extração no âmbito da crise climática e sob a forma de relações coloniais. Para saber mais sobre colonialidade do poder, consultar A. Quijano. (2000). 'Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America'. (Colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina) *Nepantla: Views from South*, 1(3), 533–80. Para saber mais sobre colonialidade do conhecimento, consultar W. Mignolo. (2011). *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. (O lado mais negro da modernidade ocidental: futuros globais, opções descoloniais) Durham: Duke University Press; M. Ndlovu. (2018). 'Coloniality of Knowledge and the Challenge of Creating African Futures'. (Colonialidade do conhecimento e o desafio de criar futuros africanos) *Ufahamu: A Journal of African Studies*, 40(2), 95–112. Último acesso em 8 de agosto de 2025. <https://escholarship.org/uc/item/7xf4w6v7>. Para saber mais sobre colonialidade do ser, consultar N. Maldonado-Torres. (2007). 'On the

- Coloniality of Being: Contributions to the Development of a Concept (Sobre a colonialidade do ser: contributos para o desenvolvimento de um conceito), *Cultural Studies*, 21(2–3), 240–70.; S. Wynter. (2003) 'Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, its Overrepresentation – An Argument'. (Agitar a colonialidade do ser/poder/verdade/liberdade: no sentido do humano, pós homem, a sua sobrerrepresentação – uma discussão) *CR: The New Centennial Review*, 3(3), 257–337. Para saber mais sobre colonialidade do clima, consultar F. Sultana. (2022). 'The Unbearable Heaviness of Climate Coloniality'. (O insuportável peso da colonialidade climática) *Political Geography*, 99, 102638. Último acesso em 8 de agosto de 2025 <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S096262982200052X> N. De la Hoz, D. Silva-Garzón, N. Hernández-Vidal, L. Gutiérrez-Escobar, M. Hasenfratz and B. Fladvad. (2024). 'Unraveling the Colonialities of Climate Change and Action'. (Desenredar as colonialidades das alterações e ação climáticas) *Grassroots – Journal of Political Ecology*, 31, 625–34. Último acesso em 8 de agosto de 2025. <https://journals.librarypublishing.arizona.edu/jpe/article/id/6365/>
24. IEMA (Institute of Environmental Management and Assessment). (2023). *Global South countries 'trapped' in fossil fuel production to repay debts, study finds*. (Estudo conclui que países do sul global estão “presos” na produção de combustíveis fósseis para pagar dívidas) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.isepglobal.org/articles/global-south-countries-trapped-in-fossil-fuel-production-to-repay-debts-study-finds>
 25. Publish What You Pay. (2025). *Breaking Global Trade Barriers to a Just Energy Transition A Waiver for Climate Tech Access*. (Destruir barreiras comerciais globais a uma transição energética justa Uma renúncia para acesso tecnológico ao clima) Último acesso em 3 de julho de 2025. <https://pwyp.org/wp-content/uploads/2025/06/TRIPS-Waiver-fact-sheet-1.pdf>
 26. Agência Internacional de Energia (AIE. (25 de junho de 2025). *Energy access is improving, but international financial support is still needed to boost progress and address disparities*. (O acesso à energia está a melhorar mas ainda é preciso apoio financeiro internacional para impulsionar o progresso e abordar disparidades) Comunicado de imprensa. Último acesso em 8 de agosto de 2025. <https://www.iea.org/news/energy-access-improving-but-international-financial-support-still-needed-to-boost-progress-and-address-disparities>
 27. AIE, Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA), Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD), Banco Mundial e Organização Mundial da Saúde (OMS). (2025). *Tracking SDG 7: The Energy Progress Report 2025*. (Acompanhar o ODA 7: o relatório de progresso energético 2025) Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. Último acesso em 7 de julho de 2025. <https://www.worldbank.org/en/topic/energy/publication/tracking-sdg-7-the-energy-progress-report-2025>
 28. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 3.
 29. AIE, IRENA, UNSD, Banco Mundial e OMS. (2025). *Tracking SDG 7: The Energy Progress Report 2025*, op. cit.
 30. Ibid.
 31. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 14b.
 32. Pressupondo um salário de 3 dólares norte-americanos por hora. Consultar *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 14a.
 33. C. Coffey, P. Espinoza Revollo, R. Harvey, M. Lawson, A. Parvez Butt, K. Piaget, D. Sarosi and J. Thekkudan. (2020). *Time to Care: Unpaid and Underpaid Care Work and the Global Inequality Crisis*. (Tempo de cuidar: trabalho de cuidados não ou mal remunerado e a crise global de desigualdade) Oxfam International. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/620928/bp-time-to-care-inequality-200120-en.pdf>
 34. A. Malm. (2016) *Fossil Capital: The Rise of Steam Power and the Roots of Global Warming*. (Capital fóssil: a ascensão da energia a vapor e as raízes do aquecimento global) London: Verso Books.
 35. M. Svampa. (2023). 'Dilemas de la transición ecosocial desde América Latina'. Em *Transiciones justas: una agenda de cambios para América Latina y el Caribe*, 35–87. Buenos Aires: CLACSO/Oxfam. [Espanhol]. Último acesso em 8 de agosto de 2025 <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/248403/1/Transiciones-justas.pdf>
 36. G. Garavini. (2021) *The Rise and Fall of OPEC in the Twentieth Century*. (Ascensão e queda da OPEP no século XX) Oxford: Oxford University Press.
 37. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 1b.
 38. C.A. Forté. (6 de maio de 2025). *US uranium mining legacy still harms the Navajo Nation*. (Legado da exploração mineira de urânio nos EUA continua a prejudicar a Nação Navajo) Union of Concerned Scientists. Último acesso em 10 de agosto de 2025 <https://blog.ucs.org/chanese-forte/us-uranium-mining-legacy-still-harms-the-navajo-nation>
 39. Native Knowledge 360°. (2018). *Treaties still matter: the Dakota access pipeline*. (Os tratados ainda contam: o pipeline de acesso no Dakota) Smithsonian Institution. Último acesso em 10 de agosto de 2025. <https://americanindian.si.edu/nk360/plains-treaties/dapl>
 40. M. Gower. (29 February 2024). *Regeneration of former industrial areas in the UK*. (Regeneração de antigas zonas industriais no Reino Unido) House of Lords Library. Regeneração de antigas zonas industriais no Reino Unido) <https://lordslibrary.parliament.uk/regeneration-of-former-industrial-areas-in-the-uk>; V. Rueda. (2 June 2025). *How has deindustrialisation affected living standards in the UK?* V. Rueda. (2 de junho de 2025). *How has deindustrialisation affected living standards in the UK? (Como é que a desindustrialização afetou o nível de vida no Reino Unido?)* Economics Observatory. Último acesso em 10 de agosto de 2025. Economics Observatory. Accessed 10 August 2025. <https://www.economicsobservatory.com/how-has-deindustrialisation-affected-living-standards-in-the-uk>

41. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 1a.
42. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 2c.
43. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 2d.
44. M. Alestig, N. Dabi, A. Jeurkar and A. Maitland. (2024). Carbon Inequality Kills: Why Curbing the Excessive Emissions of an Elite Few can Create a Sustainable Planet for All. (A desigualdade em termos de carbono mata: porque é que reduzir as emissões em excesso de uma pequena elite pode criar um planeta sustentável para todas as pessoas) Oxfam International. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/carbon-inequality-kills-why-curbing-the-excessive-emissions-of-an-elite-few-can-621656>
45. U. Patnaik and P. Patnaik. (2021). *Capital and Imperialism: Theory, History, and the Present*. New York: Monthly Review Press; M. Davis. (2001) *Late Victorian Holocausts: El Niño Famines and the Making of the Third World*. (Holocaustos no fim da era vitoriana: fomes do El Niño e a criação do terceiro mundo) London: Verso Books.
46. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2023). *Bangladesh: Climate Promise country profile*. (Bangladesh: perfil de país em termos de promessa climática) Último acesso em 10 de agosto de 2025. <https://climatepromise.undp.org/what-we-do/where-we-work/bangladesh>
47. D.M. Siddiqi. (26 de março de 2025). What's happening in Bangladesh's garment industry? (O que está a acontecer na indústria de vestuário do Bangladesh?) Economics Observatory. Último acesso em 10 de agosto de 2025. <https://www.economicsobservatory.com/whats-happening-in-bangladeshs-garment-industry>; K. Farhana, M.T. Hasan and M.R. Islam. (2022). 'The Contribution of Ready-Made Garment Industry to Bangladesh Economy'. (O contributo da indústria do vestuário para a economia do Bangladesh) *International Journal of Industrial Management*, 13(1), 27–37. Accessed 10 August 2025. <https://journal.ump.edu.my/ijim/article/view/7327/2498>
48. Our World in Data (OWD) and United States Geological Survey (USGS). (2024). *Which countries have the critical minerals needed for the energy transition?* Último acesso em 10 de agosto de 2025. <https://ourworldindata.org/countries-critical-minerals-needed-energy-transition>
49. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 5.
50. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 6a.
51. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 8a.
52. M. Pistilli. (4 de junho de 2025). *Top 9 nickel-producing countries*. (Principais 9 países produtores de níquel) Investing News Network. Último acesso em 22 de agosto de 2025. <https://investingnews.com/daily/resource-investing/base-metals-investing/nickel-investing/top-nickel-producing-countries/>
53. OWD e USGS. (2024). *Which countries have the critical minerals needed for the energy transition?* op. cit.
54. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 8a.
55. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 8b.
56. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 8c.
57. Business & Human Rights Resource Centre. (19 de junho de 2024). *Boom in energy transition minerals fuels human rights abuses, provokes conflict and threatens fast transition to clean energy, new analysis shows*. (Nova análise revela que o boom de minerais na transição energética alimenta violações dos direitos humanos, provoca conflitos e ameaça a transição rápida para energia limpa) Comunicado de imprensa. Último acesso em 8 de julho de 2025. Accessed 8 July 2025. <https://www.business-humanrights.org/en/from-us/media-centre/boom-in-energy-transition-minerals-fuels-human-rights-abuses-provokes-conflict-and-threatens-fast-transition-to-clean-energy-new-analysis-shows>
58. US Department of State. (July 2022). *Forced Labor and the Clean Energy Transition: Finding a Responsible Way Forward*. (Trabalho forçado e transição para energia limpa: encontrar uma forma responsável para avançar) Último acesso em 8 de julho de 2025. <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2022/07/Forced-Labor-and-the-Clean-Energy-Transition-Finding-A-Responsible-Way-Forward.pdf>
59. Business & Human Rights Resource Centre. (25 de junho de 2024). *Indonesia: nickel mining levels Kabaena Island forests without FPIC; locals experience adverse health, environmental & economic impacts*. (Indonésia: exploração mineira de níquel arrasa florestas da Ilha Kabaena sem FPIC; habitantes locais com problemas de saúde, impacto ambiental e económico) Último acesso em 5 de julho de 2025. <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/indonesia-nickel-mining-levels-kabaena-island-forests-without-fpic-locals-experience-adverse-health-environmental-economic-impacts>
60. Business & Human Rights Resource Centre. (1 October 2014). *Malaysia: report alleges lack of community consent for Lynas rare earths plant & raises serious waste management concerns*. Accessed 5 July 2025. <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/malaysia-report-alleges-lack-of-community-consent-for-lynas-rare-earths-plant-raises-serious-waste-management-concerns>
61. Amnesty International. (9 de janeiro de 2025). *Philippines: nickel mining projects approved despite inadequate consultation and serious risks to communities' health and environment*. (Filipinas: aprovados projetos de exploração mineira de níquel apesar de consulta inadequada e de riscos graves para a saúde e o ambiente da comunidade) Último acesso em 5 de julho de 2025. <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2025/01/philippines-nickel-mining-projects-approved-despite-inadequate-consultation-and-serious-risks-to-communities-health-and-environment>
62. Amnesty International. (12 de setembro de 2023). *Democratic Republic of the Congo: industrial mining of cobalt and copper for rechargeable batteries is leading to grievous human rights abuses*. (República Democrática do Congo: exploração mineira industrial de cobalto e cobre para baterias recarregáveis está a provocar casos graves

de violações dos direitos humanos) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/09/drc-cobalt-and-copper-mining-for-batteries-leading-to-human-rights-abuses>

63. Fair Finance International, Oxfam, Finanzas Justas Colombia e Finanzas con Derechos Peru. (2023). *A Toxic Legacy: Glencore's Footprint in Colombia and Peru*. (Um legado tóxico: a pegada da Glencore na Colômbia e no Peru) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/a-toxic-legacy-glencores-footprint-in-colombia-and-peru-european-banks-and-inve-621550>
64. Ibid.
65. Friends of the Earth Europe. (12 de fevereiro de 2025). *Joint statement on raw materials in EU–Indonesia CEPA*. (Declaração conjunta relativa a matérias primas no Acordo de Parceria Económica Global UE-Indonésia) Comunicado de imprensa. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://friendsoftheearth.eu/publication/joint-statement-on-raw-materials-in-eu-indonesia-cep>
66. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 6a.
67. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 7b.
68. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 7a.
69. Ibid.
70. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 7b.
71. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 6a.
72. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 6b.
73. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 6c.
74. T. Gore. (2022). *What Can Least Developed Countries and other Climate Vulnerable Countries Expect from the EU Carbon Border Adjustment Mechanism (CBAM)?* (O que podem esperar os países menos desenvolvidos e outros países vulneráveis em termos climáticos do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM)?) Institute of European Environmental Policy. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://ieep.eu/wp-content/uploads/2022/12/What-can-climate-vulnerable-countries-expect-from-the-EU-CBAM-IEEP-et-al-briefing-002.pdf>
75. V. Wegmann and D. Hall. (2021). 'The Unsustainable Political Economy of Investor–State Dispute Settlement Mechanisms'. (A economia política insustentável dos mecanismos de resolução de litígios Investidor-Estado) *International Review of Administrative Science*, 87(3), 480–96. Último acesso em 14 de agosto de 2025. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00208523211007898>
76. South Centre. (2024). *Input for the OHCHR Synthesis Report on Just Transition and Human Rights*. (Contribuição para o relatório síntese do ACNUDH relativo a transição justa e direitos humanos) Último acesso em 4 de julho de 2025. https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2025/02/South-Centre_Inputs_JustTransition_HR.pdf
77. Global Witness. (7 de novembro de 2024). *Critical mineral mines tied to 111 violent incidents and protests on average a year*. (Minas de minerais críticos ligadas a 111 incidentes e protestos violentos em média por ano) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://globalwitness.org/en/campaigns/transition-minerals/critical-mineral-mines-tied-to-111-violent-incident-and-protests-on-average-a-year>
78. N. Klein. (2007). *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. (A doutrina de choque: a ascensão do capitalismo de desastre) New York: Metropolitan Books.
79. A. Romandash. (5 de junho de 2025). *Minerals for weapons: is Ukraine making a deal with the United States on its own terms?* (Minerais em troca de armas: a Ucrânia está a fazer um acordo com os EUA nas suas próprias condições?) Centre for International Governance Innovation. Último acesso em 14 de agosto de 2025. <https://www.cigionline.org/articles/minerals-for-weapons-is-ukraine-making-a-deal-with-the-united-states-on-its-own-terms>
80. D. Gayle. (15 de maio de 2025). *UK urged not to exploit poor countries in rush for critical minerals*. (Reino Unido incentivado a não explorar países pobres na corrida aos minerais críticos) *The Guardian*. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.theguardian.com/business/2025/may/15/uk-urged-not-to-exploit-poor-countries-in-rush-for-critical-minerals>
81. Business & Human Rights Resource Centre. (13 November 2018). *Africa Mining Vision: opportunities and obstacles*. (Visão da exploração mineira em África: oportunidades e obstáculos) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/africa-mining-vision-opportunities-and-obstacles>
82. African Minerals Development Centre. (2024). *Africa's Green Minerals Strategy*. (A estratégia africana de minerais verdes) Último acesso em 17 de junho de 2025. https://au.int/sites/default/files/documents/44539-doc-AGMS_Final_doc.pdf
83. A.A. Mezied. (29 March 2023). *Confronting energy poverty in Gaza*. Al-Shabaka. (Confrontar a pobreza energética em Gaza) Al-Shabaka. Último acesso em 9 de julho de 2025. <https://al-shabaka.org/briefs/confronting-energy-poverty-in-gaza>
84. Z. Cuyler. (janeiro de 2025). *Power struggles – energy as a weapon of war, domination and resistance in Palestine*. (Lutas de poder: a energia como arma de guerra, domínio e resistência na Palestina) Middle East Research and Information Project. Último acesso em 9 de julho de 2025. <https://merip.org/2025/01/power-struggles-energy-as-a-weapon-of-war-domination-and-resistance-in-palestine/>
85. Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (UN ESCWA). (2023). *War on Gaza: Weaponizing Access to Water, Energy and Food as a Tool of War* (Guerra contra Gaza: militarizar o acesso a água, energia e alimentos como um instrumento de guerra) Último acesso em 31 de julho de 2025. <https://www.un.org/>

86. Palestinian Centre for Human Rights. (26 de junho de 2025). *Gaza on the brink of total collapse: Israeli occupation forces systematically destroy electricity infrastructure and cut off energy sources*. (Gaza à beira do colapso total: as forças de ocupação israelitas destroem sistematicamente infraestruturas elétricas e cortam fontes de energia) Último acesso em 9 de julho de 2025. <https://pchgaza.org/gaza-on-the-brink-of-total-collapse-israeli-occupation-forces-systematically-destroy-electricity-infrastructure-and-cut-off-energy-sources>
87. Human Rights Watch. (19 de dezembro de 2024). *Extermination and acts of genocide: Israel is deliberately depriving Palestinians in Gaza of the means to survive*. (Extermínio e atos de genocídio: Israel está a privar intencionalmente os palestinos em Gaza dos meios para sobreviverem) Último acesso em 31 de julho de 2025. <https://www.hrw.org/report/2024/12/19/extermination-and-acts-genocide/israel-deliberately-depriving-palestinians-gaza>
88. Z. Cuyler. (janeiro de 2025). *Power struggles*, op. cit.
89. A.A. Mezied. (29 de março de 2023). *Confronting energy poverty in Gaza*, op. cit.
90. K. Sandwell and H. Hamouchene. (2023). 'Arab-Israeli Eco-normalization: Greenwashing Settler Colonialism in Palestine and the Jawlan'. (Eco-normalização israelo-árabe: greenwashing o colonialismo dos ocupantes na Palestina e nas Golã) Em H. Hamouchene and K. Sandwell (eds.), *Dismantling Green Colonialism: Energy and Climate Justice in the Arab Region*, 96–113. London: Pluto Press. Último acesso em 11 de agosto de 2025. https://library.open.org/bitstream/handle/20.500.12657/77035/external_content.pdf?sequence=1
91. S. Harb. (fevereiro de 2025). "'... they can't occupy the sun ...': Cementing Heterogeneous Energy Configurations as Disentanglement in Imagining a Palestinian Cement Factory'. ('... não podem ocupar o sol...': cimentar configurações de energia heterogêneas como desenredamento ao imaginar uma fábrica de cimento palestina) *Geoforum*, 159, 104203. Último acesso em 9 de julho de 2025. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S001671852500003X>
92. Palestinian Institute for Climate Strategy (PICS) e Palestinian Boycott, Divestment and Sanctions National Committee (BNC). (2025). *No Climate Justice on Occupied Land: Centering Palestine at the UNFCCC SB62*. (Sem justiça climática em território ocupado: centrar a Palestina no âmbito do UNFCCC SB62) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.palclimateinstitute.org/media/centering-palestine-at-the-unfccc-sb62>
93. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 4a.
94. R. Kennedy, et al. (2023). 'Indigenous Peoples' lands are threatened by industrial development; conversion risk assessment reveals need to support Indigenous stewardship'. *One Earth*, 6(8). Último acesso em 10 de agosto de 2025. [https://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322\(23\)00340-8](https://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322(23)00340-8)
95. F. Pearce. (2016). *Common Ground: Securing Land Rights and Saving the Earth*. (Terreno comum: garantir direitos à terra e salvar a Terra) Oxfam, International Land Coalition (ILC) e Rights and Resources Initiative (RRI). Último acesso em 10 de agosto de 2025. https://www.landrightsnow.org/app/uploads/2018/09/bp-common-ground-land-rights-020316-en_0.pdf
96. Transport & Environment and Oxfam. (2023). *Biofuels: An Obstacle to Real Climate Solutions*. (Biocombustíveis: um obstáculo a soluções climáticas reais) Último acesso em 26 de agosto de 2025. <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2023-03/Biofuels%2C%20an%20obstacle%20to%20real%20climate%20solutions.pdf>
97. IPES-Food. (2024). *Land Squeeze: What is Driving Unprecedented Pressures on Global Farmland and What Can be Done to Achieve Equitable Access to Land?* (Diminuição da terra: o que está a impulsionar pressões sem precedentes sobre a terra arável global e o que pode ser feito para se conseguir acesso igual à terra?) Último acesso em 26 de agosto de 2025. <https://ipes-food.org/wp-content/uploads/2024/05/LandSqueeze.pdf>
98. J. Bos. (2023). *Biofuels: An Obstacle to Real Climate Solutions*. (Biocombustíveis: um obstáculo a soluções climáticas reais) Oxfam International. Último acesso em 25 de julho de 2025. <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2023-03/Biofuels%2C%20an%20obstacle%20to%20real%20climate%20solutions.pdf>
99. H. Agrawal, L. El-Katiri, K. Muiruri and S. Szoke-Burke. (2023). *Enabling a Just Transition: Protecting Human Rights in Renewable Energy Projects*. (Conseguir uma transição justa: proteger os direitos humanos em projetos de energias renováveis) ALIGN e Columbia Center on Sustainable Development. Último acesso em 26 de agosto de 2025. [https://ccsi.columbia.edu/sites/ccsi.columbia.edu/files/content/docs/publications/final_RenewablesAndHumanRights%20\(Brief\).pdf](https://ccsi.columbia.edu/sites/ccsi.columbia.edu/files/content/docs/publications/final_RenewablesAndHumanRights%20(Brief).pdf); IPES-Food. (2024). *Land Squeeze*, op. cit.
100. S.T. Garnett, N.D. Burgess, J.E. Fa, Á. Fernández-Llamazares, Z. Molnár, C.J. Robinson, J.E.M. Watson, K.K. Zander, B. Austin, E.S. Brondizio, et al. (2018). 'A Spatial Overview of the Global Importance of Indigenous Lands for Conservation'. (Uma visão geral espacial da importância global de territórios indígenas para a conservação) *Nature Sustainability*, 1(7), 369–74; Tribe Impact Capital. (23 de fevereiro de 2023). *What percentage of the population protects 80% of global biodiversity?* (Que percentagem da população protege 80% da biodiversidade global?) Último acesso em 11 de agosto de 2025. <https://tribeimpactcapital.com/impact-hub/what-percentage-of-the-population-protects-80-of-global-biodiversity>
101. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 4b.
102. R. Kennedy, et al. (2023). 'Indigenous Peoples' lands are threatened by industrial development; conversion risk assessment reveals need to support Indigenous stewardship', op. cit.
103. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 9a.
104. IEA. (2025). *World Energy Investment 2025*. Último acesso em 10 de agosto de 2025. <https://www.iea.org/reports/world-energy-investment-2025>
105. P. Gamette, N.M. Odhiambo and S.A. Asongu. (2024). 'Access to Electricity and Income Inequality in Sub-Saharan

- Africa: An Exploratory Review'. (Acesso a eletricidade e desigualdade de rendimento na África Subariana: uma análise exploratória) *Sustainable Futures*, (8), 100361. Último acesso em 26 de agosto de 2024. <https://doi.org/10.1016/j.sftr.2024.100361>
106. Union of Concerned Scientists. (3 de julho de 2025). *7 benefits of renewable energy use*. (7 benefícios do uso de energias renováveis) Último acesso em 26 de agosto de 2025. <https://www.ucs.org/resources/benefits-renewable-energy-use>
 107. P. Gamette et al. (2024). *Access to Electricity* op. cit
 108. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. (4 de novembro de 2024). *Comunidades cobram medidas contra impactos de eólicas*. [Português]. Último acesso em 17 de junho de 2025. 5. <https://www.alepe.pe.gov.br/2024/11/04/comunidades-do-agreste-cobram-medidas-para-reduzir-impactos-da-energia-eolica/#:~:text=A>
 109. I. França and R. Ebrahim. (17 de fevereiro de 2025). *Agricultores e povo Kapinawá ocupam prédio do governo em mais um protesto contra eólicas*. Marco Zero. [Português]. Último acesso em 17 de junho de 2025 <https://marcozero.org/agricultores-e-povo-kapinawa-ocupam-predio-do-governo-em-mais-um-protesto-contra-eolicas>
 110. University College London. (13 de maio de 2024). *'Green grabbing' of Brazilian public and common lands a threat*. ("Green grabbing" de terras públicas e comuns brasileiras é uma ameaça) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.ucl.ac.uk/news/2024/may/green-grabbing-brazilian-public-and-common-lands-threat>
 111. H. Hamouchene. (2023). 'The Energy Transition in North Africa: Neocolonialism Again!' (A transição energética no norte de África: neocolonialismo outra vez!) Em H. Hamouchene and K. Sandwell (eds.), *Dismantling Green Colonialism: Energy and Climate Justice in the Arab Region*, 30–51. London: Pluto Press. Último acesso em 11 de agosto de 2025. https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/77035/external_content.pdf?sequence=1
 112. Ibid.
 113. D. Skládlová. (28 de fevereiro de 2024). *Unmasking green colonialism in EU–Namibia hydrogen deal*. (Desmascarar o colonialismo verde no acordo relativo a hidrogénio UE–Namíbia) EJIL: Talk! Último acesso em 8 de agosto de 2025. <https://www.ejiltalk.org/unmasking-green-colonialism-in-eu-namibia-hydrogen-deal>
 114. J. Tunn, F. Müller, J. Hennig, J. Simon and T. Kalt. (2024). 'The German Scramble for Green Hydrogen in Namibia: Colonial Legacies Revisited?' (A competição renhida alemã pelo hidrogénio verde na Namíbia: legados coloniais revisitados?) *Political Geography*, 118, 103293. Último acesso em 8 de agosto de 2025. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0962629825000253>
 115. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 12.
 116. T. Altenburg and A. Kantel. (2024). *Green Hydrogen in Namibia: Opportunities and Risks*. (Hidrogénio verde na Namíbia: oportunidades e riscos) Discussion Paper 6/2024. German Institute of Development and Sustainability (IDOS). Último acesso em 8 de agosto de 2025. https://www.idos-research.de/fileadmin/user_upload/pdfs/publikationen/discussion_paper/2024/DP_6.2024.pdf
 117. J. Tunn et al. (2024). 'The German Scramble for Green Hydrogen in Namibia', op. cit.
 118. Fair Finance Asia. (2024). *Towards a Gender-Transformative Energy Transition in Asia*. (Para uma transição energética transformadora em termos de género na Ásia) Último acesso em 17 de junho de 2025. https://fairfinanceasia.org/wp-content/uploads/2024/11/Report_FFA-2024_Towards-a-Gender-Transformative-Energy-Transition-in-Asia_Final.pdf; M.J. Rowley. (23 de abril de 2024). *Comment: dear COP29, it's time to put women-led climate solutions on the agenda*. (Comentário: caro COP29, está na altura de incluir soluções climáticas impulsionadas por mulheres na agenda) Reuters. Último acesso em 17 de junho de 2025. https://www.reuters.com/sustainability/society-equity/comment-dear-cop29-its-time-put-women-led-climate-solutions-agenda-2024-04-23/?utm_source
 119. D. Gabor. (2021). 'The Wall Street Consensus'. *Development and Change*, 52(3), 429–59.
 120. Oil Change International. (15 de novembro de 2024). *COP29 explainer: why we can't rely on the private sector to finance the energy transition*. (Explicador COP29: motivos por que não podemos contar com o setor privado para financiar a transição energética) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://oilchange.org/blogs/cop29-explainer-why-we-cant-rely-on-the-private-sector-to-finance-the-energy-transition>; F. Sial. (2024). *Blended Finance for Climate Action: Good Value for Money?* (Financiamentos combinados para ação climática: boa relação custo-benefício?) EURODAD. Último acesso em 17 de junho de 2025. https://www.eurodad.org/blended_finance_for_climate_action_good_value_for_money
 121. Governos da República da África do Sul, do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte, dos Estados Unidos da América, da República de França e da República Federal da Alemanha, e da União Europeia. (2 de novembro de 2021). *Political declaration on the just energy transition in South Africa*. (Declaração política relativa à transição energética justa na África do Sul) Último acesso em 11 de agosto de 2025. <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20230106144924/https://ukcop26.org/political-declaration-on-the-just-energy-transition-in-south-africa>
 122. M. Franczak and K. Warner. (18 de abril de 2024). *Designing climate finance packages that last*. (Conceber pacotes financeiros duradouros para o clima) United Nations University Centre for Policy Research (UNU-CPR). Último acesso em 10 de julho de 2025. <https://unu.edu/cpr/blog-post/designing-climate-finance-packages-last>
 123. S. Haag, F.D. Diop and T. Faye. (2025). *The Financing of the Energy Transition in Senegal: Green Promises, Unequal Gains?* (O financiamento da transição energética no Senegal: promessas verdes, ganhos desiguais?) Oxfam in

- Senegal. Último acesso em 19 de agosto de 2025. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/the-financing-of-energy-transition-in-senegal-green-promises-unequal-gains-621729>
124. IESR (Institute for Essential Services Reform). (13 de novembro de 2023). *Kompas grants only 1.4 percent, energy transition potentially hampered*. (Kompas atribui apenas 1,4%, transição energética potencialmente prejudicada) Último acesso em 17 de junho de 2025 <https://iesr.or.id/en/kompas-grants-only-1-4-percent-energy-transition-potentially-hampered>
 125. Recourse. (2025). 'J' is for 'Just' in JET-Ps and Country Platforms: Lessons for Multilateral Development Banks in the Energy Transition. ("J" é de "Justo" em JET-Ps e plataformas nacionais: lições para bancos de desenvolvimento multilateral na transição energética) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://re-course.org/publications/j-is-for-just-in-jet-ps-and-country-platforms-lessons-for-multilateral-development-banks-in-the-energy-transition>
 126. J. Kowalzig, T. Cherry-Virdee, R.B. Sørensen and S. Cutts. (2024). *Climate Finance Short-Changed, 2024 Update: Estimating the Real Value of the \$100 Billion Commitment for 2021–22*. (Financiamento climático enganoso, atualização de 2024: calcular o valor real do compromisso de 100 milhões de milhões de dólares norte-americanos para 2021-22) Oxfam Novib. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.oxfamnovib.nl/Files/rapporten/2024/Climate%20Finance%20Short-Changed%202024.pdf>
 127. Debt Justice. (2024). *Debt Demands & Debunking Distractions for Climate Action*. (Pedidos de dívida e desmascarar distrações para a ação climática) Último acesso em 17 de junho de 2025. https://debtjustice.org.uk/wp-content/uploads/2024/05/Debt-demands-for-climate-action_June-24.pdf
 128. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 13a.
 129. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 13b.
 130. Tax Justice Network. (2024). *The State of Tax Justice 2024*. (O estado da justiça fiscal 2024) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://taxjustice.net/reports/the-state-of-tax-justice-2024>
 131. Ibid.
 132. F. Mager. (2025). *Reclaiming Tax Sovereignty to Transform Global Climate Finance*. (Exigir soberania fiscal para transformar o financiamento climático global) Tax Justice Network. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://taxjustice.net/wp-content/uploads/2025/06/Reclaiming-tax-sovereignty-to-transform-global-climate-finance-June-2025-Tax-Justice-Network.pdf>
 133. ActionAid International. (10 February 2025). *Who owes who? External debts, climate debts and reparations in the jubilee year*. (Quem deve a quem? Dívidas externas, dívidas climáticas e reparações no ano do jubileu) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://actionaid.org/publications/2025/who-owes-who#downloads>
 134. Ibid.
 135. A.L. Fanning and J. Hickel. (2023). 'Compensation for Atmospheric Appropriation'. (Compensação por apropriação atmosférica) *Nature Sustainability*, 6, 1077–86. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.nature.com/articles/s41893-023-01130-8>
 136. T. Woolfenden. (2023). *The Debt–Fossil Fuel Trap: Why Debt is a Barrier to Fossil Fuel Phase-out and What We Can Do About It*. (A armadilha Dívida-Combustível fóssil: porque é que a dívida é uma barreira ao fim do combustível fóssil e o que é que podemos fazer quanto a isso) Debt Justice. Último acesso em 9 de julho de 2025. <https://debtjustice.org.uk/wp-content/uploads/2023/08/Debt-fossil-fuel-trap-report-2023.pdf>
 137. Oxfam (11 de junho de 2025). *Biggest-ever aid cut by G7 members a death sentence for millions of people, says Oxfam*. (Maior corte de sempre da ajuda por membros do G7 é uma sentença de morte para milhões de pessoas, afirma a Oxfam) Comunicado de imprensa. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/biggest-ever-aid-cut-g7-members-death-sentence-millions-people-says-oxfam>
 138. F. Harvey. (10 de março de 2025). *Trump's USAid cuts will have huge impact on global climate finance, data shows*. (Dados revelam que cortes de Trump no USAid terão um enorme impacto no financiamento climático global) *The Guardian*. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.theguardian.com/environment/2025/mar/10/trumps-usaid-cuts-will-have-huge-impact-on-global-climate-finance-data-shows>
 139. P. Loft and P. Brien. (19 de janeiro de 2024). *UK to reduce aid to 0.3% of Gross National Income from 2027*. (Reino Unido vai reduzir apoio para 0,3% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) a partir de 2027) UK Parliament Commons Library. Último acesso em 11 de agosto de 2025. <https://commonslibrary.parliament.uk/uk-to-reduce-aid-to-0-3-of-gross-national-income-from-2027>
 140. Oxfam (11 de junho de 2025). *Biggest-ever aid cut by G7 members a death sentence for millions*, op. cit.
 141. A. Taneja, A. Kamande, C. Guharay Gomez, D. Abed, M. Lawson and N. Mukhia. (2025). *Takers Not Makers: The Unjust Poverty and Unearned Wealth of Colonialism*. (Tomadores e não fazedores: a pobreza injusta e a riqueza não merecida do colonialismo) Oxfam International. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/takers-not-makers-621668>
 142. C. Robinson. (2000). *Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*. (Marxismo negro: a criação da tradição radical negra) Chapel Hill: University of North Carolina Press; T. Mahmud. (2012). 'Debt and Discipline: Neoliberal Political Economy and the Working Classes'. (*Dívida e disciplina: economia política neoliberal e as classes trabalhadoras*) *Kentucky Law Journal*, 101(1), 1–35. Último acesso em 10 de agosto de 2025. <https://uknowledge.uky.edu/klj/vol101/iss1/4>
 143. S. Koshy, L.M. Cacho, J.A. Byrd and B.J. Jefferson (eds). (2023). *Colonial Racial Capitalism*. (Capitalismo racial

colonial) Durham: Duke University Press.

144. H. Fofack. (2021). The Ruinous Price for Africa of Pernicious 'Perception Premiums'. (O preço ruinoso para África de "Prêmios de Perceção" perniciosos) Africa Growth Initiative at Brookings. Último acesso em 17 de junho de 2025. https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2021/10/21.10.07_Perception-premiums.pdf
145. M. Jones. (17 de março de 2021). *COVID-19 has caused rich-poor split in sovereign rating cuts, study shows*. (Estudo revela que a COVID-19 causou divisão ricos-pobres em cortes de notações de crédito) Reuters. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.reuters.com/article/business/covid-19-has-caused-rich-poor-split-in-sovereign-rating-cuts-study-shows-idUSKBN2B92OX/>
146. C. Kimeu. (17 de outubro de 2024). *Negative stereotypes in international media cost Africa £3.2bn a year – report*. (Estereótipos negativos nos meios de comunicação social internacionais custam a África 3,2 milhões de milhões de libras esterlinas por ano – relatório) The Guardian. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.theguardian.com/global-development/2024/oct/17/media-stereotypes-africa-higher-interest-report-payments-on-sovereign-debt>
147. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 9.
148. RAISG. (2021). *La Amazonía*. Atlas RAISG 2020. [Espanhol]. Último acesso em 12 de agosto de 2025. <https://atlas2020.amazoniasocioambiental.org/posts/amazonia>; Oxfam. (2024). *Iniciativa Multipaís: 'Amazonía ya: acción global urgente por la vida'*. [Espanhol]. Último acesso em 12 de agosto de 2025. <https://lac.oxfam.org/informes/iniciativa-multipais-amazonia-ya-accion-global-urgente-por-la-vida>
149. R. Butler. (21 de novembro de 2007). *La Selva Amazonía*. Mongabay. [Espanhol]. Último acesso em 10 de agosto de 2025 <https://es.mongabay.com/2007/11/la-selva-amazonia>; A. Martins. (29 de agosto de 2017). *Qué son los 'ríos voladores' de Sudamérica que llevan por aire tanta agua como el Amazonas*. BBC News Mundo. [Espanhol]. Último acesso em 12 de agosto de 2025. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-41038097>
150. V. Romo. (27 de fevereiro de 2022). *#EntrevistaMongabay a Relator Especial de la ONU: 'En la Amazonía hay zonas de sacrificio ambiental por los derrames de petróleo.'* Mongabay. [Espanhol]. Último acesso em 12 de agosto de 2025. <https://es.mongabay.com/2022/02/entrevista-en-la-amazonia-hay-zonas-de-sacrificio-ambiental-por-los-derrames-de-petroleo/>; F.J. Ullán de la Rosa. (2004). *'La era del caucho en el Amazonas (1870–1920): Modelos de explotación y relaciones sociales de producción'*. *Anales del Museo de América*, 12, 183–204. [Espanhol]. Último acesso em 12 de agosto de 2025. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/1180459.pdf>; T. Borges and S. Branford. (21 de dezembro de 2020). *Historical analysis: the Amazon's mineral wealth – curse or blessing? (Análise histórica: a riqueza mineral da Amazônia – maldição ou benção?)* Mongabay. Último acesso em 12 de agosto de 2025. <https://news.mongabay.com/2020/12/historical-analysis-the-amazons-mineral-wealth-curse-or-blessing/>; S. Zanon. (21 de março de 2023). *Deforestation in the Amazon: past, present and future*. (Desflorestação na Amazônia: passado, presente e futuro) InfoAmazonia. Último acesso em 12 de agosto de 2025. <https://infoamazonia.org/en/2023/03/21/deforestation-in-the-amazon-past-present-and-future>
151. Oxfam. (2024). *Iniciativa Multipaís*, op. cit.
152. InfoAmazonia. (20 de agosto de 2025). *Organizações pedem que a Amazônia seja declarada zona mundial de exclusão de combustíveis fósseis*. [Português]. Último acesso em 23 de agosto de 2025. <https://infoamazonia.org/2025/08/20/organizacoes-pedem-que-a-amazonia-seja-declarada-zona-mundial-de-exclusao-de-combustiveis-fosseis>
153. J. Hemming. (2022). *Árbol de ríos: La historia del Amazonas*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú [Espanhol]; E. Neves. (3 de julho de 2023). *A Amazônia e seus povos têm história – e por isso a floresta se tornou o que é. Sumaúma*. [Português]. Último acesso em 12 de agosto de 2025. <https://sumauma.com/a-amazonia-e-seus-povos-tem-historia-e-por-isso-a-floresta-se-tornou-o-que-e/>; N. Nenquimo and M. Anderson. (2024). *Seremos jaguares: vida y resistencia en la Amazonía*. Madrid: Editorial Planeta [Espanhol].
154. A. Khalfan, A. Nilsson Lewis, C. Aguilar, J. Persson, M. Lawson, N. Dabi, S. Jayoussi and S. Acharya. (2023). *Climate Equality: A Planet for the 99%*. (Igualdade climática: um planeta para os 99%) Oxfam International. Último acesso em 10 de julho de 2025. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/climate-equality-a-planet-for-the-99-621551>
155. Bretton Woods Project. (4 de junho de 2019). *What are the main criticisms of the World Bank and the IMF? (Quais são as principais críticas do Banco Mundial e do FMI?)* Último acesso em 17 de junho de 2025. https://www.brettonwoodsproject.org/2019/06/what-are-the-main-criticisms-of-the-world-bank-and-the-imf/#_Toc10127394
156. Energy Sector Management Assistance Program (ESMAP). (s.d.). *Tracking SDG7: The Energy Progress Report*. (Acompanhar o ODA 7: o relatório de progresso energético) Grupo Banco Mundial Último acesso em 25 de julho de 2025. <https://trackingsdg7.esmap.org/downloads>
157. Ibid.
158. Union of Concerned Scientists. (3 de julho de 2025). *7 benefits of renewable energy use*, op. cit.
159. A.M. Feldpausch-Parker, D. Endres, T.R. Peterson and S.L. Gomez (eds). (2021). *Routledge Handbook of Energy Democracy*. Abingdon: Routledge.
160. Ministerio de Minas y Energía. (n.d.) *Así estamos construyendo las comunidades energéticas en Colombia*. [Espanhol]. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.minenergia.gov.co/es/comunidades-energeticas>
161. R. Mayne, D. Dalabajan and M. Adarve Zuluaga. (2025). *Pathways to a Fast and Just Energy Transition: Insights from Clean Energy Case Studies*. (Caminhos para uma transição energética rápida e justa: conclusões de estudos de caso de energia limpa) Oxfam GB. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/pathways-to-a-fast-and-just-energy-transition-insights-from-clean-energy-case-s-621695>

162. Para uma visão geral mais alargada que pondera os benefícios e os desafios da estratégia de comunidades de energia, consultar R. Mayne et al. (2025). *Pathways to a Fast and Just Energy Transition*, op. cit.
163. S. Kim. (30 de junho de 2024). *Renewable energy as a solution to Senegal's energy poverty*. (Energias renováveis como uma solução para a pobreza energética do Senegal) The Borgen Project. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://borgenproject.org/senegals-energy-poverty>
164. Energy4Impact. (12 de julho de 2022). *Designing mini-grid systems around productive uses of energy to spur rural development in Senegal*. (Conceber sistemas mini-rede em torno de usos de energia produtivos para incentivar o desenvolvimento rural no Senegal) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.energy4impact.org/resources/designing-mini-grid-senegal>
165. Global Energy Alliance for People and Planet. (7 de maio de 2025). *Tariff inequities strain Brazil's poorest: new GEAPP & PSR study proposes reforms for fairer electricity costs*. (Desigualdades de preços pressionam os mais pobres do Brasil: novo estudo GEAPP & PSR propõe reformas para custos de eletricidade mais justos) Comunicado de imprensa. Último acesso em 17 de junho de 2025 <https://energyalliance.org/brazil-electricity-tariff-inequity-reform-study>
166. Transição Justa. (2024). *The Nga Awa Purua Geothermal Project, Rotokawa, New Zealand Tauhara North No.2 Trust*. Último acesso em 17 de junho de 2025. 5. https://media.business-humanrights.org/media/documents/Tauhara_North_No2_Trust_paper.pdf
167. R. Mayne et al. (2025). *Pathways to a Fast and Just Energy Transition*, op. cit.
168. A. Owiti. (2022). *Experiences from Kenya: The Kipeto Wind Power Project*. (Experiências do Quênia: o projeto de energia eólica de Kipeto) The African Forum and Network on Debt and Development (AFRODAD). Último acesso em 10 de julho de 2025. <https://us.boell.org/sites/default/files/2022-10/5-report-kenya-n-pw.pdf>
169. R. Mayne et al. (2025). *Pathways to a Fast and Just Energy Transition*, op. cit.
170. Para uma visão geral mais alargada que pondera os benefícios e os desafios das quintas eólicas de Kipeto, consultar R. Mayne et al. (2025). *Pathways to a Fast and Just Energy Transition*, op. cit.
171. S. Oparaocha and S. Dutta. (2011). 'Gender and Energy for Sustainable Development'. (Gênero e energia para desenvolvimento sustentável) *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 3(4), 265–71.
172. ENERGIA International Network on Gender and Sustainable Energy. (2020). *The ENERGIA Gender and Energy Research Programme: A Short Overview of the Results*. (Programa de investigação sobre género e energia (ENERGIA): breve visão geral dos resultados) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://energia.org/assets/2020/03/Energia-News-March-2020.pdf>
173. E. Cecelski and S. Dutta. (2011). *Mainstreaming Gender in Energy Projects: A Practical Handbook*. (Popularizar o género em projetos de energia: um manual prático) ENERGIA International Network on Gender and Sustainable Energy. Último acesso em 17 de junho de 2025. https://energia.org/assets/2016/02/01.-Mainstreaming_gender_in_energy_projects_A_practical_Hand_book1.pdf
174. S. Oparaocha and M. Matinga. (15 de maio de 2025). *Gender equality in Africa's energy transition*. (Igualdade de género na transição energética em África) ENERGIA International Network on Gender and Sustainable Energy. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://energia.org/gender-equality-in-africas-energy-transition>
175. Ashden. (2015). *Ashden winners: Sarhad Rural Support Programme (SRSP)*. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://ashden.org/awards/winners/sarhad-rural-support-programme-srsp-1>
176. R. Mayne et al. (2025). *Pathways to a Fast and Just Energy Transition*, op. cit.
177. G. Garcia and M. Beltran. (27 de fevereiro de 2025). *In remote Philippine villages, micro-hydro alternatives power Indigenous homes*. (Em aldeias remotas das Filipinas, alternativas micro-hídricas alimentam casas locais) Mongabay. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://news.mongabay.com/2025/02/in-remote-philippine-villages-micro-hydro-alternatives-power-indigenous-homes>
178. R. Halip. (24 de fevereiro de 2025). *For ALL women and girls: Robie Halip on Indigenous leadership in renewable energy transition*. (Para TODAS as mulheres e raparigas: Robie Halip sobre liderança indígena na transição de energias renováveis) ONU Mulheres Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.unwomen.org/en/news-stories/interview/2025/02/for-all-women-and-girls-robie-halip-on-indigenous-leadership-in-renewable-energy-transition>
179. CWEARC (Cordillera Women's Education Action Research Center). (1 de junho de 2012). *Changing the lives of Mabaca indigenous peasants and women through the power from water*. (Mudar a vida de camponeses e mulheres indígenas de Mabaca através de energia obtida com água) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://cwearc.org/changing-the-lives-of-mabaca-indigenous-peasants-and-women-through-the-power-from-water>
180. A.P. Butt, E. Berkhout, C.M. Zaghbour, A. Bush, R. Verma and L.L. Pheko. (2023). *Radical Pathways Beyond GDP: Why and How We Need to Pursue Feminist and Decolonial Alternatives Urgently*. (Caminhos radicais além do PIB: razão e modo como temos de adotar alternativas feministas e descolonizadoras urgentes) Oxfam GB. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/radical-pathways-beyond-gdp-621532>
181. D. Andreucci, G.A. García López, J. Franquesa and L. González Nieves. (2025). 'Energy Sovereignty from Below: Visions and Practices of Socioecological Transformation in Puerto Rico and Catalonia'. (Soberania energética vista de baixo: visões e práticas de transformações socio-ecológicas em Porto Rico e na Catalunha) *Human Geography*, 18(2), 162–77; J. Sánchez Contreras, A. Matarán Ruiz, Á. Campos-Celador and E.M. Fjellheim. (2023). 'Energy Colonialism: A Category to Analyse the Corporate Energy Transition in the Global South and North'. (Colonialismo energético: uma categoria para analisar a transição energética empresarial no sul e norte globais) *Land*, 12(6), 1241.

Último acesso em 14 de agosto de 2025. <https://www.mdpi.com/2073-445X/12/6/1241>

182. L. Céspedes and J. Gorriti. (2021). *Neoextractivismo y neodesarrollismo: Actores y disputas en torno a la extracción del litio en Bolivia*. Universidad Nacional de Cuyo. [Espanhol]. Último acesso em 14 de agosto de 2025. https://bdigital.uncu.edu.ar/objetos_digitales/16913/31-cspedes-ponencia.pdf
183. A. Cartagena. (10 de maio de 2023). *Chile: La nueva estrategia del litio. Retos para la gobernanza*. Natural Resource Governance Institute (NRGI). [Espanhol]. Último acesso em 23 de agosto de 2025. <https://resourcegovernance.org/es/articulos/chile-la-nueva-estrategia-del-litio-retos-para-la-gobernanza>
184. P. Leet. (2025). 'Financiarización, hegemonía y minerales estratégicos en América Latina: la gobernanza sobre el litio en Bolivia, Chile y México'. *Ola Financiera*, 18(50), 15–24. [Espanhol]. Último acesso em 23 de agosto de 2025. http://www.olafinanciera.unam.mx/new_web/50/pdfs/PDF50/LeetOlaFinanciera50.pdf
185. Así se ve la minería en México – Documentación Colectiva. [Espanhol]. <https://asisevelamineriaenmexico.org.mx>. Último acesso em 17 de junho de 2025; Secretaría de Economía, Gobierno de Mexico. (4 de maio de 2023). Reforma integral a la actividad minera. Comunicado de prensa. [Espanhol]. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.gob.mx/se/prensa/reforma-integral-a-la-actividad-minera>
186. R. Mayne et al. (2025). *Pathways to a Fast and Just Energy Transition*, op. cit.
187. B. Müller, M. Pérez Rocha and C. Olivet. (2024). *A Portrait of Transnational Power in Mexico: The Investment Protection Regime and its Consequences*. (Um retrato do poder transnacional no México: o regime de proteção de investimento e as respetivas consequências) Transnational Institute (TNI). Último acesso em 17 de junho de 2025. https://isds-americalatina.org/wp-content/uploads/2024/09/ISDS_Mexico24_ENG_September2024.pdf
188. R. Mayne et al. (2025). *Pathways to a Fast and Just Energy Transition*, op. cit.
189. J. Lecourt and M. García. (2023). *Transición justa: contexto y recomendaciones para su aplicación en la región de América Latina*. ONG CEUS Chile. J. Lecourt and M. García. (2023). *Transición justa: contexto y recomendaciones para su aplicación en la región de América Latina*. ONG CEUS Chile. [Espanhol]. Último acesso em 14 de agosto de 2025. <https://www.ceuschile.cl/wp-content/uploads/2024/06/Transicion-Justa-Contexto-y-recomendaciones.pdf>
190. International Labour Organization (ILO). (2015) *Guidelines for a Just Transition towards Environmentally Sustainable Economies and Societies for All*. (Orientações para uma transição justa no sentido de sociedades e economias sustentáveis em termos ambientais para todas as pessoas) Último acesso em 10 de fevereiro de 2025. <https://www.ilo.org/media/435091/download>; Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas Reino Unido 2021. (4 de novembro de 2021). Supporting the conditions for a just transition internationally. (Apoiar as condições para uma transição justa ao nível internacional) Comunicado de imprensa. The National Archives. Último acesso em 10 de fevereiro de 2025. <https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/ukgwa/20230313132211/https://ukcop26.org/supporting-the-conditions-for-a-just-transition-internationally>
191. A. Taneja et al. (2025). *Takers Not Makers*, op. cit.
192. L. Kassim. (2 de abril de 2024). The just transition in South Africa: jobs and livelihoods in the coal industry. (A transição justa na África do Sul: empregos e meios de subsistência na indústria do carvão) Oxford Martin School. Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/blog/the-just-transition-in-south-africa-jobs-and-livelihoods-in-the-coal-industry>
193. N. Obermeister, M. Nhlabathi, J.K. Musango and A. Burger. (2022). *From Coal to Renewables in Mpumalanga: Employment Effects for Coal Transition in South Africa's Coal Mining Heartland*. (Do carvão às energias renováveis em Mpumalanga: efeitos sobre o emprego para a transição do carvão no coração da região de exploração mineira de carvão da África do Sul) IASS/Council for Scientific and Industrial Research (CSIR). Último acesso em 7 de julho de 2025. <https://www.esi-africa.com/wp-content/uploads/2022/01/COBENEFITS-Study-From-coal-to-renewables-in-Mpumalanga.pdf>
194. Para uma visão geral mais alargada que pondera os benefícios e os desafios do fim da exploração do carvão em Mpumalanga, consultar R. Mayne et al. (2025). *Pathways to a Fast and Just Energy Transition*, op. cit.
195. R. Mayne et al. (2025). *Pathways to a Fast and Just Energy Transition*, op. cit.
196. WHO. (n.d.). *Environment, climate change and health: strategies for healthy and sustainable transport*. (Ambiente, alterações climáticas e saúde: estratégias para transporte saudável e sustentável) Último acesso em 26 de agosto de 2025. <https://www.who.int/teams/environment-climate-change-and-health/healthy-urban-environments/transport/strategies>
197. Isto tem de ser distinguido de projetos de biomassa à escala local – particularmente em comunidades que implementam modelos de economia circular – que demonstraram ter efeitos positivos.
198. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 2b.
199. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 1c.
200. A. Khalfan et al. (2023). *Planet Equality*, op. cit.
201. P. Rangaprasad. (17 July 2024). *UN Tax Convention negotiations is a historic opportunity to reform the broken international tax system*. (As negociações da Convenção Tributária da ONU são uma oportunidade histórica para reformar o sistema fiscal internacional disfuncional) AG Globale Verantwortung. Último acesso em 26 de agosto de 2025. <https://www.globaleverantwortung.at/kommentar-der-anderen-un-tax-convention-negotiations>
202. A. Khalfan. (19 de junho de 2025). Rich polluter profits tax could raise up to \$400 billion and help phase out fossil fuels. (Imposto sobre lucros de poluidores ricos poderia arrecadar até 400 milhões de milhões de dólares norte-americanos e ajudar a eliminar os combustíveis fósseis) Oxfam International. Último acesso em 10 de julho de 2025

203. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 10b.
204. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 10a.
205. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 10b.
206. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 10c.
207. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 11a.
208. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 11b.
209. *Transição Injusta: Nota metodológica*, Esta 11c.
210. J. Hickel, C. Dorninger, H. Wieland and I. Suwandi. (2022). 'Imperialist Appropriation in the World Economy: Drain from the Global South through Unequal Exchange, 1990–2015'. (Apropriação imperialista na economia mundial: esvaziar o sul global através de trocas desiguais, 1990-2015) *Global Environmental Change*, 73, 102467. Último acesso em 10 de julho de 2025. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2022.102467>
211. C. Coffey, et al. (2020). *Time to Care*, op. cit.
212. Future Generations Commissioner for Wales. (2015). *Well-being of Future Generations Act 2015*. Legislação de 2015 relativa ao bem estar das gerações futuras) Último acesso em 17 de junho de 2025. <https://futuregenerations.wales/discover/about-future-generations-commissioner/future-generations-act-2015>
213. Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais; Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias; Convenção sobre os Direitos das Crianças e o Comité dos Direitos das Pessoas com Deficiência. (2020). *Statement on Human Rights and Climate Change (HRI/2019/1)*. (Declaração de direitos humanos e alterações climáticas (HRI/2019/1) Último acesso em 17 de junho de 2025 <https://digitallibrary.un.org/record/3871313?ln=en>

SOBRE A OXFAM

A Oxfam é um movimento global de pessoas que estão a lutar contra as desigualdades para acabar com a pobreza e a injustiça. Estamos a trabalhar em várias regiões em mais de 70 países com milhares de parceiros e aliados e a apoiar comunidades para construir vidas melhores para elas, ganhar resiliência e proteger as vidas e a subsistência também em tempos de crise. Escreva para qualquer uma das agências para obter mais informações ou visite www.oxfam.org.

Oxfam América (www.oxfamamerica.org)
Oxfam Aotearoa (www.oxfam.org.nz)
Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au)
Oxfam Bélgica (www.oxfamsol.be)
Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br)
Oxfam Canadá (www.oxfam.ca)
Oxfam Colômbia (www.oxfamcolombia.org)
Oxfam França (www.oxfamfrance.org)
Oxfam Alemanha (www.oxfam.de)
Oxfam Grã-Bretanha (www.oxfam.org.uk)
Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)
Oxfam Dinamarca (www.oxfam.dk)
Oxfam Índia (www.oxfamindia.org)
Oxfam Intermón (Espanha) (www.oxfamintermon.org)
Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org)
Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)
Oxfam México (www.oxfammexico.org)
Oxfam Novib (Países Baixos) (www.oxfamnovib.nl)
Oxfam Quebeque (www.oxfam.qc.ca)
Oxfam África do Sul (www.oxfam.org.za)
Oxfam KEDV (www.kedv.org.tr)
Oxfam Filipinas (www.oxfam.org.ph)



OXFAM

